

WELTON PEREIRA E SILVA

**A ARGUMENTAÇÃO EM CRIMES VIA TELEFONE SOB
A PERSPECTIVA DA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Silva, Welton Pereira e, 1986-
S586a A argumentação em crimes via telefone sob a perspectiva
2016 da teoria semiolinguística / Welton Pereira e Silva. – Viçosa,
MG, 2016.
x, 176f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.
Orientador: Mônica Santos de Souza Melo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.107-111.

1. Análise do discurso. 2. Linguagem. 3. Semiótica.
4. Crimes. 5. Extorsão. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Letras. Programa de Pós-graduação em Letras.
II. Título.

CDD 22. ed. 401.41

WELTON PEREIRA E SILVA

**A ARGUMENTAÇÃO EM CRIMES VIA TELEFONE SOB
A PERSPECTIVA DA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 25 de fevereiro de 2016.

Renato de Mello

Mariana Ramalho Procópio Xavier

Rony Petterson Gomes do Vale
(Coorientador)

Mônica Santos de Souza Melo
(Orientadora)

*Pouco depois, os que aí estavam
aproximaram-se de Pedro, e disseram:
“É claro que você também é um deles,
pois o seu modo de falar o denuncia.”*

Mt, 26: 73

À minha família

AGRADECIMENTOS

Ao Alfa e ao Ômega, ao Princípio e ao Fim de todas as coisas, pela sabedoria, paciência e demais virtudes que me foram dadas.

À minha família, o meu porto seguro, por me apoiar e aconchegar em todos os momentos nos quais precisei.

À UFV e ao PPG em Letras, na figura dos professores e colegas que dividiram comigo parte de suas vivências e conhecimentos.

Aos meus orientadores, a professora Mônica e o professor Rony, pela amizade, sapiência e por me guiarem pelos caminhos certos da pesquisa científica.

Ao Renato e à Mariana, pelo tempo e pelas valiosas contribuições fornecidas ao meu trabalho.

Aos meus amigos, que me presentearam com momentos de deleite e recarga de energia, sem os quais seria impossível terminar essa empreitada.

Ao povo brasileiro, pelo apoio financeiro concedido através da Capes.

Este trabalho só foi possível devido às contribuições de todos vocês.

Muito obrigado.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O Discurso Criminoso: uma breve introdução.....	5
1. A natureza do crime.....	5
1.1. Os crimes de extorsão.....	8
1.1.1. Os Golpes do Falso Sequestro.....	8
1.2. Os crimes de estelionato.....	10
1.2.1. Os Golpes da Recarga Premiada.....	10
1.3. O discurso criminoso: uma possível conceituação.....	12
1.3.1. Relações entre o discurso jurídico e o discurso criminoso.....	16
1.4. As cenas da enunciação do discurso criminoso.....	20
CAPÍTULO II - Referencial teórico e pressupostos metodológicos.....	24
2. Metodologia.....	24
2.1. A natureza da pesquisa.....	24
2.1.1. O <i>corpus</i> : a materialização do discurso.....	25
2.2. Referencial teórico.....	28
2.2.1. A Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau.....	28
2.2.2. O Modo de Organização Argumentativo do Discurso.....	32
2.2.3. O <i>logos</i> : o discurso como meio de persuasão.....	34
2.2.4. As emoções no discurso: o efeito patêmico.....	37
2.2.5. O <i>ethos</i> : a construção de imagens de si no/pelo discurso.....	40
2.2.6. Os imaginários sociodiscursivos.....	43
2.3. A argumentação: um breve histórico.....	45
2.4. A Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca.....	47
2.5. A Linguística Forense.....	49
2.5.1. A Análise do Discurso Forense.....	50
CAPÍTULO III - A <i>mise en scène</i> do discurso criminoso.....	53
3. O Gênero Golpe do Falso Sequestro.....	53
3.1. O Gênero Golpe da Recarga Premiada.....	57

3.2. O <i>logos</i> nos discursos dos criminosos.....	62
3.3. Os argumentos patêmicos: temor e alegria em crimes via telefone.....	69
3.4. As imagens de si construídas pelos criminosos e pelas vítimas: a questão do <i>ethos</i>	77
3.4.1. Prosódia e <i>ethos</i> discursivo.....	86
3.4.2. Variação linguística e <i>ethos</i> discursivo.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107
ANEXOS.....	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mensagem de golpe da recarga premiada.....	11
Figura 02: Gêneros do discurso criminoso.....	13
Figura 03: Relação direta entre o discurso jurídico e o discurso criminoso.....	18
Figura 04: Relação dialógica entre o discurso jurídico e o discurso criminoso.....	19
Figura 05: A Situação de Comunicação.....	29
Figura 06: As diferentes instâncias do <i>ethos</i>	42
Figura 07: Técnicas argumentativas utilizadas nos golpes do falso sequestro, em porcentagem.....	66
Figura 08: Técnicas argumentativas utilizadas nos golpes da recarga premiada, em porcentagem.....	66
Figura 09: Uso de argumentos patêmicos, em número de ocorrência.....	75
Figura 10: Tipos de <i>ethos</i> construídos, em número de ocorrência.....	84
Figura 11: Representação espectrográfica do enunciado <i>a</i>	89
Figura 12: Representação espectrográfica da intensidade durante a fase de negociação.....	90
Figura 13: Frequência de produção sonora do enunciado <i>b</i>	92
Figura 14: Frequência de produção sonora dos enunciados representados em <i>c</i>	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Restrições discursivas e formais do gênero situacional Golpe do Falso Sequestro.....	57
Tabela 02: Restrições discursivas e formais do gênero situacional Golpe da Recarga Premiada.....	60
Tabela 03: Técnicas argumentativas, por fase da interação nos golpes do falso sequestro.....	67
Tabela 04: Técnicas argumentativas, por fase da interação nos golpes da recarga premiada.....	68
Tabela 05: Número de argumentos patêmicos, por fase de interação.....	76
Tabela 06: Número de construções de imagens de si, por fase da interação.....	85

RESUMO

SILVA, Welton Pereira e, M.Sc.; Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2016. **A argumentação em crimes via telefone sob a perspectiva da Teoria Semiolinguística.** Orientadora: Mônica Santos de Souza Melo. Coorientador: Rony Petterson Gomes do Vale.

O presente trabalho procura descrever, analisar e entender a forma como os sujeitos participantes de situações de comunicação pertencentes a dois tipos de crimes linguísticos constroem seus argumentos visando a atingir seus objetivos comunicacionais. Para isso, baseamos nossa análise sobre o aparato teórico-metodológico da Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau (2012), bem como nos postulados de Perelman e Tyteca (2005) acerca da Nova Retórica. Nosso *corpus* de pesquisa consiste de 06 (seis) gravações telefônicas oriundas de interações de golpes do falso sequestro e 03 (três) gravações de golpes da recarga premiada, todas conseguidas através da rede mundial de computadores. Após a transcrição do material sonoro, fizemos a descrição e configuração dos gêneros situacionais Golpe do Falso Sequestro e Golpe da Recarga Premiada, os vinculando ao que chamamos de domínio de comunicação do discurso criminoso. A análise foi pautada sobre os argumentos de base racionalizante, classificados a partir da nomenclatura de Perelman e Tyteca (2005), sobre os argumentos patêmicos, relacionados à estratégia discursiva da *captação*, e sobre os *ethé* discursivos que foram construídos visando a garantir a *legitimidade* do sujeito argumentante e a *credibilidade* de seus argumentos. Pudemos notar que a maior parte dos argumentos racionalizantes diz respeito ao *vínculo causal* e ao *argumento pragmático*, já que a explicação acerca do que poderia acontecer caso as vítimas não fizessem o que lhes foi pedido, bem como do porquê de se fazer, é uma constante nas duas situações de comunicação. Observamos também a predominância de argumentos patêmicos que procuram despertar o temor e a piedade, nos golpes do falso sequestro, e a alegria nos golpes da recarga premiada. A respeito do *ethos*, notamos que as construções de *ethé de potência* foram as mais recorrentes nos golpes do falso sequestro, enquanto que os *ethé de competência* foram encontrados apenas nos golpes da recarga premiada. O *ethos de virtude*, por sua vez, foi construído nos dois gêneros. Os resultados demonstram que a utilização de determinados argumentos racionalizantes e patêmicos, bem como as construções dos *ethé* acima elencados, estão de acordo com as finalidades das situações de comunicação aqui analisadas, a saber: convencer as vítimas acerca da veracidade dos argumentos utilizados pelos criminosos.

ABSTRACT

SILVA, Welton Pereira e, M.Sc.; Universidade Federal de Viçosa, February, 2016. **The argumentation in telephonic crimes under the Semiolinguistics Theory perspective.** Advisor: Mônica Santos de Souza Melo. Coadvisor: Rony Petterson Gomes do Vale.

The aim of this research is to describe, analyze and understand the way people who practice the fake kidnapping and the lucky cellphone recharge scams build their arguments to get to their communicative goals. For that, we based our analysis on the Semiolinguistics Theory of Patrick Charaudeau (2012) and on the postulates of Perelman and Tyteca (2005) about the New Rhetoric. Our *corpus* is composed by 06 (six) records of fake kidnapping scams interactions and 03 (three) records of lucky recharge scams. These records were obtained on the internet. After the transcription of the sound material, we made the description and configuration of the afore mentioned material, considering it as a genre in itself, both the Fake Kidnapping Scams and the Lucky Recharge Scams, linking them to what we are calling the criminal communication domain. The analysis was based on the logic arguments, classified according the nomenclature of Perelman and Tyteca (2005), on the pathemic arguments, linked to the discursive strategy of the *capitation*, and on the discursive *ethé* that was build with the intention of ensuring the *legitimacy* of the subject who argues and the *credibility* of their arguments. We realized that the most part of the logic arguments concerns to the *causal linkand* and to the *pragmatic argument*, due to the explanation about what could happen if the victim did not make what was asked of them, and, therefore, that being reason to do it, is a constant in the two communication situations. Furthermore, we realized the predominance of pathemic arguments linked to fear and compassion in the fake kidnapping scams and pathemic arguments linked to happiness in the lucky recharge scams. About the *ethos*, we realized the *ethé of potence* were the more repeating in the fake kidnapping scams, while the *ethé of competence* were found just in the lucky recharge scams. By its turn, the *ethos of virtue* was built in the two genres. The results shows that the utilization of certain logic and pathemic arguments, and the building of the *ethé* listed above, concurs with the goal of the communication situation analyzed in this research: to convince the victims about the veracity of the arguments used by the criminals.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, uma nova modalidade de crime de extorsão vem fazendo várias vítimas no Brasil devido à facilidade de realização do ato criminoso. Os golpes do falso sequestro, como foram chamados esses crimes, consistem na ligação telefônica feita para alguém com a finalidade de extorquir uma determinada quantia em dinheiro. Para isso, os criminosos utilizam ameaças à vida de algum suposto ente querido da pessoa que atende a ligação. Além do golpe do falso sequestro, outra modalidade criminosa pautada na comunicação via telefone surgiu no Brasil nos últimos anos. Trata-se do golpe da recarga premiada, considerado como um crime de estelionato. Nessa última modalidade criminal, no lugar de receberem a notícia de que um ente querido foi sequestrado, as vítimas são alertadas sobre um prêmio em dinheiro ao qual elas têm direito. Para se retirar essa gratificação, no entanto, as vítimas precisariam seguir algumas instruções dadas pelos infratores. Ao final das instruções, caso a vítima não perceba o golpe, uma quantia em dinheiro acabará sendo transferida para uma conta bancária fornecida pelos criminosos.

Na medida em que essas novas modalidades criminais surgiram há poucos anos e fizeram diversas vítimas, um estudo que busque descrever e compreender a maneira como se dão os processos interacionais nessas situações comunicativas é de suma importância para os estudos linguísticodiscursivos e não só, visto que, sendo o objeto de estudo constituído por práticas criminosas, a compreensão e descrição de suas características podem servir de contributo para pesquisas nas áreas da Sociologia, do Direito e da Antropologia, por exemplo. Além de essa pesquisa se fazer pertinente para os estudos sociodiscursivos, não podemos deixar de lembrar que ela pode se configurar em uma contribuição singular para os estudos de uma área emergente da Linguística Aplicada: a Linguística Forense, que também é um campo pouco desbravado nas faculdades de Letras brasileiras.

Por se tratarem de crimes linguísticos (cf. CARAPINHA, 2007), na presente pesquisa, nos propomos principalmente a analisar as estratégias argumentativas utilizadas pelos criminosos com o intuito de convencer as vítimas a respeito da veracidade das suas afirmações e ameaças. Nas duas práticas ilícitas aqui estudadas, os infratores buscam persuadir as vítimas a acreditarem em suas palavras e efetuarem o pagamento por eles exigido. No que diz respeito aos golpes do falso sequestro, pretendemos, também, analisar os argumentos utilizados pelas vítimas que tentam convencer os criminosos a não continuarem com o ato criminoso ou a fazer com que

eles se convençam de que as mesmas não têm condições de efetuar o pagamento por eles exigido.

Dessa forma, procuraremos discorrer acerca dessas recentes modalidades criminais conhecidas como golpes do falso sequestro e golpes da recarga premiada, nos debruçando sobre a análise dos argumentos utilizados pelos sujeitos envolvidos na situação de comunicação. Para isso, nos basearemos em alguns estudos da Análise do Discurso para investigarmos algumas gravações telefônicas dos golpes acima mencionados com o objetivo de entendermos como se dão os procedimentos argumentativos nas mesmas. Nessa fase, tomaremos por base os pressupostos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau para analisarmos, principalmente, o Modo de Organização Argumentativo a partir do qual se organizam os discursos dos criminosos e das vítimas. Essa teoria nos embasará, de igual modo, no que diz respeito à análise dos argumentos que buscam suscitar alguma emoção nas vítimas.

Nas situações de comunicação aqui analisadas, os criminosos têm o objetivo de fazer com que o seu discurso seja crível para que as vítimas efetuem o pagamento do falso resgate ou a transferência do valor pedido nos golpes da recarga premiada. O objetivo do sujeito falante é fazer com que o seu interlocutor creia naquilo que ele diz e se deixe convencer por seus argumentos. Para que a vítima acredite no que está sendo dito e venha a fazer o que está sendo pedido, os sujeitos argumentantes se valem de determinadas técnicas argumentativas, que dependem da finalidade da interação. Essas técnicas serão descritas, classificadas e analisadas, sobretudo, de acordo com a compilação apresentada por Perelman e Tyteca em seu *Tratado da Argumentação – a Nova Retórica* (2005).

Além dessas técnicas, observa-se que, nesses golpes, os criminosos fazem uso de determinadas estratégias discursivas a fim de fazerem com que seus interlocutores aceitem seus argumentos. Essas estratégias procuram *legitimar* e dar *credibilidade* ao sujeito argumentante, bem como *captar* o interlocutor. Para a interpretação dessas estratégias, em consonância com Melo (2013), estamos propondo uma articulação entre as estratégias discursivas e as três dimensões da estrutura argumentativa importadas da Retórica, a saber, o *logos*, o *pathos* e o *ethos*. De modo resumido, apenas visando à introdução do tema, o *logos* se constitui na apresentação de provas lógicas, ou de cunho racionalizante, para a defesa de um argumento; o *ethos* pode ser entendido como a imagem de si construída pelo orador em seu discurso e o *pathos*, por sua vez, seria a capacidade que o orador, o sujeito comunicante, possui de comover o auditório, o

sujeito interpretante, baseando-se na suscitação de determinadas emoções através de seu discurso.

Na presente pesquisa, portanto, nos propomos a analisar as estratégias argumentativas utilizadas pelos criminosos com a finalidade de convencer as vítimas acerca da veracidade de suas informações e/ou ameaças. Dessa forma, na medida em que o discurso argumentativo do sujeito enunciador (o sequestrador / representante da empresa) destinado ao sujeito destinatário (a vítima) procura fazer com que este último dê credibilidade ao discurso do primeiro e efetue a ação requisitada, é interessante e pertinente um estudo que busque compreender a maneira como acontece esse processo. Sendo tentativas de crimes que se pautam, principalmente, sobre uma prática linguístico-discursiva, um estudo que procure refletir sobre esses objetos sob o ponto de vista da Análise do Discurso se faz necessário.

Assim sendo, a questão principal que procuramos responder é: como os criminosos constroem seus argumentos de forma a convencer as vítimas de que seus argumentos são válidos e credíveis a ponto de algumas vítimas efetuarem o pagamento ou a transferência exigida por eles?

Ao lado do objetivo principal que orienta a nossa pesquisa, tentaremos responder a outras questões e atingir alguns objetivos secundários, como: (i) descrever e analisar as características composicionais e discursivas dos gêneros situacionais Golpe do Falso Sequestro e Golpe da Recarga Premiada; (ii) descrever e analisar os *ethé* discursivos construídos pelos criminosos de forma a compreendermos a maneira como estes se mostram no discurso; (iii) descrever e analisar os *ethé* discursivos construídos pelas vítimas dos golpes do falso sequestro e (iv) tentar entender, mesmo que parcialmente, qual é a relação que o discurso criminoso mantém com o discurso jurídico e, se possível, procurar entender o lugar ocupado pelo discurso criminoso no conjunto dos discursos que circulam em sociedade, o interdiscurso.

Para atingirmos o nosso objetivo, separamos nosso trabalho em três partes, que se complementam. No primeiro capítulo da presente dissertação encontra-se a contextualização da pesquisa. Nessa primeira parte do trabalho, fazemos uma conceituação do termo “crime” e apontamos qual é a visão adotada por nós. De igual modo, fazemos uma explicação e diferenciação acerca dos crimes de extorsão e dos crimes de estelionato, já que os textos que compõem o *corpus* de pesquisa são pertencentes a interações discursivas oriundas dessas duas classificações. Assim, fazemos também uma explanação sobre os golpes do falso sequestro e os golpes da recarga premiada. Ao final do primeiro capítulo, trazemos uma reflexão que visa a

lançar as bases de uma possível compreensão acerca do que chamamos aqui de discurso criminoso, tentando-se entender qual a sua relação com o discurso jurídico e qual o lugar por ele ocupado no interdiscurso. Nessa parte do trabalho, nos orientamos, sobretudo, pelos estudos de Maingueneau (2005; 2006) acerca da *topia discursiva* e das *cenas da enunciação* por entendermos que estes temas são pertinentes a um estudo que procura entender melhor a respeito de um determinado tipo de discurso.

O segundo capítulo, por sua vez, traz as bases teóricas e metodológicas sobre as quais se fundamenta este trabalho. Assim, é feita uma explanação do método adotado pela Análise do Discurso e, conseqüentemente, por este estudo. O objeto analisado, que consiste no discurso de criminosos materializado no *corpus* selecionado, também é apresentado, bem como fazemos uma rápida explicação acerca do tratamento desse mesmo *corpus*, sua coleta e sua transcrição. Posteriormente, discorreremos sobre a teoria Semiolinguística do discurso, postulada por Patrick Charaudeau e, de modo especial, discorreremos sobre o Modo de Organização Argumentativo do discurso, bem como sobre as instâncias do *logos*, do *pathos* e do *ethos*. Apresentamos também um breve histórico sobre a argumentação e a Retórica clássica e fazemos a apresentação da Nova Retórica de Perelman e Tyteca. Por fim, discorreremos a respeito da Linguística Forense por entendermos que, devido à natureza da presente pesquisa, ela pode ser entendida como um trabalho na área da Análise do Discurso Forense.

No terceiro capítulo, por fim, fazemos a análise propriamente dita do material empírico. Em primeiro lugar, é feita a descrição e a configuração dos gêneros situacionais Golpe do Falso Sequestro e Golpe da Recarga Premiada. A partir daí, apresentamos algumas análises concernentes ao uso de argumentos de base racionalizante, pautados no *logos*, bem como analisamos alguns argumentos que, possivelmente, seriam capazes de despertar determinadas emoções no sujeito interpretante. É a problemática do *pathos*. Além disso, fazemos a análise das variadas imagens de si construídas nos discursos aqui analisados, os *ethé*, mostrando que essas imagens podem ser auxiliadas por recursos prosódicos e mesmo sociolinguísticos. Além disso, notamos que as construções de determinados *ethé* poderiam servir como pistas para que o sujeito interpretante percebesse que a interação é pautada sobre uma situação forjada, se configurando em um engodo.

CAPÍTULO I

O Discurso Criminoso: uma breve introdução

A presente pesquisa tem a intenção de descrever e analisar as estratégias argumentativas utilizadas em interações discursivas que envolvem, por um lado, uma instância criminosa, um sujeito que age contra a lei e, por outro lado, uma instância constituída pela vítima. Visto que o objeto de pesquisa se configura em discursos oriundos de tentativas de realização do ato criminoso, faz-se necessária uma contextualização com a finalidade de darmos algumas explicações acerca de determinados conceitos pertencentes ao âmbito jurídico. Após a explicitação do que entendemos aqui como *crime* e seus subtipos, *crime de extorsão* e de *estelionato*, fazemos uma descrição do que vem a ser os golpes do falso sequestro e os golpes da recarga premiada, já que o *corpus* deste trabalho é composto por gravações de áudio pertencentes a essas práticas criminosas. Posteriormente, fazemos uma reflexão acerca daquilo que chamamos de discurso criminoso, levantando algumas hipóteses a respeito de sua relação com o discurso jurídico, seu lugar no interdiscurso e as cenas da enunciação possíveis de serem evocadas por ele.

1. A natureza do crime

Como veremos durante o decorrer deste trabalho, nós estamos partindo da posição de que a linguagem se manifesta em sociedade através do discurso, este, por sua vez, construído por sujeitos em um determinado contexto sócio-histórico. Quer isto dizer que os atos criminosos, como outras espécies de ação humana, vão ser construídos, também, por e através de discursos. Isso se faz ainda mais evidente quando estamos tratando de crimes linguísticos cuja execução se faz através do telefone, unicamente pela interação discursiva, tais como os golpes do falso sequestro e os golpes da recarga premiada. No entanto, antes de começarmos a falar sobre esses dois tipos de crime, devemos explicar a posição que tomamos aqui a respeito do sentido do vocábulo *crime*.

Na presente pesquisa, tomamos os termos *crime*, *infração penal* e *delito* como termos intercambiáveis, de forma sinonímica, entre si. Desse modo, durante o percurso deste manuscrito, esses termos poderão vir em substituição um pelos outros. De acordo com o jurista Bitencourt (2010), a noção de crime possui dois conceitos nos estudos do

Direito Penal: um formal e um material. O conceito formal diz que o “crime é toda a ação ou omissão proibida por lei, sob ameaça de pena” e o conceito material esclarece que “crime é a ação ou omissão que contraria os valores ou interesses do corpo social, exigindo sua proibição com a ameaça de pena” (BITENCOURT, 2010, p. 250). Notamos, então, que o crime é uma ação que contraria a lei e os valores sociais e é suscetível a uma determinada sanção, uma pena, imposta ao infrator.

Por sua vez, o Código Penal Brasileiro, no artigo primeiro, esclarece: “Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; (...)” (ANGHER, 2004, p. 409). Ainda de acordo com Bitencourt (2010, p. 250), a noção de crime é vista em uma relação tripartida que descreve a ação criminosa como uma ação típica, antijurídica e culpável. Sobre essa noção teórica, Welzel (1987) nos ensina que

A tipicidade, antijuridicidade e a culpabilidade são três elementos que convertem uma ação em um delito. A culpabilidade – a responsabilidade pessoal por um fato antijurídico – pressupõe a antijuridicidade do fato, do mesmo modo que a antijuridicidade, por sua vez, tem de estar concretizada em tipos legais. A tipicidade, a antijuridicidade e a culpabilidade estão relacionadas logicamente de tal modo que cada elemento posterior do delito pressupõe o anterior (WELZEL, 1987 *apud* GRECO, 2010, p. 132).

Notamos, dessa forma, que a prática criminosa deve possuir essas três características que se complementam: pertencer a um tipo de crime previsto em lei; contradizer a uma ou mais normas jurídicas e ser reprovável, passível de ser atribuída responsabilidade pelo ato a quem pratica a ação.

Como mencionado anteriormente, no presente trabalho procuramos descrever e analisar as interações discursivas em dois tipos de práticas ilícitas. No entanto, devemos fazer uma ressalva que se faz pertinente, pois os textos que aqui analisamos se configuram em gravações de tentativas, de ações criminosas incompletas. Isso se deve ao fato de que, em alguns textos, o crime não foi consumado e, em outros, não tivemos acesso ao final da interação discursiva, o que nos impossibilita saber se o processo foi completado ou não. Sobre a noção de *tentativa*, novamente trazemos a voz de Bitencourt (2010, p. 464) que nos explica que “a tentativa é a realização incompleta do tipo penal, do modelo descrito na lei. Na tentativa há prática de ato de execução, mas o sujeito não chega à consumação por circunstâncias independentes de sua vontade”. E ainda:

Na tentativa o movimento criminoso para em uma das fases da execução, impedindo o agente de prosseguir no seu desiderato por circunstâncias estranhas ao seu querer. A tentativa é o crime que entrou em execução, mas no seu caminho para a consumação é interrompido por circunstâncias acidentais. A figura típica não se completa (BITENCOURT, 2010, p. 464).

Dessa forma, os discursos por nós analisados na presente pesquisa podem ser considerados oriundos de práticas criminosas, pois a tentativa também se configura em um tipo penal, mesmo que não completo, conforme nos esclarece o autor supracitado. Além disso, ainda de acordo com Bitencourt (2010), podemos encontrar três elementos distintos na tentativa: (i) o início da execução; (ii) a não consumação do crime por circunstâncias independentes da vontade do sujeito e o (iii) dolo em relação ao crime total, ou seja, a intenção do criminoso em efetuar o ato. É interessante ressaltar que a tentativa também é passível de punição, sendo que esta é a mesma que seria imposta ao executante do crime que se consumasse, mas diminuída de um a dois terços, de acordo com o artigo 14 do Código Penal (ANGUER, 2004). Além disso, podemos encontrar dois tipos de tentativa, a *tentativa perfeita*, que se configura na execução criminosa interrompida, por exemplo, quando alguém é impedido de terminar um homicídio, e a *tentativa imperfeita*, quando o resultado final não ocorre mesmo que a execução transcorra bem (BITENCOURT, 2010).

No momento em que essa tentativa é consumada, tem-se o crime propriamente dito. A *consumação* do crime, por sua vez, se dá “quando o agente [do ato criminoso] realiza todos os elementos que compõem a descrição do tipo legal” (BITENCOURT, 2010, p. 263). É o final da ação criminosa, quando a parte vitimizada sofre a lesão consecutiva do ato delituoso.

Nesse ponto, é interessante esclarecermos outro aspecto teórico: no presente trabalho, consideramos os golpes do falso sequestro e os golpes da recarga premiada como *crimes linguísticos*. Carapinha (2007), a respeito da possibilidade de se estudar linguisticamente uma prática criminosa, e esclarecendo o conceito de *crime linguístico*, nos diz:

O domínio do crime linguístico constitui uma outra área de bastante interesse para as ciências da linguagem, pois a lei também especifica quais os usos dados à linguagem que podem constituir actos criminais. Resultado da verbalização de certas intenções consideradas ilícitas, este tipo de delito utiliza a linguagem como meio de realização. A difamação, a injúria, a falsidade de depoimento, a *tentativa de extorsão*, a denúncia caluniosa e a incitação ao crime são apenas alguns exemplos deste tipo de infracções que originam um trabalho judiciário bastante complexo (CARAPINHA, 2007, p. 13. Grifo nosso).

A elucidação desses termos jurídicos, aos quais recorreremos durante o desenvolvimento deste trabalho, faz-se necessária para uma boa compreensão acerca dos fenômenos linguístico-discursivos aqui analisados. Definidos esses conceitos básicos, falaremos mais detidamente sobre o crime de extorsão e o crime de estelionato. Esses dois tipos de ação criminosa veiculam os discursos que propusemo-nos a investigar no presente estudo.

1.1. Os crimes de extorsão

Os crimes de extorsão são definidos pelo artigo 158 do Código Penal Brasileiro como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa: Pena – reclusão, de quatro a dez anos, e multa.” (ANGHER, 2004, p. 483). Este tipo de crime pressupõe a utilização da força física e/ou ameaças utilizadas pelos criminosos de modo a tentarem fazer com que a vítima forneça a eles o que almejam. Ou seja, a vítima é forçada a entregar seus bens, já que se não o fizer, os criminosos podem concretizar suas ameaças.

1.1.1. Os golpes do falso sequestro

Considerados um tipo de crime autóctone do Brasil (RODRIGUES, 2007), os chamados golpes do falso sequestro são uma modalidade de crime de extorsão. Nessa interação mediada pelo telefone, os criminosos fazem suas ligações, normalmente de dentro de presídios, com a finalidade de fazer com que a pessoa que atendeu o telefonema acredite em seus argumentos e efetue o pagamento do falso resgate. Essas ligações costumam ser realizadas durante a madrugada e o valor cobrado varia bastante, desde a recarga de cartões telefônicos até determinadas quantias monetárias. O valor médio pedido pelos criminosos era de quatro mil reais no ano de dois mil e sete, por exemplo (LINHARES, 2007).

De acordo com Rodrigues (2007),

Inspirada em outras espécies de golpes telefônicos criados há aproximadamente cinco anos por sentenciados da penitenciária fluminense Carlos Tinoco da Fonseca, esta extorsão vem sendo aperfeiçoada de modo a se tornar cada vez mais ameaçadora. As vítimas que antes quase sempre eram escolhidas de modo aleatório, comumente hoje são escolhidas e pesquisadas de modo percuciente. (RODRIGUES, 2007, p. 01).

Rodrigues (2007) afirma também que, à época da escrita de seu artigo, cerca de vinte por cento das vítimas chegavam a pagar o falso resgate e, conseqüentemente, consumir a extorsão.

Durante a interação, o criminoso tenta extrair o máximo de informações acerca de algum familiar, normalmente um filho ou cônjuge, da pessoa que atendeu ao telefonema. Para isso eles lançam mão de várias estratégias como a simulação de um pedido de socorro feito por alguém que chama o atendente de mãe. Dessa forma, o atendente pode vir a chamar pelo nome do filho, informação que é utilizada pelos criminosos durante todo o restante da interação que tem por finalidade a negociação pautada sobre a ameaça à vida do suposto sequestrado.

Para fazer com que a vítima acredite em suas palavras e venha a realizar a transação financeira que visa à libertação do familiar supostamente sequestrado, configurando, assim, o crime tipificado como extorsão, os criminosos valem-se de alguns subterfúgios. De acordo com Rodrigues:

A fala realizada na terceira pessoa do plural [sic], dando a idéia de que há mais pessoas envolvidas no crime, aumenta a credibilidade dos dizeres proferidos pelo bandido. E a combinação de tudo isso cria o clima de terror perfeito para o golpe que, dessa forma, muitas vezes se torna suficientemente crível (RODRIGUES, 2007, p. 02).

Notamos, então, que os delinquentes podem se fazer passar por uma gangue, construindo assim um *ethos* “coletivo”¹, através da utilização do pronome de primeira pessoa do plural, *nós*, ou da locução pronominal com valor semântico equivalente, *a gente*. Além disso, a atmosfera de terror, mencionada pelo autor supracitado, é evocada através da utilização de descrições, narrativas e argumentos patêmicos que se constroem visando a despertar determinadas emoções na vítima. Juntem-se a isso os imaginários sociodiscursivos compartilhados por grande parte da população brasileira que convive diariamente com a constante insegurança e tem-se um cenário perfeito para que a vítima acredite nas palavras do suposto sequestrador.

É interessante ressaltar que as gravações de golpes do falso sequestro aqui analisadas não foram disponibilizadas em sua totalidade, o que faz com que não seja possível identificar se os crimes foram ou não consumados com a aceitação por parte da

¹ Coletivo no sentido de plural, não no sentido de um *ethos coletivo* que diz respeito a todo um grupo de indivíduos, conforme entendido por Charaudeau (2015). As noções de *ethos*, argumentos patêmicos e imaginários sociodiscursivos serão mais bem elucidadas no capítulo II.

vítima em efetuar o pagamento exigido pelos criminosos. Devido a isso, consideramos esses discursos como oriundos de tentativas de realização do crime de extorsão conhecido como golpe do falso sequestro. Essa falta de totalidade nas gravações se deu, possivelmente, pelo fato de as mesmas terem sido publicadas em um espaço de notícia, assim sendo, não seria possível a disponibilização do conteúdo integral, já que nomes, números de telefone e contas bancárias poderiam ter sido divulgados. No entanto, visto que o nosso objetivo é o de analisar as estratégias argumentativas utilizadas no processo de negociação, a não existência do desfecho das interações não prejudica, de forma incontornável, a análise que pretendemos efetuar.

1.2. Os crimes de estelionato

Apesar de os dois tipos de crime aqui analisados terem similitudes que nos permitem classificá-los como tentativas de crimes via telefone que se fundamentam na utilização de argumentos em vista de convencer uma possível vítima, os golpes da recarga premiada, ao contrário dos golpes do falso sequestro, são considerados crimes de estelionato. Estes crimes são definidos no artigo 171 do Código Penal Brasileiro como a ação de “obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento” (ANGHER, 2004, p. 486). A pena para esse tipo de crime pode variar entre a reclusão de um a cinco anos e multa.

É interessante ressaltar, portanto, que os crimes de estelionato se caracterizam pelo ardil utilizado pelos criminosos que pode levar a vítima a entregar-lhes o que desejam, em nosso caso, uma quantia em dinheiro. Dessa forma, a vítima não é forçada a entregar seus bens, mas enganada e levada a fazê-lo. Assim, de acordo com Rodrigues (2007, p. 05), “no estelionato, a farsa utilizada age no sentido de viciar a vontade do sujeito passivo do delito, fazendo com que ele, iludido, venha a voluntariamente entregar a coisa.” Já nos golpes do falso sequestro “emprega-se um meio fraudulento voltado a atemorizar a vítima, de modo a obrigá-la a realizar a entrega exigida, contra a sua vontade.” Vemos, portanto, que no estelionato pretende-se convencer, persuadir, e no crime de extorsão pretende-se subjugar a vontade da vítima.

1.2.1. Os golpes da recarga premiada

Além dos golpes do falso sequestro, estamos, na presente pesquisa, procurando entender a forma como se dá a argumentação em outro tipo de crime praticado via telefone: os chamados golpes da recarga premiada.

Nessa modalidade criminal, uma mensagem chega ao telefone celular de uma vítima em potencial afirmando que ela é a ganhadora de um prêmio em dinheiro ou outros bens. Abaixo, podemos observar um exemplo deste tipo de mensagem que chega ao telefone celular do destinatário:



Figura 01: Mensagem de golpe da recarga premiada

Fonte: acervo pessoal

Caso a pessoa que recebeu a mensagem retorne a ligação, conforme é indicado na mensagem, o sujeito criminoso se passa por um representante de uma empresa famosa e afirma que o sujeito que atendeu a ligação foi beneficiado com a gratificação de um determinado valor monetário ou com bens materiais como imóveis ou automóveis. À medida que toda a execução do crime se pauta sobre a tentativa de ludibriar as vítimas, fazendo com que elas acreditem que têm direito ao recebimento do prêmio e efetuem uma transferência monetária para uma conta bancária fornecida pelos criminosos, essa prática se enquadra na classificação de crimes de estelionato.

De fato, o golpe da recarga premiada é apenas uma variação dos chamados golpes do falso sorteio. Nesse tipo de golpe, uma mensagem chega ao celular da vítima informando que ela foi sorteada em um concurso de alguma operadora de telefonia móvel ou de alguma emissora de televisão brasileira. Segundo Barros:

Realizado principalmente por presos ou facções criminosas, o golpe do falso sorteio por celular vem sendo aplicado no Brasil há mais de oito anos. Uma das finalidades é fazer com que a vítima compre recarga de celulares pré-pagos e repasse os códigos para os golpistas. Em alguns casos, a pessoa é induzida a fazer depósitos em contas bancárias como condição para a liberação dos supostos prêmios. As desculpas mais comuns para esses pagamentos são “impostos”, “taxa de cadastro”, “protocolo”, “processamento”, “doação”. (BARROS, 2012, online)

Após o recebimento da mensagem, caso a vítima retorne a ligação para o número fornecido, o criminoso se faz passar por um representante da empresa beneficiadora e, após confirmar em qual banco a vítima possui conta corrente, pede que a mesma se dirija a um caixa eletrônico de sua agência bancária. Durante a operação no caixa eletrônico, os criminosos, utilizando-se de diferentes argumentos, ludibriam a vítima que, caso não perceba em tempo que está sendo vítima de um golpe, acabará por fazer a transferência de uma quantia monetária para uma conta fornecida pelos criminosos.

1.3. O discurso criminoso: uma possível conceituação

Estamos partindo do pressuposto de que existe um determinado tipo de discurso veiculado por práticas criminosas, estas, por sua vez, também veiculadas por esse discurso. Se pensarmos, juntamente com Charaudeau (2012), que o ato de linguagem se configura em uma constante troca entre os sujeitos que participam da interação e, nela, negociam os sentidos que ali se constroem, levando-se em conta o contexto socio-histórico, poderemos pensar em um discurso que se configura como uma produção própria de determinados sujeitos considerados criminosos, por estarem em desacordo com a lei.

De acordo com Maingueneau (2014, p. 468), existe uma classificação restritiva para o termo “tipo de discurso” que consiste em opor “tipo” a “gênero de discurso”, já que o tipo seria um “setor de produção verbal de uma sociedade com um dispositivo de comunicação particular (implicando papéis, um canal, temas etc., particulares)”. Esses tipos de discursos recobririam variados gêneros discursivos. Assim, o tipo “discurso

religioso” recobriria gêneros como a ladainha, a homilia, o sermão etc. enquanto que o tipo “discurso jurídico” seria ligado a gêneros próprios do âmbito jurídico, como a petição, os documentos pessoais e as audiências de conciliação, por exemplo. Desse modo, podemos considerar, apoiados nas ideias de Maingueneau, que o discurso criminoso pode ser entendido como um tipo de discurso, já que essa produção discursiva está ligada a algumas práticas consideradas ilícitas pelo sistema judiciário. Assim, o discurso criminoso também seria capaz de recobrir determinados gêneros discursivos que se aliarão a esse tipo de discurso. Observemos o esquema abaixo:

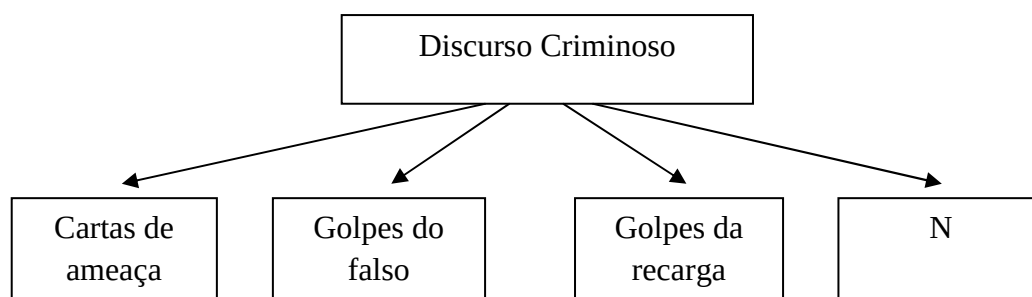


Figura 02: Gêneros do discurso criminoso

Seguindo este raciocínio, seria pertinente dizer que existe um tipo de discurso que veicula diferentes gêneros ligados diretamente a práticas criminosas. O contexto a partir do qual surgem esses discursos, materializados em diversos gêneros, pode, então, ser compreendido como uma situação de comunicação criminosa, por estar ligada a uma ação social compreendida como crime.

A noção de contexto aqui utilizada possui um sentido similar ao de situação de comunicação, termo utilizado pela teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2012). Essa noção, no entanto, só será esclarecida posteriormente. No momento, basta sabermos que chamamos de contexto ao “conjunto de condições que organizam a emissão de um ato de linguagem” (CHARAUDEAU, 2014, p. 450). Assim, a noção de contexto como uma situação imediata na qual os sujeitos constroem seus discursos nos leva a outra problemática: o que vem a ser um contexto criminoso?

De acordo com a Constituição Federal em seu artigo 5º², não existe crime sem uma lei anterior que o defina como tal. Dessa forma, uma prática só é ilegal por haver uma lei que a define como ilícita. Nesse ponto, a prática criminosa está estritamente ligada à prática judicial, já que a antijuridicidade, já detalhada anteriormente, é condição

² Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 mai. 2015.

sine qua non para que uma prática seja classificada como delito. O contexto, a situação de comunicação que será considerada criminosa, então, é aquela na qual os sujeitos executam uma ação que é considerada ilícita, imprópria ao convívio social.

Dessa forma, chamamos de *discurso criminoso* o tipo de discurso construído por uma instância de produção criminosa que, por sua vez, é constituída por sujeitos cuja identidade se coaduna com a de um indivíduo que está realizando uma prática ilícita, o criminoso. Essa prática, por sua vez, é veiculada por esse discurso que deve possuir uma finalidade discursiva e um propósito (tópico, tema) comunicativo relacionados ao que se considera como ilegal em uma dada sociedade. Nas interações aqui analisadas, a instância de produção direciona seu discurso a uma instância de recepção constituída por sujeitos que se posicionam na identidade social e/ou discursiva de vítimas dos golpes.

De acordo com Charaudeau (2009), a identidade social seria formada pelas características biológicas e sociais do sujeito e estaria relacionada à sua *legitimidade*, seu “direito à palavra”. No entanto, essa identidade social pode ser mascarada ou alterada pelo discurso. Já a identidade discursiva depende das estratégias da *credibilidade* e de *captação* e pode ser entendida como a identidade construída pelo sujeito em seu próprio discurso.

Nos golpes do falso sequestro, a identidade social e discursiva das vítimas parecem ser a mesma. No entanto, visto que os sujeitos que se comportam como vítimas em dois dos textos relativos aos golpes da recarga premiada estavam cientes da natureza criminosa da interação, podemos dizer que a identidade de vítima era apenas discursiva.

Quanto às identidades dos criminosos, é interessante ressaltar que, nos golpes do falso sequestro, a identidade discursiva de criminoso se coaduna à identidade social dos sujeitos que fazem a ligação. Afinal, tanto a identidade social quanto a discursiva dizem respeito a um delinquente, alguém que age contra a lei, seja através da extorsão ou do sequestro. Já nos golpes da recarga premiada, a identidade social de criminoso é diferente da identidade discursiva de um representante da empresa que entregará um prêmio à vítima.

Além disso, esse discurso que ora denominamos como discurso criminoso pode ser considerado atópico, se recorrermos ao que Maingueneau (2006) nos diz a respeito dos lugares que os discursos podem ocupar em relação aos outros discursos, ou seja, no chamado interdiscurso, já que ele é vinculado a uma ação criminosa. Essa relação pode se dar de três formas distintas, a saber: (i) o discurso pode ser paratópico, quando transcende as demais produções discursivas. É o caso dos discursos constituintes, que

designa os discursos que têm a capacidade de se autofundar e de fundar outros discursos, tais como o discurso religioso, filosófico, literário etc; (ii) o discurso pode ser, também, tópico, possuindo um lugar legitimado em sociedade e é por esta aceito e legitimado e, (iii) por fim, Maingueneau (2006) faz referência aos discursos atópicos, que seriam aqueles discursos que não são aceitos abertamente em sociedade, mesmo que esta conheça e tolere a sua existência. Nessa categoria, podemos citar o discurso pornográfico, que tem suas produções encerradas na marginalidade social, pois como nos diz Maingueneau (2010):

Os trabalhos que desenvolvi recentemente sobre o discurso pornográfico levaram-me a introduzir uma nova categoria: a dos discursos “atópicos”. Literalmente, o pertencimento desses discursos ao espaço social é fundamentalmente problemático. Trata-se de uma produção tolerada, clandestina, noturna, que penetra nos interstícios do espaço social. A produção pornográfica é superabundante, assim como seu consumo, mas os produtores ou os consumidores são sempre os outros (MAINGUENEAU, 2010, p. 166).

E ainda:

A pornografia compartilha, aliás, essa atopia com outras práticas verbais, que variam segundo as sociedades: palavrões, músicas indecorosas, ritos de feitiçaria, missas negras etc. são práticas diversas constantemente atestadas, mas silenciadas, reservadas a espaços de sociabilidade muito restritos ou a momentos muito particulares (cf. os carnavais de outrora) (MAINGUENEAU, 2010, p. 166).

Desse modo, o discurso criminoso pode também ser considerado atópico, pois os sujeitos que o produzem e as situações comunicativas que o evocam assim o são. O discurso atópico é, dessa forma, aquele atribuído ao outro, ao externo, ao marginal em relação ao discurso tópico. No nosso caso, a prática criminosa e seu discurso inerente são postos à margem, de fora, produzidos em locais próprios para eles, lugares distantes e isolados, como a favela e a penitenciária.

Por ser um discurso ao qual consideramos atópico, cujo lugar não é reconhecido pela sociedade, o discurso criminoso é, portanto, tomado como um discurso não-constituente. Ainda de acordo com Maingueneau (2006) “a expressão ‘discurso constituinte’ designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma” (MAINGUENEAU, 2006, p. 60). Os discursos constituintes autorizam a si próprios, se propondo ligados a uma fonte legitimadora, fundando a si mesmos e não sendo fundados por outros discursos. Assim, o discurso religioso possui as diferentes religiões

e seus textos sagrados como fontes que o legitimam, diferentemente do discurso político que, por sua vez, necessita buscar apoio, legitimidade, no discurso filosófico e científico, por exemplo, não sendo capaz de se auto-autorizar.

Nesse ponto, podemos retomar a questão do “interdiscurso”, já mencionada pouco acima. O interdiscurso é entendido por Maingueneau (2014) como um conjunto de discursos que mantêm relações uns com os outros. Esses discursos podem ser de variados tipos e gêneros discursivos, de discursos anteriores ou contemporâneos etc. Dessa forma, conforme ilustramos com a referência ao discurso político, ele terá de, a partir de uma relação interdiscursiva com outros tipos de discurso, buscar sua legitimidade e mesmo as bases para a sua constituição, por exemplo, quando um político se baseia em estudos científicos acerca de um determinado assunto para embasar seus argumentos e justificar sua posição política e ideológica a respeito daquele determinado assunto. Isso se estende, a nosso ver, ao discurso criminoso que, sendo não-constituente, necessita de buscar apoio em outros discursos, dos mais variados tipos. Nos textos que nos propomos a analisar, em determinados momentos, os criminosos buscam respaldo no discurso jurídico e empresarial, por exemplo, quando procuram construir para si a imagem de um representante da empresa que fornecerá o prêmio, de um policial etc. Essas questões serão melhor abordadas no capítulo III.

Como já mencionamos, o conceito de crime está intimamente ligado ao conceito de legalidade, já que um ato só é considerado crime a partir do momento em que há a restrição legal àquela prática. É a noção de antijuridicidade. Assim sendo, a interdiscursividade entre o discurso criminoso e o jurídico mantém uma relação que merece ser analisada separadamente e é isso que passamos a fazer na próxima seção.

1.3.1. Relações entre o discurso jurídico e o discurso criminoso

Se continuarmos nos baseando nos estudos de Maingueneau, percebemos que o discurso jurídico poderia ser considerado um discurso constituinte, ao lado dos exemplos clássicos do discurso religioso, científico, literário e filosófico. O discurso jurídico parece possuir a capacidade de se autofundar e fundar outros discursos, pois possui no Fórum e nas compilações de leis o seu *archéion*. De acordo com Maingueneau (2000),

Os discursos constituintes mobilizam o que se poderia chamar de *archéion* da produção verbal de uma sociedade. Esse termo grego, étimo do latino *archivum*, apresenta uma polissemia interessante para a nossa perspectiva: ligado a *arché*, “fonte”, “princípio”, e a partir daí “mandamento”, “poder”, o

archéion é a sede da autoridade, um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas também os arquivos públicos. O *archéion* associa assim intimamente o trabalho de *fundação* no e pelo discurso, a determinação de um *lugar* associado a um *corpo de enunciadores consagrados*, e à elaboração de uma *memória* (MAINGUENEAU, 2000, p. 07. Grifos do autor).

O discurso jurídico, portanto, se baseia em uma instituição que parece lhe garantir a legitimidade, a sua capacidade de se autofundar. Apesar disso, conforme salienta o próprio Maingueneau (2000, p. 07), o estatuto de discurso constituinte do discurso jurídico ainda “está longe de estar claro”. Não temos, no presente trabalho, interesse em nos debruçarmos profundamente sobre o discurso jurídico. Devido a isso, tomaremos, a partir de agora, tanto o discurso jurídico como o discurso criminoso como “domínios de prática languageira”. De acordo com Charaudeau (2004):

Os campos – que prefiro chamar de “domínios de prática languageira” visto que esta denominação remete muito mais à experiência comunicativa – determinam, então, de antemão, a identidade dos atores que se encontram ali, os papéis que devem representar, o que faz com que as significações dos discursos que circulam ali sejam fortemente dependentes da posição de seus enunciadores (CHARAUDEAU, 2004, p. 02).

Esses domínios de prática languageira, portanto, agrupam determinados gêneros em um dado discurso que se associa a um setor de prática social. Assim, podemos falar em discursos que se associam a situações práticas do uso da linguagem em sociedade, como o discurso político, o discurso religioso, o discurso jurídico e o discurso criminoso. Conforme Charaudeau (2004), esses domínios determinam, de certo modo, as identidades dos sujeitos que participam da interação, no nosso caso, a identidade de criminoso prevalece. No processo de discursivação, através das restrições que determinam a expectativa – *enjeu* – da troca comunicativa, os domínios de prática são configurados em domínios de comunicação, que seriam um conjunto de situações de comunicação (CHARAUDEAU, 2004).

No entanto, a prática discursiva em curso deverá ser enquadrada no que a lei concerne como crime para que possamos falar em “domínio de comunicação criminoso”. Assim sendo, se a lei, veiculada pelo discurso jurídico, determina que certa prática é criminosa, seria o discurso criminoso veiculado pelo discurso jurídico? A princípio, poder-se-ia pensar que o discurso jurídico, respaldado e respaldando a legislação, possa estar na origem no discurso criminoso por ser aquilo que ditará o que é ou não um ato criminoso. Dessa forma, poderíamos conceber a relação entre esses domínios de comunicação da seguinte maneira:

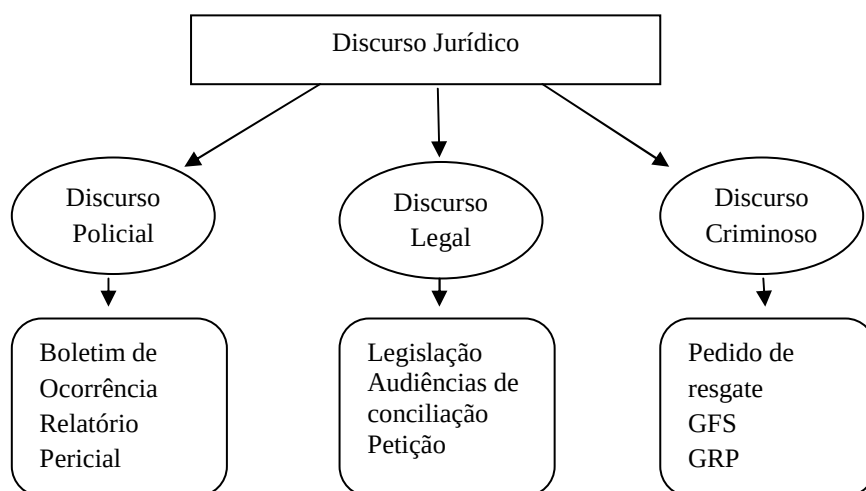


Figura 03: Relação direta entre o discurso jurídico e o discurso criminoso

De acordo com esse ponto de vista, o discurso jurídico seria capaz de legitimar outros discursos, o que lhe atribuiria o status de discurso constituinte. Coulthard (2007) atribui os gêneros que aqui agrupamos como pertencentes do domínio, ou subdomínio, do discurso policial ao discurso jurídico. No entanto, por fins metodológicos, resolvemos dividir os gêneros estudados pela Linguística Forense como pertencentes ao domínio jurídico em dois subdomínios: o discurso policial, que estaria associado à prática policial em si e engendraria gêneros como os boletins de ocorrência e os relatórios periciais, que também se vinculam ao discurso jurídico, e o subdomínio do discurso legal que, por sua vez, engendraria os gêneros já tradicionalmente atribuídos ao discurso jurídico. Essa separação foi necessária na medida em que o discurso criminoso e seus gêneros (golpes do falso sequestro, golpes da recarga premiada, cartas de ameaça, pedido de resgate etc.) também foram concebidos, nesse primeiro ponto de vista, como sendo relacionados diretamente ao discurso jurídico.

Por outro lado, poderíamos entender o discurso criminoso como um domínio de comunicação que se associa ao discurso jurídico, mas não em relação direta, tal como acontece com o discurso policial. Ao contrário deste, o discurso criminoso seria uma contraparte do discurso jurídico, já que sua existência estaria em dissonância com o que é considerado legal, lícito. Dessa forma, um esquema que poderia representar esse posicionamento se daria da seguinte maneira:

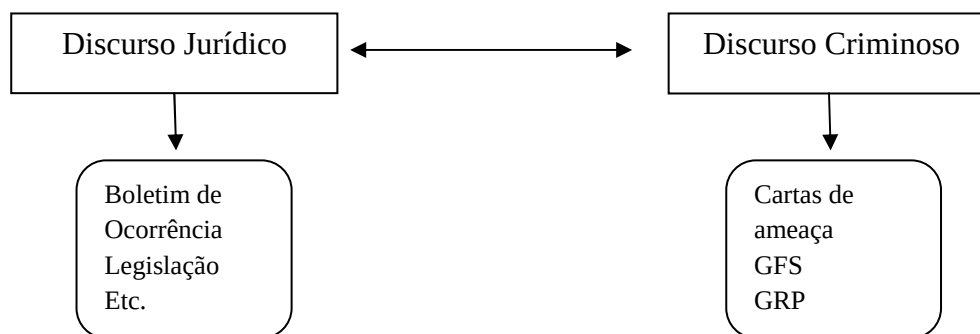


Figura 04: Relação dialógica entre o discurso jurídico e o discurso criminoso

Este raciocínio também parte do pressuposto de que o discurso jurídico ditaria as normas para que uma ação seja ou não considerada criminosa. Porém, aqui, o discurso criminoso existiria devido ao discurso jurídico, não se apoiando neste em uma relação de constituição direta, mas sendo sua parte contraventora. Dessa forma, parece haver uma espécie de diálogo intrínseco e natural entre as duas situações de comunicação, já que enquanto a prática criminosa é definida pela prática legal, esta só existe em função daquela. Essa questão é facilmente percebida através da própria história do Direito Penal, cujo desenvolvimento se deu a partir da necessidade de assegurar que certas práticas fossem inibidas. De acordo com Dresch (2007):

O Direito Penal representa as formas encontradas pelos homens para responder aos conflitos entre pessoas ou grupos. Ao longo da história da humanidade, foram-se aprimorando essas formas de resposta, legitimando práticas que vieram a constituir os primeiros códigos penais. A história do direito penal está imbricada à evolução histórica da punição, passando ambos por um processo civilizatório, expressão dos pensamentos político-jurídico e filosófico, fundamentais em diferentes épocas e culturas (DRESCH, 2007, p. 96).

Ou seja, uma lei define o que é crime, mas a lei só existe para garantir que aquela prática socialmente indesejada seja passível de punição. Essa relação dialógica é representada, no esquema exposto acima, pela seta dupla, no entanto, o discurso criminoso também entraria em uma relação dialógica com outros tipos de discurso, como o religioso, o empresarial, o político etc.

De acordo com este último ponto de vista, o qual adotamos no presente estudo, o discurso criminoso está ligado ao discurso jurídico pelos motivos aqui elencados, mas detém uma relativa autonomia na medida em que ele se origina em um lugar discursivo diferente, tendo sujeitos cujas identidades se filiam à prática social do crime, bem como finalidades e propósitos comunicativos ligados à prática criminosa.

O discurso criminoso seria, ao que tudo indica, um discurso atópico e não-constituente, levando em conta as noções de Maingueneau, e pode ser considerado um domínio de comunicação, se partimos dos postulados de Charaudeau.

1.4. As cenas da enunciação do discurso criminoso

Tendo já estipulado que partiremos da posição de que o discurso criminoso mantém uma relação direta, embora não completamente dependente, com o discurso jurídico, além de poder ser considerado como atópico e não-constituente, resta-nos discorrer sobre as cenas da enunciação possíveis de ser evocadas por esse tipo de discurso. De acordo com Maingueneau (2014), a noção de cenas da enunciação é frequentemente empregada, em Análise do Discurso, em concorrência com a noção de “situação de comunicação”. No entanto:

ao falar de “**cena de enunciação**”, acentua-se o fato de que a enunciação acontece em um espaço *instituído*, definido pelo gênero de discurso, mas também sobre a dimensão *construtiva* do discurso, que se “coloca em cena”, instaura seu próprio espaço de enunciação (MAINGUENEAU, 2014, p. 95. Grifos no original).

Desse modo, para Maingueneau (2005), a produção discursiva evoca três tipos de cenas que, juntas, compõem um quadro dentro do qual se processa a enunciação. Essa noção está intimamente ligada ao conceito de “situação de comunicação³”, ou seja, todo o contexto sócio-histórico que circunda a produção discursiva, e compartilha com ela a metáfora que relaciona a ação de produzir um discurso à encenação teatral. De acordo com Maingueneau (2005), essas três cenas da enunciação correspondem à *cena englobante*, à *cena genérica* e à *cenografia*. As duas primeiras formam o que o autor chama de *quadro cênico* da enunciação, mas é com a cenografia que o destinatário do texto entrará em contato. Segundo Maingueneau:

A **cena englobante** é a que corresponde ao tipo de discurso. Quando recebemos um folheto na rua, devemos ser capazes de determinar a que tipo de discurso ele pertence: religioso, político, publicitário etc., ou seja, qual é a cena englobante na qual é preciso que nos situemos para interpretá-lo, em nome de quê o referido folheto interpela o leitor, em função de qual finalidade ele foi organizado (MAINGUENEAU, 2005, p. 86. Grifos do autor).

³ Conceito oriundo da Teoria Semiológica de Patrick Charaudeau. Mais detalhes na seção 2.2.1.

Por *cena englobante*, entendemos, então, o tipo de discurso ao qual está atrelado um determinado texto. Maingueneau (2005) ainda afirma que os usuários da língua devem ter a competência comunicativa adequada para perceberem qual é o tipo de discurso com o qual se confrontam ao entrar em contato com um determinado texto. Ao lado da *cena englobante*, que corresponde a categorias mais amplas de discursos, encontramos a *cena genérica*, que, como o próprio nome sugere, diz respeito aos gêneros discursivos propriamente ditos. Falaremos a respeito dos gêneros do discurso, de forma mais aprofundada, no terceiro capítulo da presente dissertação. Por ora, basta compreendermos, baseados em Bakhtin (2003), que os discursos se organizam em maneiras relativamente estáveis a exemplo dos quais os enunciados são produzidos. Ou seja, podemos encontrar, circulando em diversas práticas sociais e possibilitando a realização dessas mesmas práticas, determinadas “fórmulas” mais ou menos fixas de produzirmos um enunciado, como uma carta, uma ligação telefônica que tem o intuito de cancelar uma assinatura de cartão de crédito ou mesmo uma conversa cotidiana.

Ao lado da *cena englobante* e da *cena genérica*, temos o que Maingueneau (2005) chama de *cenografia*. Podemos entender a *cenografia* como a encenação propriamente dita do discurso, levando-se em conta não apenas a produção do enunciado, mas uma *cronografia* (um momento), uma *topografia* (um lugar) e duas figuras: um enunciador e um coenunciador (MAINGUENEAU, 2014). Desse modo,

a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria... (MAINGUENEAU, 2005, p. 87; 88. Grifos do autor).

A cenografia é, então, a cena da enunciação com a qual entramos em contato quando nos deparamos com um determinado texto de qualquer modalidade. Através da cenografia, apresenta-se para o destinatário, não o tipo e o gênero discursivo, mas o que está acontecendo na interação discursiva, qual sua finalidade, qual sua natureza. Assim, nos golpes do falso sequestro, por exemplo, a vítima é apresentada a um tipo de discurso que chamamos aqui de discurso criminoso e a um gênero ao qual intitulamos Golpe do Falso Sequestro, que é a forma como ficaram conhecidas essas modalidades de crime de extorsão. No entanto, essa vítima, o interlocutor do criminoso, entra em contato diretamente com uma encenação que lhe apresenta um sujeito detentor da identidade de sequestrador, bem como um local físico virtualmente estabelecido (a

favela, o cativoiro) e ainda um tempo cronológico (o momento atual, o agora que deve ser usado para a negociação da liberação da vítima), e não com o tipo ou com o gênero discursivo. Toda essa encenação, na qual coexistem sujeitos, locais e tempos próprios a cada tipo de interação, corresponde àquilo que Maingueneau chama de *cenografia*.

Do mesmo modo, quando assistimos, por exemplo, a uma matéria jornalística televisionada que discorre sobre um caso de assassinato, temos a *cena englobante* constituída pelo discurso midiático e a *cena genérica* correspondente à notícia jornalística. A *cenografia*, por sua vez, pode se dar de várias maneiras. O repórter pode fazer com que a notícia adquira um “tom” mais ou menos patêmico, com a intenção de produzir determinadas emoções no telespectador, a depender da linha editorial do telejornal. Para isso, ele pode, por exemplo, apresentar um caso de assassinato como uma narrativa, utilizando-se de imagens e dados para dramatizar o relato, ou pode relatar a notícia de forma mais objetiva e imparcial.

Em um enunciado correspondente ao discurso criminoso, poderíamos encontrar diversos quadros cênicos, cada qual podendo abarcar inúmeras cenografias. Por exemplo, em um dos textos relativos aos golpes do falso sequestro, o criminoso se passa, primeiramente, por um tenente da Polícia Militar que está ligando com o intuito de passar informações de um acidente no qual está envolvida a filha da pessoa que atendeu à ligação. Nesse momento, cria-se uma cenografia que simula a interação entre uma mãe e um oficial militar. Ao obter a informação necessária para se iniciar o golpe, no entanto, o criminoso diz que a filha da vítima, na verdade, foi sequestrada, o que modifica a cenografia que passa a ser instituída como uma negociação entre uma mãe e um suposto sequestrador.

Como já mencionamos anteriormente, para que um discurso seja considerado criminoso, a questão principal que deve ser levada em conta é a finalidade daquela interação, o propósito ou tópico sobre o qual se discorre, bem como a identidade dos atores envolvidos na interação. Assim, o sujeito que produz o discurso deve fazê-lo tomando uma atitude ilícita. Quanto aos espaços físicos e temporais, não podemos estipular necessariamente uma lista de possibilidades, já que o discurso criminoso pode se dar em diferentes épocas e lugares, embora certos espaços físicos, como a penitenciária e demais instituições reabilitadoras, e virtuais, como a *deep web*⁴, tenham presentes, por sua natureza, um grande contingente de sujeitos que agiram, ou agem, em dissonância com a lei.

⁴ Deep Web é como é conhecida uma parte da internet não acessível de forma facilitada. Pornografia, venda de drogas ilícitas, pirataria e outras práticas delituosas são uma constante.

Seguindo este raciocínio, podemos entender que o discurso criminoso, como a cena *englobante*, dá sustento a diversos gêneros discursivos, como os golpes do falso sequestro, os golpes da recarga premiada, uma carta de ameaça ou um texto com teor terrorista, que, por sua vez, correspondem à *cena genérica*. Esta última pode abarcar diversas manifestações discursivas que se desenvolverão de forma diferente, levando-se em conta os sujeitos participantes da interação, suas intenções comunicativas e a finalidade da interação, que orientarão a forma como determinadas estratégias discursivas serão utilizadas, bem como o tema, ou o propósito comunicativo que está sendo tratado pelos sujeitos. Essas múltiplas possibilidades, que devem, como já mencionado, abarcar práticas discursivas de sujeitos que agem em desacordo com a lei, dão origem às diversas *cenografias* possíveis de serem encontradas no discurso criminoso, tal como ilustramos acima.

Assim sendo, apresentamos no presente capítulo uma conceituação possível, embora simplificada, daquilo que chamamos aqui de discurso criminoso, levando em conta seus contextos sócio-históricos, seus lugares físicos e seus lugares no interdiscurso (*topia* discursiva). Observamos também que, para que se tenha o discurso criminoso, é necessário que esse discurso seja oriundo de uma prática discursiva não condizente com a lei, ou seja, seus sujeitos devem estar agindo em desacordo com o que é tido como legal pelo sistema judiciário. Ao lado dos sujeitos que agem de forma ilícita, o que definirá esse discurso como criminoso é, justamente, seu propósito comunicativo e sua finalidade discursiva, afinal, é em prol dessa finalidade e levando-se em conta o tópico, ou tema da interação, que uma ação será tida como ilegal.

No próximo capítulo, apresentaremos um pouco mais acerca de nossa filiação teórica na Análise do Discurso. Assim, alguns termos já utilizados nesse primeiro capítulo serão mais bem explicados.

CAPÍTULO II

Referencial teórico e pressupostos metodológicos

Trazemos, a seguir, algumas explicações acerca do *corpus* que selecionamos e nos propomos a analisar, bem como discorreremos acerca da teoria Semiolinguística, que nos fornecerá os princípios teóricos e metodológicos para a execução da análise desse mesmo *corpus*. Assim, apresentaremos os conceitos com os quais essa teoria trabalha e, de maneira pormenorizada, trazemos uma explicação acerca dos principais pontos que nortearão o desenvolvimento de nosso trabalho. De igual modo, trazemos uma rápida explicação acerca da Nova Retórica proposta por Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca em seu *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica* e falamos sobre a Análise do Discurso Forense, área da Linguística Forense na qual pode ser inserido o presente estudo.

2. Metodologia

2.1. A natureza da pesquisa

A Análise do Discurso é uma disciplina, sobretudo, de orientação qualitativa, embora alguns pesquisadores lancem mão de análises quantitativas quando a natureza de sua pesquisa e de seu objeto exige uma determinada quantificação. No presente trabalho, por não estarmos lidando com questões que exigem medidas ou experimentos práticos, optamos pela abordagem qualitativa do nosso objeto. De acordo com Gerhardt e Silveira:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Pelo fato de estarmos trabalhando com a linguagem sob uma perspectiva discursiva, levamos em conta aspectos não mensuráveis da realidade, como o contexto sócio-histórico, a identidade dos sujeitos e a finalidade comunicativa. É importante ressaltar que, embora não sejam quantificáveis, esses aspectos são observáveis, o que garante o empirismo do presente trabalho. De acordo com Charaudeau:

A análise do discurso, do ponto de vista das ciências da linguagem, não é experimental, mas empírico-dedutiva. Isto significa que o analista parte de um material empírico, a linguagem, que já está configurada numa certa substância semiológica (verbal). É esta configuração que o analista percebe, podendo manipulá-la através da observação das compatibilidades e incompatibilidades das infinitas combinações possíveis, para determinar recortes formais, simultaneamente às categorias conceituais que lhes correspondem (CHARAUDEAU, 2005, p. 05).

Por método dedutivo entendemos a orientação tomada pela Análise do Discurso para partir do geral em direção ao particular, embora o método dedutivo não se restrinja a apenas esse movimento. Dessa forma, procuraremos aplicar os conceitos teóricos e metodológicos oriundos da Teoria Semiolingüística e de teorias argumentativas a um objeto particular, os discursos de natureza argumentativa construídos por criminosos em crimes via telefone, nomeadamente os golpes do falso sequestro e os golpes da recarga premiada.

Apesar da natureza qualitativa da presente pesquisa, é importante ressaltarmos que lançamos mão de algumas amostras quantificadas, em forma de gráficos e tabelas, para embasarmos melhor os nossos argumentos e facilitarmos a compreensão do que procuramos expor.

2.1.1. O *corpus*: a materialização do discurso

Nosso *corpus* de pesquisa consiste de seis gravações telefônicas de golpes do falso sequestro obtidas e disponibilizadas na modalidade *online* pela revista *Veja*, bem como de três gravações telefônicas de golpes da recarga premiada, essas últimas obtidas através do *site YouTube*. As gravações dos golpes do falso sequestro foram interceptadas pela Polícia Civil do Rio de Janeiro entre novembro de 2006 e janeiro de 2007. Por sua vez, as gravações de golpes da recarga premiada têm origem diversa, desde gravações apresentadas em um contexto midiático até gravações feitas e disponibilizadas *online* pelos próprios indivíduos que realizaram a ligação. Cada gravação dos golpes da recarga premiada foi efetuada em um período de tempo diferente nos anos de dois mil e doze, dois mil e treze e dois mil e catorze. A partir da audição exaustiva dessas gravações, foram feitas as transcrições pormenorizadas de cada uma de modo a fazer com que os fatos linguístico-discursivos fossem mais facilmente reconhecidos e identificados. As transcrições seguem um padrão por nós elaborado que visa a facilitar o entendimento dos textos analisados, bem como garantir

que certas características do texto oral original sejam mantidas. Dessa forma, reformulações, falsos começos, repetições, marcas socioletais, entonações elevadas, dentre outras características dos textos orais são marcados na transcrição de forma a torná-la tão fiel quanto possível para que certas particularidades, relevantes à análise, não sejam perdidas.

A respeito da noção de *corpus*, Jean-Claude Beacco nos ensina que

Nas ciências humanas e sociais mais particularmente, ***corpus*** designa o conjunto de dados que servem de base para a descrição e análise de um fenômeno. Nesse sentido, a questão da constituição do *corpus* é determinante para a pesquisa, pois trata-se de, a partir de um conjunto fechado e parcial, analisar um fenômeno mais vasto que essa amostra (BEACCO, 2014, p. 137. Grifos do autor).

Ou seja, a partir de um grupo determinado e finito de textos, o pesquisador tenta encontrar padrões recorrentes de certo fenômeno linguístico-discursivo e, possivelmente, fazer generalizações acerca desse fenômeno. Como a Análise do Discurso é uma disciplina que se debruça sobre a observação, descrição e explicação de dados empíricos, o *corpus* é constituído por textos efetivamente construídos em certas práticas sociais. Assim, os dados não são elaborados a partir de discursos possíveis de serem constituídos, mas de discursos reais, empíricos. Esses textos, representativos do discurso que é o verdadeiro objeto de pesquisa, podem ser de diversas naturezas: escritos, orais, visuais, multimodais etc. Nesse sentido, o *corpus* será constituído de acordo com o fenômeno linguístico-discursivo sobre o qual o pesquisador embasará a sua pesquisa.

É importante ressaltar que nas pesquisas em Análise do Discurso a seleção do *corpus* é o primeiro passo metodológico. De acordo com Orlandi:

Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho (ORLANDI, 2007, p. 66-67).

Através do *corpus*, ou seja, do conjunto de textos selecionados, estuda-se os discursos que se configuram em nosso objeto de estudo. No entanto, visto que os discursos se materializam em textos, são estes o nosso principal material de trabalho. A constituição do *corpus* pode ser feita a partir da coleta de textos já produzidos e que circulam pela sociedade (matérias jornalísticas; capas de revista; filmes) ou também a

partir de entrevistas, questionários e outros métodos de coleta desenvolvidos pelo pesquisador. Os textos por nós selecionados, por exemplo, foram originalmente gravados pela Polícia Civil ou pelo próprio cidadão alvo do golpe e disponibilizados em áudio através da rede mundial de computadores. Posteriormente, fizemos o *download* dos arquivos selecionados, levando em conta sua qualidade digital, já que outras gravações não possuíam uma qualidade sonora propícia à realização de uma transcrição adequada e, em posse das gravações, transcrevemos o conteúdo linguístico-discursivo de modo a facilitarmos a análise.

A transcrição foi elaborada de forma que pudéssemos representar alguns aspectos inerentes aos textos orais, afinal, este tipo de produção linguística possui características próprias que o diferencia dos textos escritos. Conforme Fávero (1991):

a rapidez com que o locutor constrói a fala tem consequências no controle do fluxo da informação, conduzindo-o a descontinuidades nesse mesmo fluxo, reveladas por fenômenos como repetições, paráfrases, inserções, anacolutos, falsos começos e outros; assim, ela vai mostrando seus próprios processos de criação ao contrário da escrita, que tende a escondê-los, apresentando só os resultados (FÁVERO, 1991, p. 76).

Essas descontinuidades características dos textos orais são, normalmente, suprimidas em algumas transcrições. No entanto, em determinados momentos, uma pausa prolongada, uma reformulação do enunciado anterior ou um falso começo podem ter significados discursivos que devem ser levados em conta pelo analista, afinal, essas rupturas e descontinuidades fazem parte da coconstrução dos sentidos em uma interação.

De modo a realizar a análise do *corpus* selecionado e atingir os objetivos anteriormente elencados, partiremos dos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Semiolinguística do Discurso. Assim, empossados das transcrições dos textos orais que compõem nosso *corpus*, analisaremos os discursos dos criminosos, descrevendo a forma como eles fazem uso de argumentos racionalizantes, pautados no *logos*, a forma como eles tentam despertar determinadas emoções nas vítimas dos telefonemas, a partir do processo de patemização do discurso ligado ao *pathos* e a forma como os sujeitos enunciadores tentam construir determinadas imagens de si, ou seja, o *ethos* discursivo. Entendendo a forma como essas três instâncias ocorrem nos discursos aqui analisados, poderemos compreender um pouco mais acerca da natureza do discurso criminoso.

Essas categorias acima citadas serão apresentadas e explicadas a partir da próxima seção.

2.2. Referencial teórico

2.2.1. A Teoria Semiociolinguística de Patrick Charaudeau

O presente estudo será orientado pela Teoria Semiociolinguística do Discurso desenvolvida por Patrick Charaudeau. Para este analista do discurso, a prática linguageira se dá por meio de uma situação de comunicação que se suporta sobre as trocas efetuadas por determinados sujeitos, levando-se em conta as condições de produção do ato comunicativo. Quer isso dizer que os sujeitos que participam da comunicação produzem e interpretam os enunciados sob determinadas condições, ou circunstâncias de discurso, ou “o conjunto dos saberes que circulam entre os protagonistas da linguagem” (CHARAUDEU, 2012, p. 32). Essa abordagem vê o ato discursivo interligado a diversos atos psicológicos e sociais. Dessa forma, o sentido é construído no discurso levando-se em conta fatores psicossociolinguageiros, ou seja, a linguagem não basta por si própria, mas determinados fenômenos extralinguísticos devem ser levados em conta no momento da produção e interpretação do enunciado. De acordo com Charaudeau:

Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semiociolinguística*. Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *lingüística* para destacar que a matéria principal da forma em questão – a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens. (CHARAUDEAU, 2005, p 01-02)

Levando em consideração as condições de produção/interpretação do ato de linguagem, os sujeitos participam da *mise en scène*⁵ discursiva amparada no contrato de comunicação. Essa encenação, da qual participam os parceiros e protagonistas (sujeitos) dentro de um cenário (a situação de comunicação), pode ser representada em algumas categorias, como apresentado abaixo no célebre quadro construído por Charaudeau.

⁵ Encenação. Para Charaudeau, os sujeitos participam de uma verdadeira encenação quando envolvidos em uma situação de comunicação.

De acordo com a Teoria Semiolinguística do Discurso, o sujeito comunicante, EUC, é o ser social, real, que produz o enunciado. O EUE, ou sujeito enunciatador, é o ser de fala projetado pelo EUC em seu discurso. Esse sujeito enunciatador produz seu discurso tendo em mente um TUD, um sujeito destinatário específico que, por sua vez, também é um ser de fala, existente apenas no discurso. Esse TUD, bem como o EUE, se consolida em um ser real, empírico, o TUI, ou sujeito interpretante, existente no circuito externo, assim como o EUC. Dessa forma, há dois espaços diferentes na encenação discursiva: o externo, o fazer do ato de linguagem, o contexto de produção do ato discursivo, e o interno, o próprio ato, o dizer. É dessa forma que os sujeitos interagem e atuam na encenação discursiva:

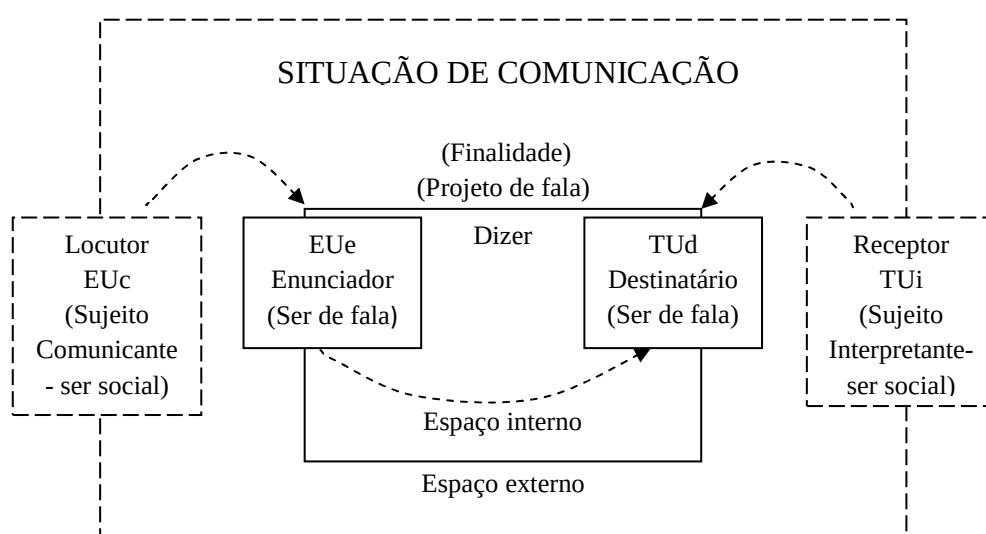


Figura 05: A Situação de Comunicação

Fonte: Charaudeau (2012, p. 52)

Além disso, Charaudeau propõe que o ato de linguagem se estrutura nos níveis situacional, comunicacional e discursivo. A respeito disso, Melo (2007) nos esclarece que

O nível situacional diz respeito ao espaço externo ao ato de linguagem, onde estão determinadas a finalidade do ato de linguagem, a identidade dos parceiros envolvidos, o domínio do saber veiculado e o dispositivo que diz respeito às circunstâncias materiais da troca languageira. O comunicacional é o espaço onde são determinadas as maneiras de falar em função dos dados fornecidos pela situação de comunicação. Já o nível discursivo é o espaço de intervenção do sujeito falante que, assumindo o papel de enunciatador, deve satisfazer as condições de legitimidade, credibilidade e captação. É o espaço ao mesmo tempo limitado pelas restrições impostas pela situação e aberto às estratégias discursivas que permitirão ao enunciatador alcançar seus objetivos (MELO, 2007, p. 108).

Observe, portanto, que durante a troca linguageira, o sentido será construído levando-se em conta as restrições determinadas pelo contrato de comunicação, que funcionariam como as regras, as normas convencionadas que fazem com que os participantes compreendam a natureza do contrato, o que é permitido ou não ser feito naquela situação. No entanto, além das coerções impostas pelo contrato, há também um espaço de manobra a partir do qual os enunciadores tentarão cumprir com seus interesses comunicacionais, vindo a influenciar seu destinatário, tentando satisfazer as condições de *legitimidade*, *credibilidade* e *captação*, conforme salienta Melo (2007). Essas condições estão intimamente relacionadas às noções de *ethos*, *pathos* e *logos*, importadas da Retórica.

A *legitimidade* está relacionada ao estatuto do locutor e ao poder social a ele atribuído. É o status que o permite agir de determinada maneira sobre seu interlocutor. Conforme veremos através de nosso *corpus* de pesquisa, nem sempre o sujeito comunicante possui uma legitimidade adequada para agir sobre o sujeito interpretante, o que o leva a lançar mão de certos argumentos para que seu interlocutor creia que ele é verdadeiramente legitimado. A *legitimidade* está, portanto, ligada ao *ethos* do locutor. A *credibilidade*, por sua vez, diz respeito à forma como o sujeito constrói seu discurso e, assim, se relaciona ao *logos*, mas também ao *ethos*, já que, ao fazer uso de argumentos credíveis, uma imagem discursiva é construída. Por fim, a *captação* é o plano através do qual o sujeito tenta seduzir o seu destinatário através da tentativa de suscitar, neste, determinadas emoções. Para isso, o sujeito faz uso de argumentos que procuram emocionar o interlocutor, são os argumentos ditos patêmicos, que provêm do *pathos*. As noções de *logos*, *pathos* e *ethos* serão detalhadas nas próximas seções.

A *legitimidade*, a *credibilidade* e a *captação* podem ser compreendidas como estratégias discursivas que decorrem dos princípios de influência e regulação, que regem a maneira como os sujeitos tentarão influenciar uns aos outros e como eles mantêm, regulam, a troca comunicativa (MELO, 2007, p. 110). A respeito do que a Semiologia trata como “estratégia discursiva”, Charaudeau nos diz:

A noção de *estratégia* repousa na hipótese de que o sujeito comunicante (EUC) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados *efeitos* – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi), para levá-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUD) construído por EUC. (CHARAUDEAU, 2012, p. 56).

Então, de acordo com a Teoria Semiolinguística, o contrato de comunicação possui certas coerções e, ainda, um espaço de manobra a partir do qual os sujeitos que interagem podem tentar satisfazer suas finalidades comunicativas e produzir determinados efeitos sobre seu destinatário. Nesse ponto, tocamos no assunto das famosas visadas da Teoria Semiolinguística. Através dos atos de linguagem, o sujeito comunicante procura agir sobre o sujeito interpretante levando-o a *fazer-fazer* algo, *fazer-sentir*, *fazer-crer*, dentre outras possibilidades pragmáticas possíveis de serem obtidas através do ato discursivo.

Além das noções acima elencadas, Charaudeau também distingue quatro modos a partir dos quais a matéria linguística pode ser estruturada e classificada de acordo com a finalidade comunicativa do sujeito falante. Assim, ele nos apresenta quatro Modos de Organização do Discurso.

O Modo Enunciativo do discurso representa a forma como o sujeito se projeta e age através de seu discurso em relação a si mesmo, ao interlocutor e a outros parceiros. Esse Modo de Organização diz respeito, então, aos protagonistas, os seres de fala que se situam no circuito interno da situação de comunicação. Dada a sua natureza, esse Modo intervém na *mise en scène* dos outros Modos de Organização.

Charaudeau nos apresenta também o Modo de Organização Descritivo, que se baseia em descrições para nomear, localizar-situar e qualificar seres. De acordo com Melo (2007, p. 112), o Modo Descritivo faz referência à forma como o enunciador identifica os seres do mundo, no entanto, essa identificação “é, porém, limitada pela finalidade das situações de comunicação na qual ela se inscreve, que determina restrições às quais o sujeito deve-se submeter e as estratégias que deve usar.”

Quanto ao Modo de Organização Narrativo, é através dele que se narram eventos e situações. Esse Modo de Organização, de acordo com Charaudeau (2012), leva-nos a descobrir um mundo que é construído a partir do desenrolar de ações sucessivas que se influenciam mutuamente e se transformam em um encadeamento progressivo. Dessa forma, o Modo Descritivo organiza o mundo de uma forma *descontínua* e *aberta* (sem começo nem fim) enquanto que o narrativo organiza o mundo de forma *sucessiva* e *contínua*, organização essa concebida em uma lógica marcada por seu próprio fechamento. Ou seja, apresenta princípio e fim.

Por fim, o Modo de Organização Argumentativo organiza a maneira como o sujeito utiliza seu discurso com a finalidade de convencer alguém a respeito de alguma coisa.

Assim, observa-se que as análises dos textos sob a luz da Teoria Semiolinguística devem se debruçar sobre os Modos de Organização do Discurso que compõem os textos do *corpus*, bem como analisar as estratégias discursivas utilizadas pelos participantes da situação de comunicação. Portanto, é através da análise dos Modos de Organização do Discurso e das estratégias discursivas que poderemos, segundo Charaudeau (2012), analisar os possíveis interpretativos de um determinado enunciado.

Por entendermos que os textos que compõem o nosso *corpus* se organizam, sobretudo, sobre o Modo Argumentativo, visto que durante toda a situação de comunicação os criminosos procuram fazer com que as vítimas acreditem que eles estão em posse do parente supostamente sequestrado, ou que foram beneficiadas com o ganho de algum prêmio, falaremos mais detalhadamente sobre esse Modo de Organização na próxima seção.

2.2.2. O Modo de Organização Argumentativo do Discurso

Como vimos anteriormente, Charaudeau postulou em sua *Grammaire du Sens et de l'Expression* (1992) e, posteriormente, no livro *Linguagem e Discurso: modos de organização* (2012), adaptado por pesquisadores do CIAD-Rio (UFRJ) e pelo NAD (UFMG), sobre a existência de quatro Modos de os discursos se organizarem, a depender da finalidade da situação de comunicação. Dentre os quatro Modos, iremos falar mais detalhadamente sobre o Modo de Organização Argumentativo do Discurso. De acordo com Charaudeau (1992) este Modo de Organização do discurso se distingue dos demais por apresentar uma característica racionalizante:

Certamente, *argumentar* é uma atividade que inclui muitos procedimentos, mas o que distingue esses procedimentos dos de outros modos do discurso é precisamente que eles se inscrevem em uma *visada racionalizante* e jogam o jogo do raciocínio que é marcado por uma lógica e um *princípio de não contradição*. Os procedimentos dos outros modos (Descritivo e Narrativo) se inscrevem em uma *visada descritiva e mimética* das percepções do mundo e das ações humanas (CHARAUDEAU, 1992, p. 785. Grifos do autor. Tradução nossa)⁶.

⁶ Certes, *argumenter* est une activité qui inclut de nombreux procédés, mais ce qui distingue ces procédés des autres modes de discours c'est précisément qu'ils s'inscrivent dans une *visée rationalisante* et jouent le jeu du raisonnement qui est marqué par une logique et un *principe de non contradiction*. Les procédés des autres modes (Descriptif et Narratif) s'inscrivent eux dans une *visée descriptive et mimétique* des perceptions du monde et des actions humaines.

Esse Modo de Organização do Discurso, portanto, oferece os mecanismos necessários para que o sujeito comunicante construa seu discurso argumentativo. De acordo com Charaudeau (2012), para que haja argumentação é necessário que exista um sujeito argumentante que defenderá uma tese edificada sobre uma determinada proposta sobre o mundo. É necessário também que haja um sujeito alvo, para quem será dirigida a argumentação e que pode aceitar ou refutar a tese levantada pelo sujeito argumentante. Dessa forma, Charaudeau (2012) distingue três componentes básicos da lógica argumentativa: a asserção de partida (um dado, uma premissa que pode ou não ser comprovada), a asserção de chegada (conclusão) e a asserção de passagem (os argumentos, as provas). A partir daí, podemos dizer que o dispositivo argumentativo se baseia, de igual modo, sobre três quadros: a proposta (tese), a proposição (posição do sujeito em relação à tese: em acordo ou em desacordo) e a persuasão (as provas). Assim, o sujeito argumentante parte de uma tese com a qual ele concorda ou discorda e, por fim, argumenta em prol da posição tomada.

No entanto, não é apenas desses componentes da lógica argumentativa que é constituída a argumentação, visto que o sujeito argumentante se situa no interior de uma encenação, numa situação de comunicação à qual está ligado um contrato de comunicação, pois de acordo com Charaudeau, “toda asserção pode ser argumentativa *desde que se inscreva num dispositivo argumentativo*” (CHARAUDEAU, 2012, p. 221. Grifos do autor).

Em consonância com esse pensamento, Melo (2013) nos esclarece:

No âmbito da Teoria Semiolinguística do Discurso, Charaudeau (1992) considera que a argumentação é um processo intersubjetivo, já que exige, além de um sujeito que desenvolva uma asserção sobre uma tese, um outro sujeito que constitui o alvo da argumentação e a quem o sujeito que argumenta pretende levar a partilhar não a mesma verdade, mas uma veracidade, que dependeria das representações socioculturais partilhadas pelos membros de um grupo dado em nome da experiência e do conhecimento; assim, a existência de um dispositivo argumentativo não determina a forma particular que assumirá a argumentação num texto, mas essa depende dos fatores situacionais, isto é, da influência determinada pela situação de troca e pelo contrato de fala (MELO, 2013, p. 192).

Ainda de acordo com Charaudeau (2012), existem alguns procedimentos que são utilizados durante a encenação argumentativa que se aliam aos objetivos da persuasão. Dessa forma, o argumentante tende a provar o seu argumento se valendo de algum, ou alguns, desses procedimentos que são divididos entre procedimentos *semânticos*, *discursivos* e *de composição*. “Esses procedimentos têm por função essencial *validar* uma argumentação, isto é, mostrar que o *quadro de questionamento* (Proposição) é

justificado. E para isso, é necessário produzir a prova” (CHARAUDEAU, 2012, p. 231. Grifos do autor).

Os “procedimentos semânticos” se baseiam nos valores agrupados em domínios de avaliação compartilhados em um determinado grupo social. Assim, o argumento pode se basear em consensos sociais relativos a um determinado valor. Charaudeau (2012) nos apresenta o *domínio da verdade*, que define o que é verdadeiro ou falso; o *domínio do estético*, que define os seres em termos de belo e de feio; o *domínio do ético* que define os comportamentos em termos de bem e de mal; o *domínio do hedônico*, que define em termos de agradável e desagradável e o *domínio do pragmático*, que define em termos de útil ou inútil.

Os “procedimentos discursivos”, por sua vez, “consistem em utilizar ocasionalmente ou sistematicamente certas categorias de língua ou os procedimentos de outros Modos de Organização do discurso, para, no âmbito de uma argumentação, produzir certos efeitos de persuasão” (CHARAUDEAU, 2012, p. 236). Dentre esses procedimentos, podemos destacar a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa (história contada com a intenção de reforçar um argumento), a reiteração (acumulação de argumentos) e o questionamento.

Por fim, os “procedimentos de composição” são aqueles que organizam o conjunto da argumentação quando a situação de comunicação permitir. Essa organização pode se dar através da composição linear (começo, transição, fim, retomada do argumento, anúncios sobre o próximo argumento etc.) ou da composição classificatória (apresentar os argumentos de um dado texto de forma resumida: resumos, quadros, figuras, diagramas etc.).

Essas classificações e divisões que encontramos no Modo de Organização Argumentativo do discurso podem parecer subjetivas *a priori*, no entanto, utilizaremos algumas dessas noções nas análises que se encontram no próximo capítulo. Assim, a conjugação da teoria com os dados fornecidos pelo *corpus* possibilitará uma melhor compreensão acerca do discurso argumentativo sob o ponto de vista semiolinguístico.

A seguir, apresentamos o que se entende como *logos*, *ethos* e *pathos*, as três noções retóricas relacionadas às três macroestratégias discursivas das quais o sujeito faz uso na tentativa de alcançar as finalidades discursivas da situação de comunicação: a *credibilidade*, a *legitimidade* e a *captação*.

2.2.3. O logos: o discurso como meio de persuasão

O *logos* (do grego λόγος) pode ser entendido como a utilização de argumentos que visam a convencer o ouvinte a partir do raciocínio e da apresentação de provas, ou seja, de demonstrações baseadas em entimemas. Na *Retórica*, Aristóteles nos adverte sobre a existência de três modos, três formas de persuasão a partir das quais o orador pode tentar convencer o seu auditório. Dessa forma, ele nos apresenta as noções de *logos*, *pathos* e *ethos*: “As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). Segundo o filósofo, o orador pode fazer uso de seu próprio caráter moral com a finalidade de persuadir o auditório, bem como tentar comover seus ouvintes, de modo que estes sintam determinadas emoções e estejam mais inclinados a serem persuadidos pelo orador. Essas duas noções serão retomadas posteriormente, pois a Análise do Discurso acabou por resgatar o estudo do *ethos* e do *pathos* na argumentação, com algumas modificações. No entanto, ainda em consonância com Aristóteles, o *pathos* é centrado no auditório, o *ethos*, no orador, e o *logos* no discurso (MENEZES, 2006, p. 90).

Quanto ao uso de argumentos que se fundamentam no próprio discurso, na maneira como são expostas as provas e os raciocínios lógicos, Aristóteles nos diz: “Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular” (ARISTÓTELES, 2005, p. 97). Observa-se que o filósofo faz uma ressalva quanto ao que parece ser verdade, já que o uso de argumentos lógicos e demonstrações não precisa ser pautado unicamente sobre o que é ou não verdade.

Essa tripartição aristotélica não é tão simples, já que as três provas não se separam de forma completamente independente:

Em outros termos, isso equivale a dizer que o *ethos* e o *pathos* (as imagens de si e as emoções suscetíveis no auditório) só se tornam realidade **a partir** do discurso, ou seja, do uso de sua estrutura, de seus raciocínios, em suma, de tudo o que se chamou acima de *logos* (GALINARI, 2014, p. 264. Grifos do autor).

Apesar de serem interligadas, há uma necessidade metodológica de se fazer a separação entre essas três dimensões. De acordo com Lima (2006):

Desse modo, por uma questão metodológica essas dimensões foram apresentadas separadamente, porém elas estão interligadas, mesmo que haja em alguma circunstância a preponderância de uma ou de outra. Se em uma

circunstância poderia haver a preponderância da dimensão da *construção de imagens*, em outra poderia haver o destaque da dimensão *patêmica* ou da *demonstrativa* (LIMA, 2006, p. 158. Grifos da autora).

Assim sendo, apesar de serem interligadas, já que o *logos* abarcaria as outras duas dimensões, conforme Galinari (2014), as três são normalmente encontradas separadas no que concerne aos estudos argumentativos. Observe que para Lima (2006) a dimensão mais saliente em um determinado discurso vai depender da própria situação de comunicação. Em algumas, como os golpes do falso sequestro, a dimensão patêmica pode ser mais preponderante visto a natureza da própria situação de comunicação. Em outras, como os golpes da recarga premiada, podemos observar de forma mais saliente, como veremos no capítulo III, o uso de argumentos pautados sobre uma organização mais racionalizante.

É interessante ressaltar que os autores acima possuem visões diferentes sobre a maneira como as três dimensões se interrelacionam. No entanto, visto que os dois defendem essa unidade triática, não entraremos em pormenores a respeito de suas filiações teóricas diferenciadas.

Como exemplo da relação entre o *logos*, o *pathos* e o *ethos*, podemos mencionar um dos argumentos que, como veremos, é muito recorrente nos golpes do falso sequestro. Em determinados momentos da interação entre o sujeito enunciador que se diz sequestrador e a vítima, o sujeito enunciador pede a colaboração do sujeito destinatário para que possa haver uma negociação que culminaria no pagamento do falso resgate e na liberação do suposto sequestrado. Assim, os criminosos fazem uso de argumentos que se encaixam no que Charaudeau (2012) chama de dedução condicional (se X, então Y). Observe:

“Se a senhora não quiser negociar, eu vou desligar o telefone e vou matar a sua filha.”

Esse trecho, retirado do texto 03 relativo aos golpes do falso sequestro (cf. Anexo I), é um exemplo de um argumento baseado sobre uma lógica racionalizante de vínculo causal de acordo com a nomenclatura de Perelman e Tyteca (2005). No caso, o fato de a mãe se negar a negociar com o criminoso é a causa que poderia ter como consequência a morte da filha da vítima. Apesar de ser um argumento tido como racionalizante, por se apoiar sobre uma relação de causa e consequência, seu caráter

patêmico é observado no fato de a filha estar sob risco de vida. Por fim, toda essa encenação constrói, para o criminoso, o *ethos* de cruel, vil.

Apresentando, assim, a nossa visão acerca da dimensão do *logos* e sua relação com as outras duas dimensões, passaremos, adiante, a discorrer um pouco mais acerca do *pathos* e do *ethos*.

2.2.4. As emoções no discurso: o efeito patêmico

As emoções são um fenômeno estudado em diversas disciplinas, como a Neurociência, a Antropologia, a Psicologia e, também, a Análise do Discurso. Como mencionado anteriormente, certos enunciados têm a capacidade de despertar determinados sentimentos no interlocutor. Já na *Retórica*, Aristóteles nos adverte de que “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, 2005, p. 97). Grosso modo, a retórica é a disciplina que procura estudar a forma como são utilizados os argumentos. Assim, o pensador clássico procurou descrever as maneiras como o orador poderia utilizar os argumentos de forma a torná-los mais credíveis e uma dessas maneiras era despertar determinadas emoções no auditório. À utilização de argumentos, à produção de discurso que visa a despertar determinados sentimentos no auditório, Charaudeau chama de patêmico, palavra oriunda de *pathos*, que, dentre outros sentidos em grego, significa algo como emoção (πάθος) e diz respeito a uma das três provas apresentadas por Aristóteles na obra supracitada.

Apesar de as emoções serem estudadas no escopo de diversas disciplinas, com muitos avanços importantes no que diz respeito ao entendimento de como determinadas reações neuroquímicas atuam no sistema nervoso de modo a desencadear esta ou aquela emoção, até mesmo os neurocientistas entendem que a definição do que é a emoção é uma questão que deve ficar reservada ao pensamento filosófico:

Apesar desses avanços, muito se tem discutido sobre a possibilidade de se tratar, cientificamente, as questões relativas à emoção. Com o desenvolvimento das neurociências, postula-se que, como a percepção e a ação, a emoção é relacionada a circuitos cerebrais distintos. Ademais, as emoções estão geralmente acompanhadas por respostas autonômicas, endócrinas e motoras esqueléticas – que dependem de áreas subcorticais do sistema nervoso –, as quais preparam o corpo para a ação. Com efeito, acredita-se que a ciência será capaz de explicar aspectos biológicos relacionados à emoção, mas não o que é a emoção: esta permanece como

Observa-se que as neurociências procuram explicar quais áreas cerebrais estão relacionadas com o desencadeamento das emoções, procurando relacionar cada sensação diferente, e suas finalidades biológicas, a certa região do cérebro. No entanto, essa abordagem científica não seria capaz de dar uma definição exata do que seria a emoção. Para tentar responder parcialmente a essa pergunta, ao menos delineando o que entendemos como emoção no presente trabalho, nos alinhamos ao pensamento de Cavalcanti e Militão (2015) que, como pesquisadoras em Linguística Cognitiva, nos explicam que “as emoções podem ser entendidas como uma ação simultaneamente bio-fisiológica e psicossocial do homem em seu meio ambiente, desencadeada por estímulos que assumem um certo valor para este sujeito, em uma dada situação interacional” (CAVALCANTI; MILITÃO, 2015, p. 190. Tradução nossa)⁷. Assim, de acordo com os estímulos do ambiente, o organismo responderá com essa ou aquela emoção, de modo a preparar o indivíduo para o que pode estar acontecendo ou vir a acontecer. Dessa forma, o medo, por exemplo, desencadearia diversas reações psico-fisiológicas no organismo, preparando-o para a fuga, o combate, dentre outras ações possíveis.

Além disso, desde Aristóteles as emoções são vistas como capazes de alterar o julgamento de quem é levado a senti-las, pois “os factos não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são iguais para o homem que está indignado ou para o calmo, mas, ou são completamente diferentes ou diferem segundo critérios de grandeza” (ARISTÓTELES, 2005, p. 159; 160). Ou seja, nossas emoções podem alterar a forma como percebemos algo que nos é apresentado e isso implica dizer que nossa atenção pode ser apreendida dependendo do valor emotivo que damos a um determinado objeto. Daí advém a estratégia discursiva da *captação*, pautada sobre a utilização de argumentos patêmicos, a partir dos quais o sujeito argumentante procura captar e prender a atenção do seu interlocutor.

Como dissemos, patêmico é o tipo de discurso que tem a finalidade de despertar certas emoções. Isso não quer dizer que ele será capaz de fazê-lo, afinal, “se definimos as emoções como estados mentais intencionais que se apóiam em crenças, podemos, então, dizer que esta noção se inscreve numa problemática de representação” (CHARAUDEAU, 2010, p. 30). Para Charaudeau (2010), as emoções são de base

⁷ (...) emotions may be understood as an action simultaneously bio-physiological an psychosocial of human in his or her environment, triggered by stimuli that assume a certain value for this subject, in a given interactional situation.

racional por serem intencionais, ou seja, elas se manifestam em um sujeito a propósito de algo. Esse propósito atribui certa intencionalidade às emoções e as fazem ser de base racional, eliminando-se, assim, a velha dicotomia entre razão e emoção. Por se basearem em crenças socialmente compartilhadas, Charaudeau insere as emoções no arcabouço de estudo das ciências sociais e das ciências da linguagem, na medida em que, agora, elas podem ser estudadas a partir do viés sócio-psicológico. Para ele, um determinado enunciado, apesar de potencialmente patêmico, somente surtirá efeito, despertando uma ou mais emoções no auditório, caso esse auditório faça parte de um determinado grupo social que compartilhe alguns saberes de crença⁸ que o auxiliarão a interpretar aquele enunciado como patêmico. Conforme nos explica Charaudeau:

i) as crenças são constituídas por um saber polarizado em torno de valores socialmente compartilhados; ii) o sujeito mobiliza uma, ou várias, das redes inferenciais propostas pelos universos de crença disponíveis na situação onde ele se encontra, o que é susceptível de desencadear nele um estado emocional; iii) o desencadeamento do estado emocional (ou a sua ausência) o coloca em contato com uma sanção social que culminará em julgamentos diversos de ordem psicológica ou moral (CHARAUDEAU, 2010, p. 30).

Assim, o despertar, no sujeito interpretante, deste ou daquele sentimento, é uma ação dependente dos universos de crença possuídos pelo próprio sujeito. Dessa forma, a menção à palavra “holocausto” certamente terá um efeito mais aterrador quando dirigida a membros de uma comunidade judaica do que quando dirigida a membros de uma comunidade cristã brasileira que não possui vinculação direta ao incidente da Segunda Guerra Mundial, apesar, é claro, de a menção a esse fato histórico ser capaz de despertar emoções diversas em membros de várias comunidades ao redor do globo.

Como já mencionado anteriormente, a Análise do Discurso não deve tentar estudar diretamente as emoções despertadas no sujeito interpretante que supostamente seriam desencadeadas pelo enunciado patêmico. Ao invés disso, ela possui arcabouço teórico e metodológico apenas para estudar os discursos produzidos por ambas as partes, tanto a parte que tenta suscitar a emoção, através de determinadas estratégias discursivas, quanto a parte que pode ou não ser levada àquela emoção. Dessa segunda parte, poder-se-á, por exemplo, estudar os enunciados produzidos em resposta ao enunciado patêmico para averiguarmos se as estratégias do sujeito enunciator produziram, ao menos aparentemente, o efeito desejado. Trazendo novamente a voz de Charaudeau, este nos diz que:

⁸ Os saberes de crença, ao contrário dos saberes de conhecimento, são oriundos da subjetividade do sujeito. São valores por ele construídos não levando em conta valores de verdade externos a ele (CHARAUDEAU, 2010). Para mais detalhes, ver o item 2.2.6.

A análise do discurso não pode se interessar pela emoção como realidade manifesta, vivenciada por um sujeito. Ela não possui os meios metodológicos. Em contrapartida, ela pode tentar estudar o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser estabelecida, ou seja, tratá-la como um *efeito visado* (ou *suposto*), sem nunca ter a garantia sobre o *efeito produzido* (CHARAUDEAU, 2010, p. 34).

Ou seja, o sujeito comunicante lança mão de determinadas visadas discursivas, como já discutido anteriormente, para veicular esta ou aquela emoção em seu público. Assim, o sujeito comunicante quer levar o sujeito interpretante a *fazer-crer* (efeito visado) em seu argumento através da visada de *fazer-sentir* (apresentando uma imagem, uma descrição etc). Desse modo, podemos analisar as formas como ele tenta fazer com que o sujeito interpretante seja mobilizado pelo seu enunciado, mas não se, de fato, ele foi mobilizado. Em um trabalho anterior (SILVA; MELO, 2013), por exemplo, percebemos que os criminosos em golpes do falso sequestro fazem uso de argumentos patêmicos para fazer com que as vítimas de suas ligações sintam medo, terror e outras emoções (*fazer-sentir*) de forma que elas acreditem que o sujeito enunciator realmente detém o poder sobre um familiar sequestrado (*fazer-crer*), o que poderia, na concepção dos criminosos, fazer com que a vítima venha a efetuar o pagamento do falso resgate (*fazer-fazer*), com isso, consumando-se o crime de extorsão.

2.2.5. O *ethos*: a construção de imagens de si no/pelo discurso

O termo *ethos* provém do grego (ἦθος) e significa algo como o caráter de alguém, de acordo com a Retórica. Para Aristóteles, o *ethos* constituía uma das provas de persuasão, ao lado do *pathos* e do *logos*, já que o caráter demonstrado pelo orador é um fator crucial para que o auditório, o público alvo da persuasão, sinta-se inclinado a acreditar em suas palavras:

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

Assim, para o filósofo, o caráter do orador se constitui em um forte aparato para os argumentos desenvolvidos no processo de persuasão. Através daquilo que é dito e da maneira como é dito, se o caráter demonstrado pelo orador é o de alguém prudente, virtuoso e benevolente (ARISTÓTELES, 2005), o público tende a confiar mais em suas palavras. Para Aristóteles:

Muito conta para a persuasão, sobretudo nas deliberações e, naturalmente, nos processos judiciais, a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito em relação ao orador (ARISTÓTELES, 2005, p. 159).

Esse “estado de espírito” cultivado pelos ouvintes em relação ao orador é justamente o que chamamos anteriormente de *pathos*. Dessa forma, ao tentar persuadir o seu público, o orador deve tentar cativar esse mesmo público. Essa noção foi trabalhada por Perelman e Tyteca (2005) que, ao lançarem uma nova proposta de estudo sobre a arte retórica, defendem que a adesão do público às ideias expostas pela argumentação é um dos principais objetivos do orador, como veremos no item 3.4.

Retornando à temática do *ethos*, vemos que para Aristóteles o que é dito pelo orador e a maneira como ele se apresenta são fatores cruciais para que o público o veja como alguém legitimado a dizer ou agir de certo modo. É o que vimos anteriormente como a estratégia discursiva da *legitimidade*. No entanto, os pensadores romanos detinham uma ideia diferente a esse respeito. Para eles, o caráter do orador era mais consolidado a partir de sua história de vida, do posicionamento social deste e de sua linhagem, do que apenas daquilo que é dito. De acordo com Amossy:

Na arte oratória romana, inspirada mais em Isócrates (436-338 a.C.) que em Aristóteles, o *ethos* pertence à esfera do caráter. Segundo Quintiliano, o argumento exposto pela vida de um homem tem mais peso que suas palavras. E Cícero define o bom orador como o *vir boni dicendi peritus*, um homem que une ao caráter moral a capacidade de bem manejar o verbo (AMOSSY, 2005, p. 17; 18).

Para os pensadores romanos, portanto, o *ethos* é, na verdade, o modo de vida, os exemplos concretos dados pelo orador e não apenas aquilo que ele diz. É o “homem bom, perito no dizer”, nas palavras do próprio Cícero. Esse pensamento de que as questões situadas fora do dizer propriamente dito ajudam (ou definem a) na construção da imagem do orador foi aproveitado, posteriormente, por Maingueneau (2008) que nos apresenta a noção do *ethos pré discursivo*, ou seja, a imagem que o público destinatário

tem do locutor antes que ele profira seu discurso. O autor também nos explica a diferença entre *ethos mostrado* e *ethos dito*:

O *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre *ethos dito* e *mostrado* se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação (MAINGUENEAU, 2008, p. 18).

Nota-se, então, que a distinção entre o *ethos dito* e *mostrado* não é tão clara, no entanto, podemos entender o *ethos dito* como a explicitação da imagem de si que o enunciador deseja construir em seu discurso, enquanto que o *ethos mostrado* seria a construção dessa imagem pautada sobre aspectos como a vestimenta, o tom de voz, o conteúdo do enunciado etc. Para facilitar a compreensão acerca de suas ideias sobre o *ethos*, Maingueneau (2008) nos apresenta um quadro que busca relacionar as interações entre as diferentes instâncias do *ethos*, no qual as flechas duplas indicam que há interação entre as instâncias:

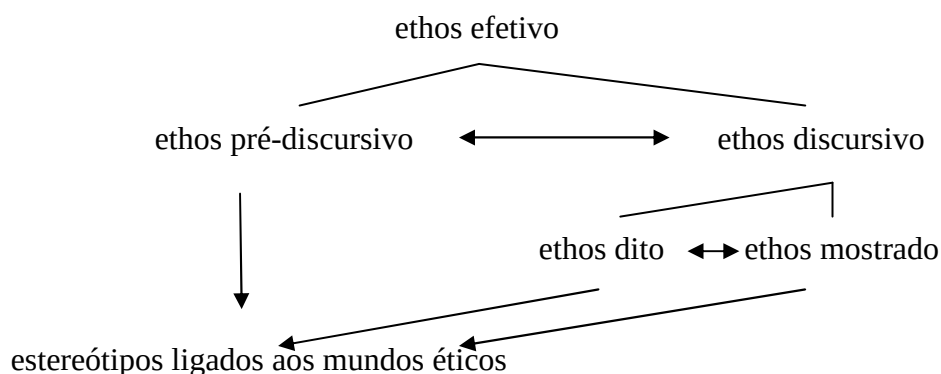


Figura 06: As diferentes instâncias do *ethos*

Fonte: Maingueneau (2008, p. 19)

Podemos observar, então, que o *ethos efetivo* é construído pela interação das diversas instâncias reconhecidas pelo autor supracitado. Essas representações culminam nos estereótipos, nas representações sociais consolidadas nas quais o destinatário se apóia para fazer a sua própria representação do enunciador.

Os estereótipos funcionam como um apoio sobre o qual os destinatários do enunciado se servem para captar a imagem do enunciador. No entanto, não trabalharemos com essa noção teórica, visto que a teoria Semiolinguística utiliza a

noção de “imaginários sociodiscursivos” para dar conta dessas representações sociais discursivamente partilhadas. De acordo com Charaudeau (2007),

Será entendido que nossa proposta consiste em se livrar de uma noção, o estereótipo, que é muito restritiva, uma vez que é reconhecida pelo seu caráter de vinculação a uma verdade que não será averiguada ou que seria falsa. O imaginário não é nem verdadeiro nem falso. Ele é uma proposta de visão do mundo que se apóia sobre alguns saberes que constroem sistemas de pensamento, que podem se excluir ou se sobrepor uns aos outros. Isso permite que o analista não tenha que denunciar este ou aquele imaginário como falso (CHARAUDEAU, 2007, p. 08. Tradução nossa).⁹

Assim, ao contrário dos estereótipos que designam determinados pensamentos partilhados em sociedade, mas que não correspondem à realidade, os imaginários se abstêm dessa classificação e se preocupam em relatar qual a visão de mundo, qual a noção acerca de uma parcela da realidade é representada no discurso e não se essa visão corresponde a algo verdadeiro ou falso.

A noção de imaginários sociodiscursivos é interessante para a compreensão do *ethos* na medida em que, para Charaudeau (2011, p. 137), “toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente, portador de uma imagem ideal de referência”. Assim, o *si* constrói sua imagem e o *outro* adere ou não a essa imagem tendo por base uma imagem de apoio, pertencente a um *terceiro* e presente nos imaginários sociodiscursivos. Dito de outra forma, o enunciador, por exemplo, constrói para si a imagem de alguém benevolente que será entendida pelos destinatários se estes entenderem o discurso (ou ações) do enunciador como compatíveis àquilo que eles relacionam a “benevolente” em seu universo de conhecimento.

Para uma melhor compreensão acerca do que Charaudeau chama de “imaginários sociodiscursivos”, vejamos o próximo item.

2.2.6. Os imaginários sociodiscursivos

Segundo Charaudeau (2011), existem alguns conjuntos de saberes partilhados pelos membros de uma determinada sociedade que servem de base para as representações sociais acerca da realidade. São os imaginários sociodiscursivos. No

⁹ On l'aura compris, notre proposition consiste à se débarrasser d'une notion, le stéréotype, qui est par trop restrictive puisqu'elle n'est repérable que par son caractère de fixation d'une vérité qui ne serait pas avérée, voire qui serait fausse. L'imaginaire n'est ni vrai ni faux. Il est une proposition de vision du monde qui s'appuie sur des savoirs qui construisent des systèmes de pensée, lesquels peuvent s'exclure ou se superposer les uns les autres. Cela permet à l'analyste de ne pas avoir à dénoncer tel ou tel imaginaire comme faux.

entanto, o termo “imaginário”, ao contrário do que possa parecer, não diz respeito a algo inventado, não condizente com a realidade, mas é entendido como a representação, o entendimento da realidade. De acordo com Charaudeau (2011):

À medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o princípio de coerência, falaremos de “imaginários”. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos” (CHARAUDEAU, 2011, p. 203).

Ou seja, esses imaginários servem de base para a representação e conceituação da realidade, através da linguagem, do discurso, sob o ponto de vista de um determinado grupo social. Esses saberes que circulam discursivamente são separados, por Charaudeau (2011), entre *saberes de crença* e *saberes de conhecimento*. Os saberes de conhecimento são aqueles adquiridos a partir da vivência, da comprovação, da experiência. São os conhecimentos que se propõem, de certa forma, empíricos, se colocando exterior ao homem. Por sua vez, os saberes de crença são subjetivos, pois “visam a sustentar um julgamento sobre o mundo” (CHARAUDEAU, 2011, p. 198). Através deles, os sujeitos refletem e julgam determinado aspecto da realidade e, dessa forma, vários posicionamentos são possíveis.

Em nossa análise, conforme poderá ser visto no capítulo III, determinados imaginários sociodiscursivos auxiliam o caráter patemizador de certos enunciados argumentativos, bem como corroboram determinados *ethé* discursivos. Afinal, assim como nos lembra Charaudeau (2007), o imaginário

se constrói, então, de sistemas de pensamentos coerentes a partir de tipos de saber que são investidos, por vezes, de *pathos* (o saber como afeto), de *ethos* (o saber como imagem de si), de *logos* (o saber como argumento racional). Dessa forma, os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, se organizam em sistemas de pensamento coerentes, por sua vez, criadores de valores, atuando como uma justificação da ação social e se depositando na memória coletiva (CHARAUDEAU, 2007, p. 04. Tradução nossa).¹⁰

¹⁰ Il se construit ainsi de systèmes de pensée cohérents à partir de types de savoir qui sont investis, tantôt, de pathos (le savoir comme affect), d'ethos (la savoir comme image de soi), de logos (le savoir comme argument rationnel). Ainsi, les imaginaires sont engendrés par les discours qui circulent dans les groupes sociaux, s'organisant en systèmes de pensée cohérents créateur de valeurs, jouant le rôle de justification de l'action sociale et se déposant dans la mémoire collective.

Portanto, a análise desses imaginários sociodiscursivos, que se deixam transparecer nos discursos, pode mostrar ao pesquisador quais tipos de saberes partilhados estão servindo de apoio para a negociação dos sentidos de determinados enunciados argumentativos.

2.3. A argumentação: um breve histórico

O fenômeno argumentativo é estudado desde a Grécia Clássica sob o viés da disciplina retórica. Para Aristóteles, “sua função [da retórica] não é persuadir mas discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso” (ARISTÓTELES, 2005, p. 94). Dessa forma, o filósofo separou da filosofia o estudo dos meios de persuasão ao criar uma disciplina exclusiva. No entanto, a retórica não surgiu a partir dos estudos de Aristóteles, mas, como nos lembra Ruth Amossy (2000), essa disciplina surgiu no século V a.C., consolidada pelo siciliano Corax. Conforme Júnior (2005), isso aconteceu em um momento em que se fez necessário criar uma arte, uma disciplina que se focasse sobre o uso do discurso com fins persuasivos:

Por volta de 485 a. C., dois tiranos sicilianos, Gélon e Herão, povoaram Siracusa e distribuíram terras pelos mercenários à custa de deportações, transferências de população e expropriações. Quando foram destronados por efeito de uma sublevação democrática, a reposição da ordem levou o povo à instauração de inúmeros processos que mobilizaram grandes júris populares e obrigaram os intervenientes a socorrerem-se das suas faculdades orais de comunicação. Tal necessidade rapidamente inspirou a criação de uma arte que pudesse ser ensinada nas escolas e habilitasse os cidadãos a defenderem as suas causas e lutarem pelos seus direitos. E foi assim que surgiram os primeiros professores da que mais tarde se viria a chamar retórica (JÚNIOR, 2005, 19).

Vemos, portanto, que o ponto inicial dos estudos sobre a argumentação foi voltado para questões judiciais. Essa característica não foi abandonada pelos estudiosos da retórica nos anos seguintes, já que o próprio Aristóteles criticava essa e outras questões sobre as quais se focavam os estudos de retórica feitos anteriormente aos seus próprios estudos:

A crítica que Aristóteles fez aos teorizadores de retórica que o precederam parece-nos ter assentado nas seguintes razões: na de eles terem centrado a sua atenção no discurso judicial, em prejuízo dos demais gêneros; na de terem dado especial atenção ao estímulo das emoções, com negligência evidente do uso da argumentação lógica; e na da excessiva importância dada à estrutura formal do discurso (JÚNIOR, 2005, p. 33; 34).

De acordo com Aristóteles, os estudos que haviam sido feitos no âmbito da retórica não davam o valor adequado ao raciocínio lógico, mas se preocupavam bastante com a questão das emoções e com o discurso judicial. Apesar da crítica, Aristóteles não deixou de abarcar em suas indagações a emoção veiculada pelo *pathos* e pelo *ethos*. No entanto, seus estudos se focavam na busca pela verdade, sobretudo, através dos entimemas¹¹.

A partir dos estudos aristotélicos, a retórica passou a ser vista como uma disciplina crucial e seu estudo, de maneira formal, esteve presente durante toda a Idade Média como parte dos currículos escolares (MAZZALI, 2008). No entanto, no século XIX, o estudo da retórica foi considerado pouco objetivo pelo pensamento positivista, e a produção de estudos que se focavam sobre o fenômeno argumentativo foi comprometida, vindo a ressurgir apenas na década de sessenta do século XX:

O interesse por ela [argumentação] ressurgiu nos anos de 1960 após o longo jejum decorrente da desconfiança em torno dos estudos ligados à retórica. Todavia, esse interesse ainda não foi suficiente para angariar adeptos à sua causa. Apenas nos anos de 1990, os estudos da argumentação ganharam maior força, destacando obras já produzidas nas décadas posteriores, como as de Perelman & Olbrechts-Tyteca, Toulmin e Ducrot, bem como introduzindo novas idéias com a atual safra de pesquisadores do assunto, entre os quais eu poderia destacar, por exemplo, Christian Platin, Ruth Amossy, Van Eemeren e Ekkhard Eggs (LIMA, 2006, p. 84).

Assim, os estudos sobre o fenômeno da argumentação passaram a ser novamente realizados, seja na filosofia do direito ou em diferentes disciplinas linguísticas, como a Análise do Discurso. Dentre esses novos pesquisadores mencionados por Lima (2006), Ruth Amossy, por exemplo, apresenta em seus estudos a visão de que “a análise da argumentação no discurso se propõe a estudar a eficácia da fala em suas dimensões institucionais, sociais e culturais” (AMOSSY, 2000, p. vii. Tradução nossa)¹². Essa característica é compartilhada pelos demais estudos que se focam sobre a argumentação por um viés discursivo, como os estudos desenvolvidos através da teoria Semiolinguística, à qual se vincula o presente trabalho. Sob o ponto de vista semiolinguístico:

Para que haja a argumentação, estabelece-se entre os indivíduos um contrato intelectual baseado principalmente no fato de os enunciadores compartilharem contextos sócio-históricos. Portanto, a existência de um dispositivo argumentativo não é o único fator responsável pela argumentação

¹¹ Entimema é um raciocínio incompleto por possuir uma premissa oculta que deve ser deduzida.

¹² l'analyse de l'argumentation dans le discours se propose d'étudier l'efficacité de la parole dans ses dimensions institutionnelles, sociales et culturelles.

de um texto. Essa depende também dos fatores situacionais, determinados pela situação de troca e pelo contrato de fala (MELO, 2013, p. 193).

Ou seja, não é apenas o que se diz ou como se diz que garantirá que um enunciado tenha um valor argumentativo, como se teorizou alhures. Para que um discurso seja efetivamente de teor argumentativo é necessário que se leve em conta o contexto psicossocial no qual se insere o discurso, bem como a identidade dos parceiros, o propósito comunicativo, a finalidade do contrato etc., pois “a argumentação não está no âmbito das categorias da língua (as conjunções de subordinação), mas sim da organização do discurso” (CHARAUDEAU, 2012, p. 202. Grifo do autor). Nesse ponto, nos referimos à noção de argumentação adotada pela teoria Semiolinguística que compartilha alguns pontos de vistas com a Nova Retórica, sobre a qual discorreremos no próximo tópico.

2.4. A Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca

A retórica é estudada como uma disciplina independente há séculos. Durante muito tempo, os estudos de Aristóteles serviram, e ainda servem, de base para aqueles que se debruçaram sobre o fenômeno da argumentação. Além do clássico *Retórica*, utilizaremos em nossas análises os estudos feitos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) em seu *Tratado da Argumentação*, obra na qual os pesquisadores acima mencionados apresentam as bases de uma nova teoria que se proclama como a Nova Retórica. De acordo com Perelman e Tyteca, o objetivo principal da prática de argumentar consiste em

provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação pretendida ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 50).

O ponto principal dessa nova teoria é a importância dada ao auditório, termo utilizado na Nova Retórica e aqui entendido com um valor aproximado ao de sujeito destinatário, já discutido anteriormente. Para Perelman e Tyteca, o argumentante deve fazer com que o auditório adira às teses por ele levantadas e, para isso, ele deve recorrer a uma série de técnicas argumentativas.

Nas palavras de Amossy, “(...) a teoria da argumentação desenvolvida por Perelman oferece uma taxonomia das principais técnicas argumentativas concebidas como processos que permitem uma ligação (ou um desligamento) constitutiva de um raciocínio plausível”¹³ (AMOSSY, 2000, p. 09. Tradução nossa). Dito de outro modo, o trabalho de Perelman nos apresenta uma variedade de técnicas argumentativas que podem ser utilizadas pelo orador, sujeito argumentante, que visa a fazer com que o auditório concorde com suas ideias. É praticamente um trabalho de taxonomia, conforme nos lembra Amossy, já que os pesquisadores fazem uma descrição exaustiva das variadas técnicas argumentativas às quais o orador pode recorrer de acordo com sua finalidade comunicativa.

Apesar de não ser uma obra inserida na Análise do Discurso, como salienta Amossy (2000), os postulados da Nova Retórica podem auxiliar os trabalhos recentes que tomam como objeto de estudo a argumentação na medida em que essa teoria leva em conta os sujeitos e as situações circundantes do discurso, além de os pressupostos das duas áreas serem compatíveis e passíveis de se ajudar mutuamente. Compartilhando desse ponto de vista, Melo (2013) nos esclarece:

Partindo dos estudos sobre argumentação na perspectiva da Nova Retórica, não é difícil vislumbrar que os pressupostos de Perelman (1996) são compatíveis com a proposta de se estudar a argumentação numa perspectiva discursiva. Para esse autor, a argumentação não se desenvolve no vazio, mas numa situação socialmente e psicologicamente determinada, que diz respeito às posições ocupadas por aquele que fala e seu auditório (MELO, 2013, p. 192).

As técnicas elencadas na Nova Retórica são de natureza diversa, mas elas podem se aliar caso o orador assim deseje, afinal, ele deve fazer uso dos recursos necessários para que o seu auditório aceite suas teses. No entanto, como nos lembra Perelman, os auditórios podem ser praticamente infinitos, cada um com suas particularidades e mesmo um mesmo auditório, se for coletivo, apresentará sujeitos dotados de sua própria individualidade. Devido a isso, “o que suscita acima de tudo o interesse é uma técnica argumentativa que se imporia a todos os auditórios indiferentemente ou, pelo menos, a todos os auditórios compostos de homens competentes ou racionais” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 29).

Assim, as técnicas elencadas pelos autores servem, teoricamente, ao sujeito argumentante que se depara com vários tipos de auditório.

¹³ (...) la théorie de l'argumentation développée par Perelman offre une taxinomie des principales techniques argumentatives conçues comme des procédés qui permettent une liaison (ou une déliaison) constitutive d'un raisonnement plausible.

2.5. A Linguística Forense

O presente estudo visa a descrever e analisar dados referentes a ações discursivas realizadas em uma situação criminosa. Dessa forma, o objeto de estudo são discursos produzidos por criminosos, tidos como tais por estarem efetuando uma prática em dissonância com a lei. Devido a isso, esse estudo pode ser tido como uma pesquisa em Linguística Forense.

A Linguística Forense é entendida como a aplicação de teorias e metodologias advindas dos estudos linguísticos à solução de problemas reais envolvendo textos produzidos em contextos ligados a questões jurídicas, legais. Essa área notadamente interdisciplinar estuda, portanto, questões relativas à utilização da linguagem em situações ligadas à prática jurídica, policial e, como veremos, criminal.

De acordo com Olson:

A Linguística Forense é a aplicação do conhecimento linguístico a um ambiente social particular, nomeadamente o fórum (é daí que provém a palavra *forense*). Em sentido mais amplo, podemos dizer que a Linguística Forense é a interface entre linguagem, crime e lei, onde *lei* inclui a aplicação da lei, a matéria jurídica, a legislação, disputas ou procedimentos legais, e até mesmo disputas que só envolvem potencialmente alguma infração da lei ou alguma necessidade de encontrar uma solução legal. Dada a centralidade do uso da linguagem para a vida em geral e, em particular, para a lei, é talvez um pouco surpreendente que a Linguística Forense seja um parente recém-chegado à arena, enquanto outras disciplinas, como a identificação de impressões digitais e análises de pegadas, são muito mais antigas e possuem uma presença bem estabelecida em processos judiciais. (OLSON, s/d, p. 02. Tradução nossa).¹⁴

Observamos que o autor supracitado define a Linguística Forense como uma disciplina que abarca, também, os assuntos envolvendo a linguagem e o crime. Carapinha (2010) prefere o termo *linguística jurídica* por entender que o adjetivo *jurídico* é mais abrangente que *forense*, já que este último teria implicações semânticas que o ligariam diretamente à instituição fórum. A autora explica o domínio de atuação da linguística forense dizendo que “ele consiste na aplicação de metodologias e teorias

¹⁴ Forensic Linguistics is, rather, the application of linguistic knowledge to a particular social setting, namely the legal *forum* (from which the word *forensic* is derived). In its broadest sense we may say that Forensic Linguistics is the interface between language, crime and law, where *law* includes law enforcement, judicial matters, legislation, disputes or proceedings in law, and even disputes which only potentially involve some infraction of the law or some necessity to seek a legal remedy. Given the centrality of the use of language to life in general and the law in particular, it is perhaps somewhat surprising that Forensic Linguistics is a relative newcomer to the arena, whereas other disciplines, such as fingerprint identification and shoeprint analysis, are much older, having a well-established presence in judicial processes.

linguísticas a questões de natureza legal e judiciária” (CARAPINHA, 2010, p. 02). A nosso ver, essas questões de natureza legal e judiciária incluem também o crime, justificando a inserção de nosso trabalho nesse campo de estudo.

Definido o conceito, é interessante frisar o papel do pesquisador. Cabe ao linguísta forense analisar a forma como a linguagem é utilizada em âmbito forense, bem como servir como especialista em processos de investigação criminal no qual alguma evidência de natureza linguística esteja envolvida. Dentro da linguística forense, a Fonética Forense parece ser a área mais consolidada e aceita pelos tribunais. Através da análise da voz é teoricamente possível descobrir a identidade do falante. Ao lado dessa área, que recebe contribuições da Sociolinguística Variacionista e da Estilística, encontramos também a identificação de autoria, que tenta encontrar o verdadeiro autor de um texto apócrifo, bem como solucionar casos envolvendo suspeitas de plágio.

Como nos diz Coulthard (2004),

Os casos em que a evidência linguística tem sido usada variam de disputas sobre o significado individual de morfemas num caso de ‘*trademark*’, e de palavras isoladas quando o juiz aconselha os membros do júri sobre algum aspecto da lei, passando pela autoria de palavras e sentenças num caso de plágio, até acusações da invenção de textos completos em casos de assassinato (COULTHARD, 2004, p. 159; 160. Grifo do autor).

Além dessas duas áreas, mais aplicadas à resolução de crimes, temos também o interesse da linguística forense em analisar a interação em contextos judiciais, a prolixidade do léxico jurídico, a tradução legal e a Análise do discurso forense, sobre a qual falaremos adiante.

2.5.1. A Análise do Discurso Forense

Como discutido anteriormente, a Linguística Forense se vale das pesquisas desenvolvidas em diversas áreas dos estudos linguísticos e as aplicam à resolução de problemas relativos ao âmbito jurídico. Desse modo, a Análise do Discurso, em suas várias vertentes, também é utilizada na elucidação de questões linguístico-discursivas pertencentes a esse contexto específico. Conforme nos diz a professora Carmen Rosa Caldas-Coulthard:

Advinda dos estudos discursivos em contextos profissionais, a Linguística Forense é uma disciplina acadêmica recém criada, muito atuante em países de língua inglesa. A Associação Internacional de Linguistas Forenses (International Association of Forensic Linguists, IAFL), fundada em 1993 na

Grã-Bretanha, demonstra a importância da área, tendo mais de 300 membros entre acadêmicos, advogados e policiais (CALDAS-COULTHARD, 2014, p. 01).

Segundo a pesquisadora, a Linguística Forense é oriunda dos estudos discursivos. No entanto, como essa disciplina teve seu desenvolvimento, principalmente, na Grã Bretanha, os estudos discursivos foram orientados pela Análise do Discurso Crítica, linha que se diferencia da Análise do Discurso da escola francesa, da qual os estudos de Charaudeau, portanto, a Semiologia, fazem parte. Dos teóricos que se debruçam sobre o discurso forense, os que aqui são citados se filiam à Análise do Discurso Crítica, como Coulthard e Johnson (2007); Caldas-Coulthard (2014) e Carapinha (2010). Por questões epistemológicas, portanto, trazemos as vozes desses autores apenas no que concerne à inclusão da presente pesquisa no âmbito da Análise do Discurso Forense, já que a análise propriamente dita do material que compõe o *corpus* seguirá a teoria e a metodologia da Semiologia.

De acordo com Coulthard e Johnson:

Em 2003 Michael Stubbs, no The Third Sinclair Open Lecture (Stubbs 2004), levantou a seguinte questão: o que aconteceu à análise do discurso? O termo 'análise do discurso' é agora encontrado precedido por um grande contingente de adjetivos modificadores: antropológico, infantil, cognitiva, crítica, educacional, etnográfica, feminista, legal, médico, multimodal, político, psicoterapêutico e, claro, análise do discurso forense. A resposta, então, à pergunta de Stubbs é claramente que a análise do discurso tem proliferado e ramificado em um número de subdomínios específicos, um deles sendo a análise do discurso forense. Essa área está, como muitas de suas irmãs, preocupada com funções institucionais específicas e usos da linguagem (COULTHARD; JOHNSON, 2007, p. 07).¹⁵

Para esse analista do discurso, as múltiplas denominações encontradas recentemente na Análise do Discurso servem para que a área se especifique. Essa especialização acaba por conferir um caráter mais aprofundado aos estudos discursivos já que os discursos oriundos de diferentes domínios de prática linguageira, tomando emprestado o termo de Charaudeau, são muito diferentes entre si. Devido a isso, não apenas essa especialização de caráter epistemológica, mas a própria diferenciação da nomenclatura se fazem pertinentes.

¹⁵ In 2003 Michael Stubbs, in The Third Sinclair Open Lecture (Stubbs 2004), asked the question: what happened to discourse analysis? The term 'discourse analysis' is now found preceded by a wide range of modifying adjectives; anthropological, child, cognitive, critical, educational, ethnographic, feminist, legal, medical, multimodal, political, psychotherapeutic and, of course, forensic discourse analysis. The answer, then, to Stubbs's question is clearly that discourse analysis has proliferated and branched off into a number of specific sub-domains, one of those being forensic discourse analysis. It is, like many of its sisters, concerned with specific institutional functions and uses of language.

Conforme já discutimos anteriormente, estamos propondo que os estudos em Análise do Discurso criminoso não sejam tomados como uma especialização, um subdomínio ramificado da própria Análise do Discurso, mas que o discurso criminoso seja passível de ser analisado no âmbito da Análise do Discurso Forense, devido aos motivos já explicitados.

CAPÍTULO III

A mise en scène do discurso criminoso

No presente capítulo, apresentaremos os resultados concernentes à descrição e análise do *corpus* de pesquisa sob a luz do referencial teórico adotado, nomeadamente, da Teoria Semiolinguística do Discurso e teorias argumentativas. Em primeiro lugar, faremos as descrições dos gêneros situacionais “Golpe do Falso Sequestro” e “Golpe da Recarga Premiada”, procurando demonstrar quais são as restrições próprias de cada contrato dessas situações de comunicação, levando em consideração a finalidade das interações, o propósito comunicativo e as identidades que emergem dessas práticas languageiras. Tentaremos, outrossim, apontar quais são as visadas discursivas mais salientes, bem como os principais modos de organização do discurso utilizados pelos criminosos e pelas vítimas para construírem seu discurso. Posteriormente, apresentaremos análises detalhadas a respeito da maneira como os sujeitos utilizam argumentos de base racionalizante (*logos*) e patêmica (*pathos*) construindo, no processo, determinadas imagens discursivas de si mesmos (*ethos*). Todo o processo argumentativo se baseia em determinados imaginários sociodiscursivos, sobre os quais discorreremos. Além disso, procuraremos apontar algumas pistas de natureza discursiva que poderiam levar as vítimas dos golpes a perceber que todo o processo interacional é pautado sobre inverdades.

3. O gênero Golpe do Falso Sequestro

Os gêneros discursivos, a partir dos quais agimos em sociedade, são estudados sob diferentes denominações desde a Grécia Clássica quando Aristóteles, em sua Retórica, discorreu acerca dos gêneros deliberativo, epidídico e judiciário. Já mais próximo ao nosso tempo, Bakhtin afirma que cada função exercida em sociedade gera um determinado tipo de gênero. Ou seja, os gêneros do discurso surgem, ou se modificam, a partir de novas práticas sociais:

Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis (Bakhtin, 2003, p. 266).

A ideia de Bakhtin de que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciado acabou por se tornar uma espécie de jargão nos estudos da linguagem, dada a dificuldade de se refutá-la. Em consonância com o pensamento bakhtiniano, Charaudeau postula sobre a existência daquilo que ele chama de gêneros situacionais, ou seja, gêneros ligados a determinadas situações de comunicação. Para Charaudeau (2004), os gêneros também possuem uma ancoragem social, estando ligados diretamente a práticas sociais que se perpetuam em uma comunidade.

Como vimos anteriormente no item 1.3.1, um determinado domínio de prática social fundamenta o que se entende por domínios de comunicação, como o midiático, o religioso, o jurídico e, a nosso ver, o criminoso. Cada domínio de comunicação apresenta um conjunto de situações de comunicação que são regidas por diferentes finalidades comunicativas, propósitos e circunstâncias materiais nas quais atuam sujeitos com diferentes identidades sociais e discursivas.

De acordo com Charaudeau (2004), um estudo que procura descrever um gênero situacional precisa distinguir esse gênero de outros levando em conta o nível situacional no qual se encontra a finalidade do ato comunicativo, principalmente no que concerne às visadas discursivas predominantes; o nível das restrições discursivas, que dizem respeito ao modo como o discurso é organizado e o nível da configuração textual, no qual o analista tentará encontrar padrões enunciativos e recorrências lexicais e formais. Além disso, a situação de comunicação e as restrições que ela evoca, com o propósito, circunstâncias materiais e identidades próprias, também devem ser levadas em conta.

Em um trabalho anterior (SILVA; MELO, 2015), notamos que as visadas principais do gênero situacional golpe do falso sequestro são as de *fazer-crer* para *fazer-fazer*. Aqui, já que a finalidade da situação de comunicação é extorquir a vítima, os criminosos procuram convencê-la acerca da veracidade de suas afirmações, de modo a fazer com que ela acate suas exigências e faça o pagamento do falso resgate. Temos, então, o predomínio da *visada de prescrição*, que é definida por Charaudeau (2004) como “*eu quer ‘mandar fazer’ (faire faire)*, e ele tem autoridade de poder sancionar; *tu se encontra, então, em posição de ‘dever fazer’*” (CHARAUDEAU, 2004, p. 23). Podemos observar que, apesar de a visada de *fazer-crer* ser predominante, o sujeito destinatário não se encontra em posição de questionar a legitimidade do sujeito enunciador, visto que esse é, para o sujeito destinatário, um sequestrador que tem poder sobre a vida de seu parente. À medida que a finalidade é a extorsão, o propósito comunicativo gira em torno do sequestro e da negociação acerca da liberação, ou não, da vítima supostamente sequestrada. Assim, as identidades discursivas predominantes

são as de sequestrador, na instância de produção, e de vítima/familiar na instância de recepção.

Como visto anteriormente, segundo Charaudeau (2009), a identidade social seria formada pelas características biológicas e sociais do sujeito e está relacionada à sua *legitimidade*, seu “direito à palavra”. A identidade discursiva, por sua vez, depende das estratégias da *credibilidade* e da *captação* e pode ser entendida como a identidade construída pelo sujeito em seu próprio discurso.

Como já mencionado, a *credibilidade* diz respeito à necessidade que o locutor tem de que sua palavra seja tomada como crível, verdadeira, e para isso ele constrói para si um *ethos* que lhe permita responder à questão “como fazer para ser levado a sério?”. No caso dos golpes do falso sequestro, a identidade discursiva construída pelos criminosos é a de sequestrador. Já a *captação* diz respeito à necessidade de fazer com que o interlocutor compartilhe das ideias e acredite no locutor, quando este não possui uma posição de autoridade em relação àquele. Daí provém o uso de argumentos patêmicos.

Em algumas interações, mais de um criminoso contribui para o golpe. Nesses casos, o terceiro sujeito pode se colocar na identidade discursiva de sequestrado, se passando por filho da vítima que atendeu o telefone. É interessante ressaltar que, quando mais de um criminoso participa do golpe, o crime é caracterizado como formação de quadrilha, o que amplia a pena de um terço até a metade da pena original (ANGHER, 2004). Quanto às circunstâncias materiais, essa interação é toda desenvolvida através de uma ligação telefônica, feita pelo criminoso, normalmente durante a madrugada.

A composição textual desse gênero, por sua vez, pode ser definida como uma espécie de *script* que é seguido pelos criminosos, o que pode sugerir uma espécie de preparo prévio do *modus operandi*. Essa regularidade, que pode ser entendida como o conjunto das restrições formais fornecidas pelo contrato de comunicação, foi descrita por Silva e Melo (2015) como detentora de quatro etapas:

- *A abordagem*: essa primeira fase diz respeito ao início da interação propriamente dita, é o momento no qual os criminosos se passam por um suposto sequestrado, familiar da vítima, ou mesmo por um terceiro que busca informações sobre alguém que sofreu um acidente e seria, possivelmente, relacionado à vítima. Essa fase, pautada sobre o Modo Narrativo, parece servir para que os criminosos adquiram algumas

informações úteis com a finalidade de usá-las no restante da interação, por exemplo, o nome do parente da vítima.

- *A revelação do sequestro*: assim que os criminosos conseguem alguma pista, como o nome de um familiar, eles anunciam o suposto sequestro e fazem descrições acerca da situação na qual se encontra o sequestrado.
- *A negociação*: nessa fase, os sequestradores fazem algumas exigências monetárias, ameaçando a vida do familiar supostamente sequestrado. O Modo Argumentativo se mostra mais saliente nesta fase, visto que há uma espécie de dialética, onde os argumentos de uma parte são refutados, ou aceitos, pela outra.
- *O desfecho*: ao final da interação a vítima já terá dito se está apta ou não a efetuar o pagamento do falso resgate.

Como já mencionado anteriormente, é importante ressaltar que não dispomos das partes das gravações relativas ao final das interações, visto que dados pessoais das vítimas poderiam ser divulgados. Lembramos que os textos que compõem o nosso *corpus* foram disponibilizados na instância midiática, o que impossibilitaria que informações pessoais fossem explicitadas.

Para uma melhor visualização das características que delineiam os golpes do falso sequestro como um gênero situacional, observemos o seguinte quadro:

Nível Situacional (visadas)		Nível das restrições discursivas (Modos de Organização)		Nível das restrições discursivas (Modos Enunciativos)	
Fazer-crer	“Pegamos seu marido aqui agora na Olavo Bilac, trouxe- jogamos ele dentro de um carro e agora botamos ele dentro de um cativeiro.” (texto 1)	Narrativo	“Ocorreu um acidente que ta envolvendo um ônibus, cinco carros e uma moto. E uma das pessoas fortemente acidentadas, após passar o seu número, acabou desmaiando dizendo que era seu familiar, senhora.” (texto 2)	Modo alocutivo	“Olha bem, a senhora tá afim de negociar, ou não?” (texto 5)
				Modo elocutivo	“Fui fazer um assalto, houve pânico, correria, a polícia perseguiu a gente”. (texto 4)
				Modo delocutivo	“Que o seu esposo falou que a senhora poderia passar mal.” (texto 1)
Fazer-fazer	“Peço que a senhora mantenha a calma, não fique nervosa, não envolva qualquer outro tipo de pessoa pra não ter que ter agravante	Descritivo	“Ela tá dentro de um cativeiro, amarrada e amordaçada e chorando muito.” (texto 2)	Nível da configuração textual (composição textual; vocabulário)	
				Léxico específico	Favela Cativeiro Amarrada Amordaçada

	na vida da sua filha, entendeu?” (texto 3)				Tacar fogo Quadrilha Assalto Sequestro
		Argumentativo	“A senhora tá disposta a resolver pra ela sair daqui com vida ou a gente vai ter que tirar a vida da sua filha?” (texto 6)	Composição textual	Abordagem Revelação do sequestro Negociação Desfecho

Tabela 01: Restrições discursivas e formais do gênero situacional Golpe do Falso Sequestro

A tabela acima traz apenas alguns exemplos dos principais recursos formais e discursivos encontrados nos textos que materializam os discursos dos sujeitos envolvidos na situação de comunicação dos golpes do falso sequestro. Assim, notamos que as visadas de *fazer-crer* para *fazer-fazer* são as mais recorrentes, dada a finalidade da situação de comunicação, embora a visada de *fazer-sentir* também apareça com frequência quando ocorre a utilização de argumentos patêmicos, sobre os quais falaremos na seção 3.3.

Observamos também o uso de diferentes Modos de Organização do Discurso, cuja utilização dependia da finalidade comunicativa de cada fase da interação. No nível da configuração textual, a modalidade alocutiva, utilizada para que o locutor implique o seu interlocutor, impondo a ele um comportamento, teve um destaque maior, visto a natureza dialógica da situação de comunicação. Essa ação alocutiva implica em uma relação de influência do sujeito enunciador sobre o sujeito destinatário (CHARAUDEAU, 2012). Além disso, é possível notar que determinados lexemas pertencentes ao campo semântico da violência e do crime aparecem com frequência no discurso dos sujeitos que se passam por sequestradores, o que pode ser considerada uma marca formal delineadora desse gênero situacional quando comparado com o gênero Golpe da Recarga Premiada, o qual passamos a descrever em seguida.

3.1. O gênero Golpe da Recarga Premiada

Se levarmos em consideração as categorias disponibilizadas por Charaudeau (2004) para distinguirmos um gênero situacional, podemos dizer que, embora compartilhem do mesmo domínio de comunicação que o gênero Golpe do Falso Sequestro, a saber, o domínio do discurso criminoso, as situações de comunicação conhecidas como golpes da recarga premiada podem ser consideradas um gênero situacional particular. Isso se deve ao fato de sua finalidade ser diferente da que

encontramos nos golpes do falso sequestro, pois, enquanto nestas situações de comunicação o sujeito comunicante que se passa por sequestrador deseja extorquir a vítima através de ameaças, aqui, o sujeito se passa por um representante comercial de uma empresa fornecedora de algum prêmio e procura enganar a vítima, de modo a fazer com que esta acredite em seus argumentos.

Assim, essa finalidade também implicará no uso das visadas discursivas de *fazer-crer* para *fazer-fazer*, já que para a vítima efetuar a transferência de um determinado valor para a conta bancária fornecida pelos criminosos, ela deve antes acreditar que foi vencedora em uma promoção. Com a finalidade de ludibriar, enganar a vítima, então, o sujeito enunciativo na identidade de criminoso evoca uma *visada de incitação*, pois diferentemente do que acontece nos golpes do falso sequestro, aqui, *eu* quer “mandar fazer”, mas não está em posição de autoridade e, por isso, ele só pode incitar a fazer. De acordo com Charaudeau (2004, p. 06), o *eu* deve, então, “‘fazer acreditar’ (por persuasão ou sedução) ao *tu* que ele será o beneficiário de seu próprio ato; *tu* está, então, em posição de ‘dever acreditar’ que se age, é para o seu bem”.

O propósito comunicativo gira em torno da suposta promoção e da premiação adquirida pelo sujeito destinatário, sorteado em um concurso promovido por alguma instituição. Em nosso *corpus*, a operadora de telefonia Oi e a emissora de televisão Globo foram as instituições mencionadas. Durante o percurso da interação, os criminosos tentam fazer com que as vítimas se dirijam a um caixa eletrônico e façam a simulação de uma transferência monetária para uma conta fornecida por eles. Caso a vítima não disponha de um conhecimento básico acerca do funcionamento bancário, poderá transferir o dinheiro disponível em sua conta para os criminosos, acreditando que estão cumprindo com os protocolos administrativos necessários para a liberação de seu prêmio.

Assim como nos golpes do falso sequestro, podemos dizer que as circunstâncias materiais na quais essa troca comunicativa se realiza se configuram em uma ligação telefônica, instaurada por iniciativa da vítima que liga para o número remetente de uma mensagem SMS que afirma que a mesma foi contemplada em alguma promoção, como já vimos no item 1.2.1. Essa mensagem, que se configura em uma espécie de paratexto, também faz parte do gênero situacional Golpe da Recarga Premiada, visto que é a primeira forma de comunicação instaurada entre os sujeitos que participam da situação de comunicação. Podemos dizer que, na verdade, o gênero Golpe da Recarga Premiada seria uma espécie de gênero situacional constituído por dois momentos diferentes da prática comunicativa, instaurados por duas circunstâncias materiais diferentes, mas que

se configuram em um todo cuja finalidade do primeiro possibilita a existência do segundo.

Devido à natureza da situação de comunicação, observamos que as identidades discursivas que se constroem na troca são as de representante da empresa, na instância de produção, e vencedor da promoção, na instância de recepção. Em dois dos textos que compõem o nosso *corpus*, os sujeitos interpretantes, que seriam as vítimas do golpe, tinham conhecimento acerca da natureza criminosa da interação, no entanto, com a intenção de efetuar o registro em áudio, esses sujeitos, na vez de comunicantes, projetam a imagem de um sujeito enunciador que acredita ter sido contemplado pela promoção. Assim, a identidade discursiva de “vencedor da promoção” é encenada durante todo o processo comunicativo, sendo desvelada apenas ao final da interação. Como nosso foco de análise gira em torno dos argumentos utilizados pela parte criminosa, que acreditava que o sujeito interpretante estava sendo ludibriado, o conhecimento das vítimas acerca da interação como a tentativa de realização de um ato criminoso não será um empecilho à análise.

Como já vimos no item anterior, a partir da finalidade da situação de comunicação, o sujeito criminoso faz uso de determinadas visadas discursivas, bem como de alguns Modos para organizar seu discurso de forma a atingir seus objetivos, fazendo, também, algumas escolhas formais. Abaixo, apresentamos, em um quadro, algumas amostras das principais recorrências textuais e discursivas encontradas nesse gênero situacional:

Nível Situacional (visadas)		Nível das restrições discursivas (Modos de Organização)		Nível das restrições discursivas (Modos Enunciativos)	
Fazer-crer	“O senhor vai tá passando por um atendente de banco do Bradesco que vai tá liberando o valor de cem mil pra tua conta, tá certo?.” (texto 1)	Narrativo	“No Brasil foi implantado uma lei, mil seiscentos e noventa e nove, porque nós telemarketing não podemos estar pedindo para nossos clientes nem documentações pessoais, nem (insistindo) nada, tudo bem?” (texto 2)	Modo alocutivo	“Está con- está contente, homem de sorte?” (texto 2)
				Modo elocutivo	“Vou tá transferindo a sua ligação”. (texto 1)
				Modo delocutivo	“O valor creditado em conta e aquisitivo vai ser lançado para a sua conta, de cento e vinte mil reais.” (texto 3)
Fazer-fazer	“o senhor, por gentileza, pega um papelzinho, pega uma caneta em mãos agora de imediato pra	Argumentativo	“Se o senhor quiser estar recebendo o valor de sua premiação vai estar vindo pra dar as verdadeiras informações, caso não- a premiação não é	Nível da configuração textual (composição textual; vocabulário)	
				Léxico específico	Cadastro Protocolo Senha Central de

	tomar ciência do meu nome completo.” (texto 3)		obrigatória, mas sim opcional.” (texto 2)		atendimento Empresa Prêmio Premiação Uso de gerundismo
		Descritivo	“É uma senha única, atualmente, para o terceiro ganhador e contemplado da promoção.” (texto 2)	Composição textual	Anúncio do prêmio Fase burocrática Consumação ou refutação do golpe
				Paratexto	Mensagem SMS

Tabela 02: Restrições discursivas e formais do gênero situacional Golpe da Recarga Premiada

Podemos observar que as visadas de *fazer-crer* para *fazer-fazer* foram, novamente, as mais salientes, visto que os criminosos precisam levar os sujeitos interpretantes a crerem em suas palavras para aceitarem fazer a transferência solicitada. O Modo de Organização Narrativo se mostra produtivo quando os criminosos afirmam que a possível vítima foi contemplada com um prêmio e o Modo Descritivo surge para alguma eventual explicação, como a descrição da promoção da empresa e mesmo de alguma função administrativa, como a senha, conforme vemos no caso acima. Por fim, dada a natureza da troca, o Modo Argumentativo se mostrou mais preponderante, visto que a finalidade principal é o convencimento da vítima acerca dos argumentos fornecidos pelo criminoso.

Observa-se, ainda, o uso da modalidade alocutiva, já que o locutor deseja implicar o interlocutor em seu discurso, imputando-lhe uma ação e uma forma de agir. No entanto, enunciações elocutivas e delocutivas podem ser utilizadas de forma estratégica durante a encenação discursiva, como quando o criminoso se apresenta como responsável pela liberação do prêmio ou quando faz uso da primeira pessoa do plural para passar a noção de coletividade junto à empresa na qual supostamente trabalha.

Quanto às marcas formais relativas ao nível da configuração textual, diferentemente dos golpes do falso sequestro, nos golpes da recarga premiada observa-se uma alta recorrência de termos relacionados ao campo semântico empresarial, como podemos constatar na tabela acima. Essa característica parece demonstrar um possível preparo dos criminosos que aplicam esse golpe, embora, não raras vezes, alguns equívocos ocorram, demonstrando a falta de conhecimento acerca da esfera empresarial por parte dos criminosos. Alguns desses equívocos serão tratados na seção 3.4.2, na qual falaremos um pouco acerca das variedades linguísticas encontradas nos golpes, bem como tentaremos apontar algumas pistas que podem indicar o caráter falacioso dessas interações.

Quanto ao roteiro, ao *modus operandi* do crime, podemos traçar algumas considerações acerca das diferentes partes que compõem essa situação de comunicação e se configuram, também, em determinadas coerções do contrato comunicativo:

- *O anúncio do prêmio*: nesse primeiro momento da interação, o criminoso atende o telefonema efetuado pela vítima e, ao ser informado de que a ligação se refere à mensagem SMS anteriormente recebida, o criminoso afirma que a possível vítima foi contemplada em uma promoção de uma determinada empresa.
- *A fase burocrática*: caso o locutor acredite que foi sorteado, dá-se início à segunda parte do golpe, que consiste no uso, por parte do criminoso, de enunciados que ele julga serem pertencentes à esfera empresarial, informando dados como nomes, setores de atividade e senhas de protocolo para a possível vítima. Essa fase pode servir para que a encenação discursiva se torne mais crível à suposta vítima do golpe.
- *A consumação ou refutação do golpe*: após ser informado dos supostos dados, é pedido que o ganhador da promoção se dirija à agência bancária mais próxima, de modo a confirmar o recebimento de seu prêmio. Caso a vítima aceite se dirigir à agência ou ao caixa eletrônico, passa-se à terceira fase, da *consumação ou refutação* do golpe. Já diante do caixa eletrônico, e ainda em contato com os criminosos, a vítima pode vir a fazer uma transferência para uma conta passada pelos supostos representantes da empresa, pensando que está, na verdade, realizando uma simulação que deve ser feita para que seu prêmio seja liberado.

Em nosso *corpus*, temos acesso apenas a dois momentos a respeito desta última fase da interação e, nesses instantes, os sujeitos que se passam por vítima desconstroem essa identidade discursiva e permitem que os criminosos saibam que eles estavam cientes da natureza criminosa da interação.

Dessa forma, possuindo uma finalidade específica que evoca um propósito em particular, bem como determinadas identidades e circunstâncias materiais, além de estar ancorada em uma prática social homônima, a situação de comunicação do golpe da recarga premiada pode ser considerada como um gênero situacional independente.

A partir da próxima seção, apresentamos, de maneira pormenorizada, a forma como os criminosos organizam e utilizam seus argumentos em ambos os gêneros situacionais de modo a atingirem seus objetivos.

3.2. O *logos* nos discursos dos criminosos

Falar em argumentos de base racionalizante é diferente de afirmarmos que estes têm exclusividade sobre a racionalidade. Conforme Charaudeau (2010), as emoções também são de base racional. Seguindo esse raciocínio, preferimos a utilização do termo “racionalizante” para nos referirmos a determinados tipos de argumento que se pautam sobre uma questão lógica, ou quase lógica, como preferem Perelman e Tyteca (2005), já que esses argumentos possuem uma aparência demonstrativa, mas não são completamente comparáveis a raciocínios formais, lógicos e matemáticos. Iremos analisar, de acordo com a nomenclatura apresentada por Perelman e Tyteca (2005), os argumentos utilizados pelos criminosos e pelas vítimas dos golpes do falso sequestro e pelos criminosos dos golpes da recarga premiada que se baseiam sobre aspectos racionalizantes. Além dos argumentos quase-lógicos, há também aqueles que são baseados na estrutura do real. Nas palavras de Perelman:

Enquanto os argumentos quase-lógicos têm pretensão a certa validade em virtude de seu aspecto racional, derivado da relação mais ou menos estrita existente entre eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas, os argumentos fundamentados na estrutura do real valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 297).

Em nossas análises, observamos a predominância de argumentos que se pautam, justamente, sobre essas relações mencionadas pelos autores supracitados entre “juízos admitidos e outros que se procura promover”. Encontramos muitas ocorrências, por exemplo, dos procedimentos argumentativos chamados de deduções condicionais do tipo *se X então Y*. Onde X é uma ação que pode ou deve ser tomada pelo interlocutor e que, possivelmente, acarretará em Y. É uma relação de causa e consequência, conforme observado abaixo:

- a) Se a senhora não querer negociar, eu vou desligar o telefone e vou matar a sua filha (Texto 03 GFS).

Esse excerto, retirado do Texto 03 do conjunto de transcrições dos golpes do falso sequestro, demonstra uma relação de causa e efeito. Segundo o sujeito enunciador que se posiciona como sequestrador, caso a vítima não aceite negociar, ele irá matar sua filha que, supostamente, foi sequestrada por ele. Há, portanto, a necessidade de

negociação para que a vida da filha seja assegurada. Esse argumento se pauta sobre o domínio de avaliação do pragmático (CHARAUDEAU, 2012). Além disso, de acordo com a classificação de Perelman e Tyteca (2005), estamos diante de um argumento baseado na estrutura do real que utiliza a técnica do *vinculo causal*, a partir da qual é possível estabelecer uma consequência ligada a um fato anterior, a uma causa. Ao utilizar esse argumento, os criminosos fazem uso da modalidade alocutiva da *injunção* (CHARAUDEAU, 2012), visto que o locutor atribui a si um estatuto de poder, autoridade, procurando estabelecer, com seu enunciado, uma ação que deverá ser realizada pelo interlocutor, impondo-lhe essa ação. Por sua vez, o interlocutor está em posição de realizar, ou não, essa ação, no entanto, não realizá-la pode colocá-lo em risco de sofrer uma sanção, no nosso caso, ele pode ter seu ente querido assassinado pelos sequestradores.

Esse tipo de argumento foi o mais utilizado pelos sujeitos enunciadores nos textos relativos aos golpes do falso sequestro, conforme podemos observar no gráfico adiante. No entanto, sua utilização também foi observada nos textos oriundos dos golpes da recarga premiada:

- b) Se o senhor quiser estar recebendo o valor da premiação de setenta e cinco mil, vai saindo mesmo agora para a agência bancária a qual o senhor é cliente (Texto 02 GRP).

No enunciado acima, retirado do texto 02, relativo aos golpes da recarga premiada, nos deparamos com uma dedução condicional já que, para receber o valor da suposta premiação, o interlocutor, a vítima do golpe, deve sair de sua casa e se dirigir a uma agência bancária. Na agência, há a continuidade do golpe, conforme vimos anteriormente.

Essa relação de causa e consequência funciona, por vezes, como a explicação da situação de comunicação ter se instaurado, já que uma ação ocasionou uma consequência que levou àquela interação. Observe:

- c) Recarregou e ganhou, por lei nova de regras federais, na mega espetacular premia- promoção (Texto 02 GRP).

O *vinculo causal* adere verossimilhança a todo o processo interacional, já que o sujeito enunciador, que se passa por um representante da empresa responsável pela

promoção e premiação, diz que devido à recarga o sujeito destinatário foi o ganhador em uma promoção. Ou seja, a premiação veio em consequência da recarga. Observe que a *credibilidade* do enunciado é assegurada com a evocação de uma suposta nova lei. Aqui, estamos diante da técnica do *argumento de autoridade*. Essa técnica será mais bem explicada posteriormente.

Além do *vínculo causal*, encontramos a ocorrência de outros tipos de argumentos que se fundamentam sobre essa relação de causa e consequência, mas para se chegar a um determinado resultado, é necessário que algum tipo de sacrifício seja feito. É a técnica que Perelman (2005) nomeou de *argumento pelo sacrifício*, pertencente ao conjunto dos argumentos quase-lógicos. Observe:

- d) Veja bem, você vai ter o seu filho com vida, mas se fizer o que eu vou mandar. Entendeu? (Texto 04 GFS).

Em *d*, excerto oriundo de uma interação de golpe do falso sequestro, podemos concluir que o sacrifício é justamente se sujeitar a fazer o que o criminoso disser para não se correr o risco de colocar a vida de seu ente querido em risco. Aqui, estamos novamente diante de uma relação do tipo *se X então Y*, que se relaciona ao domínio do pragmático, já que se a vítima fizer esse sacrifício, terá o seu filho com vida. Essa técnica não foi encontrada nos textos relativos aos golpes da recarga premiada.

Outra técnica argumentativa amplamente encontrada foi a que diz respeito à utilização do *argumento pragmático*, também pertencente aos argumentos quase-lógicos. Essa técnica procura utilizar argumentos que se valem de um valor relacionado ao domínio do pragmático, da finalidade de uma determinada ação. No *corpus* de análise, esse tipo de argumento foi mais recorrente nos golpes da recarga premiada, visto que, à medida que os criminosos não detinham a legitimidade necessária para dar uma ordem às vítimas, eles necessitavam de explicar a finalidade das ações solicitadas aos sujeitos destinatários. Observe:

- e) tira o seu extrato com a data de hoje. Vou analisar o seu extrato, agora, bancário e fazer a análise e a configuração vai ser feita, agora, com o lançamento de cento e vinte mil na conta corrente do Itaú, tá bom? (Texto 03 GRP)

Nos enunciados acima, a vítima já estava diante do caixa eletrônico, conforme havia sido solicitado a ela. Como o criminoso parecia querer confirmar o saldo bancário possuído pelo sujeito interpretante, uma explicação pragmática foi utilizada para explicar a necessidade da retirada do extrato bancário, solicitado a partir da modalidade alocutiva da *injunção*. É interessante notar que ocorre uma sequência lógica iniciada com a “retirada do extrato”, passando pela “análise” feita pelo próprio sujeito enunciator que culminará no “lançamento de cento e vinte mil” na conta bancária do sujeito destinatário. O uso de lexemas técnicos como “configuração”, “lançamento” e “análise”, este último construído morfológicamente de forma equivocada, possivelmente por analogia a outras formas substantivas terminadas com o sufixo – ação, evoca a cenografia de uma conversa institucional. Esse fato pode fortalecer a verossimilhança da interação, corroborando a explicação dada acerca da necessidade de o extrato bancário ser retirado, e construindo, para o criminoso, o *ethos* de um profissional, expert, como veremos na seção 3.4.

O *argumento pragmático* também foi utilizado, em um número menor de vezes¹⁶, nos golpes do falso sequestro, conforme exemplificamos abaixo:

- f) Trouxemos ela aqui pro interior de uma favela e tamo ligando pra poder resolver e negociar pela vida dela de uma melhor maneira possível (Texto 03 GFS).

Novamente, encontramos uma explicação relativa à finalidade de uma ação anterior. No caso acima, o criminoso afirma estar ligando para “resolver e negociar” pela vida da filha supostamente sequestrada. Antes, porém, de explicitar o porquê da ligação, o criminoso utiliza a visada da informação para *fazer-crer*, já que ele afirma que a filha da vítima foi levada por ele, e mais alguns, conforme explicitado pelos verbos “trazer” e “estar” na primeira pessoa do plural, para o interior de uma favela. É interessante observar que a utilização do termo “favela” evoca um imaginário sociodiscursivo acerca dos lugares predominantes da violência e criminalidade no Brasil, o que pode servir para suscitar determinadas emoções no sujeito destinatário, conforme veremos na próxima seção.

De modo a facilitarmos a visualização da quantidade de vezes em que cada tipo de técnica argumentativa foi utilizada em cada um dos gêneros situacionais aqui analisados, trazemos, abaixo, dois gráficos, sobre os quais passamos a discorrer:

¹⁶ Cf. tabelas 03 e 04.

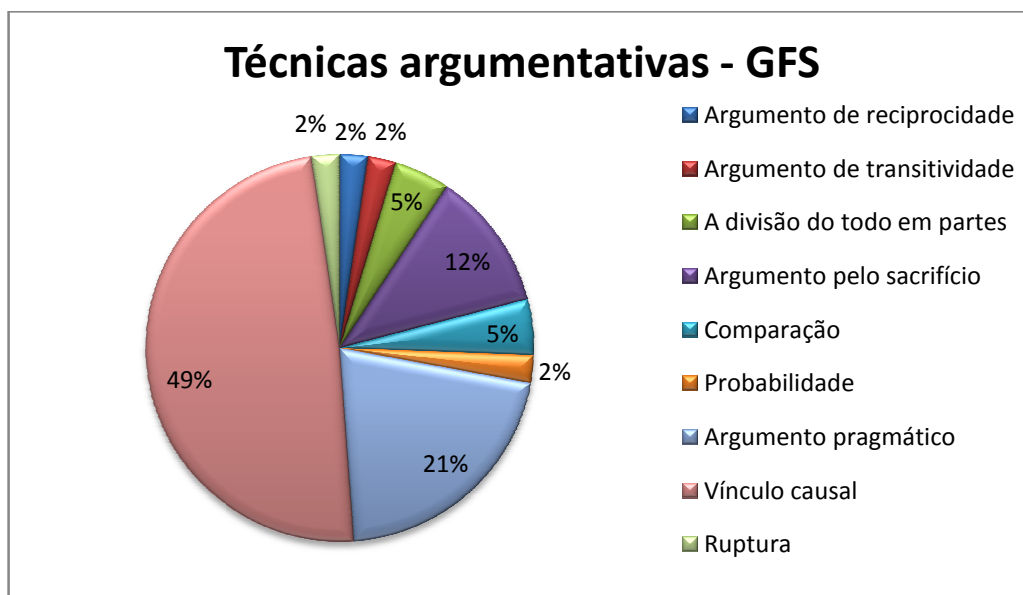


Figura 07: Técnicas argumentativas utilizadas nos golpes do falso sequestro, em porcentagem

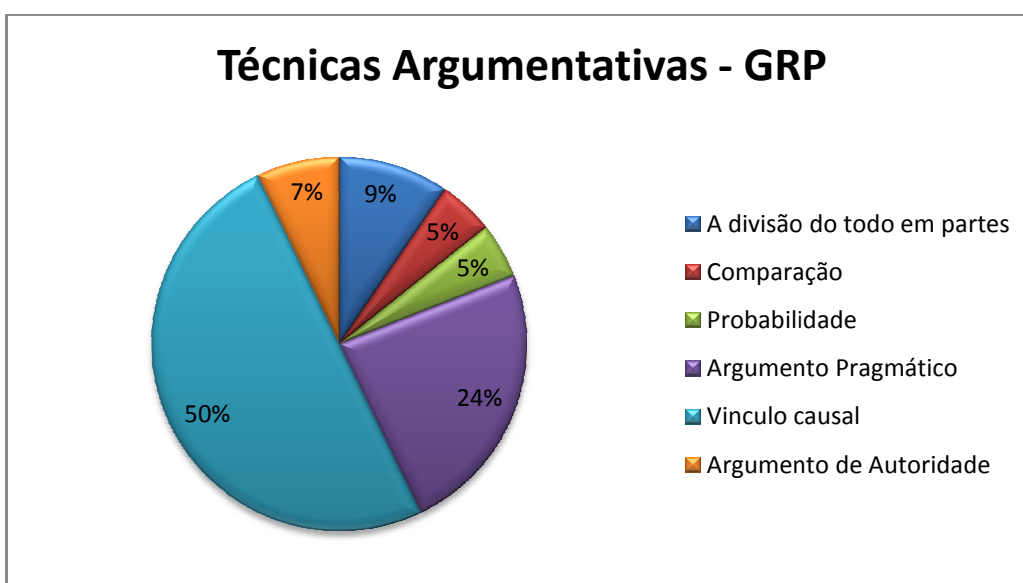


Figura 08: Técnicas argumentativas utilizadas nos golpes da recarga premiada, em porcentagem

Podemos observar que, tanto nos golpes do falso sequestro quanto nos golpes da recarga premiada, a maior parte dos argumentos utilizados podem ser classificados como pertencentes à técnica argumentativa do *vínculo causal*. Quarenta e nove por cento (49%) dos argumentos utilizados no primeiro tipo de golpe e cinquenta por cento (50%) dos utilizados no segundo foram pertencentes a essa classificação. De igual modo, nos dois gêneros situacionais, a segunda maior recorrência encontrada foi de argumentos classificados como *argumento pragmático*, vinte e um (21%) e vinte e quatro por cento (24%) respectivamente. Esses dados percentuais sugerem uma maior

preocupação dos criminosos, em ambos os tipos de situação de comunicação, com a elucidação do que pode vir a acontecer caso a vítima não cumpra com as exigências ou não aja de acordo com o que foi solicitado pelos criminosos.

Além disso, mesmo possuindo finalidades discursivas diferentes, os dados também apontam para uma preocupação dos criminosos em explicar, através do *argumento pragmático*, o porquê de certas ações terem sido tomadas ou precisarem ser tomadas.

Como podemos observar, a maior parte dos argumentos corroboram as modalidades alocutivas utilizadas na interação, visto que os criminosos se focam sobre as ações que devem ser tomadas pelas vítimas, o que parece explicar a predominância dessas duas técnicas argumentativas.

Ainda de acordo com a finalidade discursiva de ambos os golpes aqui analisados, observamos a recorrência das técnicas argumentativas mais representativas em cada fase da construção interacional, já descritas anteriormente quando descrevemos os gêneros situacionais Golpe do Falso Sequestro e Golpe da Recarga Premiada. Podemos observar que, no que concerne aos golpes do falso sequestro, houve uma maior recorrência de argumentos dos tipos *argumento pelo sacrifício*, *argumento pragmático* e *vínculo causal* na fase nomeada como negociação. Devido à natureza dessa situação de comunicação, é na negociação que ocorre a maior parte dos argumentos, visto ser essa fase a mais demorada e mais importante da interação, afinal, os criminosos precisam convencer as vítimas a efetuarem o pagamento exigido enquanto as vítimas tentam convencer os criminosos a não fazer mal ao seu parente supostamente sequestrado. Para uma melhor visualização dos dados, observemos a tabela seguinte:

Fase	Técnica	Argumento pelo sacrifício	Argumento pragmático	Vínculo causal
Abordagem		-	02	02
Revelação		-	01	03
Negociação		05	05	15
Desfecho		-	01	01
Total de argumentos		05	09	21

Tabela 03: Técnicas argumentativas por fase da interação nos golpes do falso sequestro

É facilmente observável que a maior parte dos argumentos utilizados se concentra na fase crítica da negociação, com destaque para o número de argumentos classificados como *vínculo causal*, quando comparado com os argumentos do mesmo tipo utilizados nas demais fases da interação.

Nos golpes da recarga premiada ocorre uma situação semelhante, conforme podemos observar abaixo:

Fase	Técnica	Argumento pragmático	Vínculo causal	Argumento de autoridade
Anúncio do prêmio		01	04	02
Fase burocrática		09	17	01
Consumação/ refutação do golpe		-	-	-
Total		10	21	03

Tabela 04: Técnicas argumentativas por fase da interação nos golpes da recarga premiada

Das ocorrências registradas acima, os números que nos chamam a atenção são os concernentes às técnicas do *argumento pragmático* e do *vínculo causal*, muito recorrentes na chamada fase burocrática, visto ser essa a fase crítica na qual acontece a maior parte do processo interacional desse gênero. Nas situações de comunicação dos golpes da recarga premiada, os criminosos precisam convencer as possíveis vítimas acerca da veracidade de suas informações, usando, para isso, argumentos que explicam o porquê de certas ações serem tomadas e outros que relatam um fato decorrido, ou que pode decorrer, de outro. Além disso, ao contrário dos golpes do falso sequestro, observamos a presença de *argumentos de autoridade* nos golpes da recarga premiada, visto que, de modo a construir uma cenografia mais credível para a situação de comunicação forjada – ligação telefônica entre uma empresa e um ganhador de uma promoção – os criminosos evocam uma suposta lei, conforme vimos no exemplo c, ou trazem as vozes de pessoas, supostamente possuidoras de uma posição superior no interior da empresa, conforme ilustra o exemplo abaixo:

- g) A partir desse exato momento, aonde que a nossa diretora está me informando agora através de um via fax que o senhor é o mais novo ganhador e contemplado da promoção Recarga Premiada com o valor apenas de setenta e cinco mil reais (Texto 02 GRP).

Esse argumento, encontrado na fase do anúncio do prêmio, é considerado pertencente aos *argumentos de autoridade* à medida que a voz de uma suposta diretora foi trazida para dar credibilidade ao enunciado do criminoso que afirma que o interlocutor foi o ganhador de um alto valor monetário. Observe que a cenografia da situação de comunicação forjada é reforçada pela narração pormenorizada das ações da suposta diretora, inclusive sendo descrita, através da modalidade delocutiva, a forma

como a diretora está informando acerca do prêmio, “via fax”. Nesse ponto, os imaginários sociodiscursivos acerca da esfera empresarial podem ser ativados, o que poderia contribuir para a consolidação do *ethos* profissional construído pelo criminoso.

Embasados nos dados acima elencados, podemos perceber, portanto, que as técnicas argumentativas utilizadas pelos criminosos nos dois tipos de golpes via telefone que compõem o nosso *corpus*, bem como a recorrência dessas técnicas de acordo com a fase da interação, estão relacionadas às finalidades das situações de comunicação aqui analisadas. Afinal, durante as fases da negociação e da chamada fase burocrática, os criminosos, na vez de sujeitos enunciadoreis, tentam convencer às possíveis vítimas a aderirem às suas teses e entenderem esses argumentos como credíveis.

Nesta seção, não apresentamos a análise de todos os argumentos utilizados nos discursos que compõem o nosso *corpus*, mas apresentamos apenas alguns mais representativos. A análise dos demais argumentos pode ser encontrada no Anexo III, ao final deste manuscrito.

3.3. Os argumentos patêmicos: temor e alegria em crimes via telefone

Conforme vimos anteriormente, o analista do discurso pode perceber, através da análise do material empírico, quais emoções são possíveis de ser despertadas por determinados argumentos utilizados por um sujeito enunciadoreis. Assim, é possível observar, conforme nos diz Charaudeau (2010), os efeitos visados pelo sujeito comunicante no que concerne à *captação* de seu interlocutor. Nos discursos relativos aos golpes telefônicos que compõem o nosso *corpus*, os sujeitos argumentantes fazem uso das visadas discursivas de *fazer-crer* para *fazer-sentir*, ou seja, através de alguns argumentos, eles procuram fazer com que a vítima acredite em seus enunciados e venha, possivelmente, a sentir determinadas emoções. Nesse ponto, o locutor faz uso da estratégia discursiva da *captação*, procurando tomar a atenção de seu interlocutor, fazer com que ele adira às suas teses.

No que diz respeito ao nosso *corpus*, em situações de comunicação cujas finalidades se pautam sobre o engodo, sobre fazer com que a vítima acredite nas palavras dos criminosos e não faça um julgamento adequado da ação discursiva e, conseqüentemente, social, da qual participa de modo a não perceber que está sendo alvo de uma mentira, a recorrência a argumentos patêmicos se mostrou bastante efetiva.

A partir da observação dos nossos dados, separamos as emoções que seriam possivelmente despertadas no sujeito destinatário de acordo com os argumentos

utilizados pelo sujeito enunciador nos baseando nas explicações acerca das emoções encontradas na Retórica de Aristóteles. Nos discursos por nós analisados, constatamos a ocorrência de argumentos que podem gerar, principalmente, o temor e a piedade, nos golpes do falso sequestro, e a alegria nos golpes da recarga premiada.

Começamos por analisar os argumentos utilizados pelos criminosos nos golpes do falso sequestro com a finalidade que parece ser a de despertar a emoção de medo, terror, temor, que, para Aristóteles, “consiste numa situação aflitiva ou numa perturbação causada pela representação de um mal iminente, ruinoso ou penoso” (ARISTÓTELES, 2005, p. 174):

- a) Nós tamo querendo negociar pela vida dele agora. Tá me entendendo? Ou então a gente vai tacar fogo nele vivo. É isso que a senhora quer? (Texto 02 GFS).

A ameaça de morte através do fogo é um dos principais argumentos patêmicos utilizados pelos criminosos em golpes do falso sequestro, conforme observamos em um trabalho anterior (SILVA; MELO, 2013). Certos enunciados, que consistem em ameaças, como a que encontramos acima, são passíveis de despertar o medo, o temor em seu auditório na medida em que toda a situação de comunicação favorece esse efeito. O uso da modalidade alocutiva acima contribui para esse sentimento, já que ao perguntar se é isso, a morte de seu marido, que a vítima deseja, o criminoso atribui a ela a responsabilidade sobre a vida de seu ente querido.

Em certos momentos, argumentos que visam a despertar o temor também são utilizados para fazer com que a vítima aja de acordo com a vontade dos criminosos, sendo, assim, relacionados ao domínio do pragmático:

- b) Sem chamar seu marido pra senhora não perder a vida da sua filha, tá entendendo? (Texto 02 GFS).

No excerto acima, o eufemismo “perder a vida” foi utilizado para fazer com que vítima passível de ser extorquida fosse o agente da ação. Não seriam os criminosos que cometeriam o assassinato, mas a mãe que perderia a vida da filha caso chamasse seu marido. A ameaça pautada sobre o medo que a vítima possui de ter sua filha morta parece ser utilizada como uma forma de controle, por parte dos criminosos, que não desejam que o marido seja chamado. Como veremos na próxima seção, tanto nos golpes

do falso sequestro quanto nos golpes da recarga premiada, não é do interesse dos criminosos que outras pessoas se envolvam na interação, visto que isso poderia colocar em risco a consumação do golpe.

Em alguns momentos, os criminosos se valem de certas representações sociais, saberes de crença e de conhecimento que circulam na sociedade através dos imaginários sociodiscursivos, para embasarem seus argumentos de modo a tornarem-nos mais patêmicos. Por sua vez, o sujeito interpretante também precisa recorrer a essas mesmas representações que, se forem compatíveis com as do sujeito comunicante, podem desencadear o estado emotivo anteriormente visado, pois como nos explica Charaudeau (2010, p. 30), “o sujeito mobiliza uma, ou várias, das redes inferenciais propostas pelos universos de crença disponíveis na situação onde ele se encontra, o que é susceptível de desencadear nele um estado emocional”. Observemos, como exemplo, a descrição narrativa encontrada em um dos textos que compõem nosso *corpus*:

- c) Ela tá dentro de um cativeiro, amarrada e amordaçada e chorando muito. Ela deu o seu número e disse que a senhora taria disposta a ajudar. TÁ ME ENTENDENDO? (Texto 02 GFS).

Ao pedir informações acerca do paradeiro de sua filha, a vítima recebe a resposta acima explicitada. Podemos observar que através do recurso da *descrição patêmica*, definida por Charaudeau (2010) como a narrativa de uma cena dramatizante capaz de produzir o efeito patêmico no interlocutor, o criminoso visa a despertar não apenas o medo, mas também a compaixão da mãe. Os vocábulos pertencentes ao campo semântico da violência, como “cativeiro”, “amarrada” e “amordaçada” e a descrição do estado no qual a suposta sequestrada se encontra, “chorando muito”, servem para provocar uma maior adesão, *captação*, da vítima aos argumentos do criminoso, ao tentar fazer com que essa se identifique e se compadeça do sofrimento da filha.

Outros argumentos que apareceram com relativa frequência, nos golpes do falso sequestro, são os que visam a despertar um estado de calma e outros que procuram despertar a piedade dos criminosos. Estes últimos utilizados como uma espécie de contra-argumento por parte das vítimas. Observe um exemplo do primeiro tipo, que visa a despertar a calma, entendida por Aristóteles (2005, p. 167) como “um apaziguamento e uma pacificação da cólera”:

- d) Peço que a senhora mantenha a calma, não fique nervosa, não envolva qualquer outro tipo de pessoa pra não ter que ter agravante na vida da sua filha, entendeu? (Texto 03 GFS).

Apesar de fazer uma ameaça velada, já que o criminoso afirma que, caso a vítima não se acalme, essa ação poderia desencadear um “agravante na vida” da filha, o sujeito enunciador procura, através da enunciação da *expressão patêmica*, com a “descrição do estado no qual o outro deveria se encontrar” (CHARAUDEAU, 2010, p. 35), e fazendo uso da modalidade alocutiva, fazer com que a vítima aja com calma, mantendo a tranquilidade e não ficando nervosa. Através da injunção, ao fazer pedidos e dar ordens (mantenha a calma; não fique nervosa; não envolva outro tipo de pessoa), o sujeito explicita o estado emocional no qual deseja que a vítima se encontre de modo que a negociação possa transcorrer e a vida da filha supostamente sequestrada seja preservada.

As vítimas dos golpes do falso sequestro, por sua vez, procuram contra-argumentar com os criminosos afirmando, em alguns textos que compõem o nosso *corpus*, que não podem vir a efetuar o pagamento do resgate por não disporem dos recursos financeiros necessários. Além disso, encontramos, em alguns momentos, a explicitação do estado de saúde no qual a vítima se encontra e somos levados a crer que esses argumentos são utilizados visando a despertar a piedade nos sujeitos destinatários, desta vez, os criminosos. Baseados em Aristóteles (2005, p. 184), entendemos a piedade como “certa pena causada pela aparição de um mal destruidor e aflitivo, afectando quem não merece ser afectado”. Observe o exemplo trazido abaixo:

- e) EU NÃO TENHO. EU SOU APOSENTADA. EU TIVE CÂNCER! EU NÃO... (Texto 04 GFS).

De modo enfático, representado pela caixa alta, a vítima afirma não dispor dos recursos financeiros exigidos pelo suposto sequestrador e ainda explicita sua condição de aposentada que se encontra em um estado de saúde fragilizado, já que foi detentora de uma patologia conhecida por ser bastante debilitadora: o câncer. Com essa concatenação de argumentos, que se constitui na técnica argumentativa da *divisão do todo em partes*, com o recurso da *enumeração* (PERELMAN; TYTECA, 2005), a vítima parece visar o efeito de despertar piedade em seu interlocutor, fazendo com que ele tenha conhecimento de sua situação de fragilidade. Com a utilização desse

argumento, o sujeito enunciador acaba por construir para si um *ethos* de vítima, conforme veremos adiante.

Nos golpes da recarga premiada, alguns argumentos que procuram despertar o temor no interlocutor também são encontrados, mas com uma finalidade diferente. Observe o seguinte exemplo:

- f) Se o senhor quiser estar recebendo o valor de sua premiação, vai estar vindo pra dar as verdadeiras informações, caso não, a premiação não é obrigatória, mas sim opcional. Se o senhor está desconfiando da nossa empresa e o que está divulgando, boa sorte na próxima premiação, tudo bem? (Texto 02 GRP).

Em um dado momento da interação, os criminosos desconfiam de que a vítima não tenha passado algumas informações referentes ao seu saldo bancário de forma verídica, o que os levou a fazer essa ameaça velada: caso o interlocutor não passasse as informações verdadeiras, ele não receberia a premiação que, segundo o criminoso que se passa pelo representante da empresa realizadora da promoção, não é obrigatória. Já que toda a situação de comunicação gira em torno da suposta premiação, a vítima certamente se sentiria atemorizada com a possibilidade de não ter seu prêmio liberado.

Novamente, a estratégia de *captação* serviu como uma espécie de manutenção do controle interacional por parte do criminoso. É interessante observar que, caso o interlocutor tivesse um conhecimento mais aprofundado acerca de premiações e transações bancárias, ele poderia ter notado que, para receber um valor monetário ao qual se tem direito, não é necessário que o saldo atual de sua conta bancária seja fornecido à empresa realizadora da promoção. Em outra situação de comunicação, ocorre algo parecido, com a mesma finalidade de amedrontar a possível vítima:

- g) Se o senhor quiser estar recebendo o valor da premiação de setenta e cinco mil, vai saindo mesmo agora para a agência bancária a qual o senhor é cliente. Caso não... (Texto 02 GRP).

O excerto acima, retirado do texto 02 referente aos golpes da recarga premiada, mostra a ocasião em que o criminoso faz uma ameaça, também velada, subentendida com a falta de complemento da oração “caso não...”, para fazer com que seu interlocutor aja de acordo com as instruções. Nessa parte da interação, ao ser informado de que

deveria se deslocar a um caixa eletrônico para confirmar o recebimento do prêmio, o interlocutor afirma que poderá fazer todo o processo bancário sem sair de casa, através de seu *laptop*. Percebendo que a possibilidade de consumação do golpe estava ameaçada, o criminoso, na vez de representante da empresa, produz o enunciado acima, que não condiz com o *ethos* profissional que ele desejava demonstrar, já que o funcionário de uma empresa não deveria fazer ameaças veladas a um suposto cliente.

A partir dos exemplos acima, podemos notar que um conhecimento mais aprofundado acerca do funcionamento bancário pode ser fator crucial para fazer com que as possíveis vítimas dos golpes da recarga premiada percebam a natureza criminosa da interação e não realizem o que os criminosos pedem, de modo a não consumarem o golpe e não serem lesionadas.

Devido à finalidade distinta das duas situações de comunicação aqui estudadas, observamos uma predominância de argumentos que visam a despertar a alegria, a felicidade, nas vítimas dos golpes da recarga premiada, um efeito visado diferente daquilo que encontramos nos golpes do falso sequestro, nos quais encontramos a predominância de enunciados que procuram despertar o medo, o temor. Observe, por exemplo, o excerto abaixo:

- h) Neste exato momento é momento mágico é mudança de vida, é a Rede Globo realizando mais um sonho de mais um cidadão brasileiro. O coração e a emoção no momento tá assim ou tá a mil, o coração? (Texto 03 GRP).

No excerto acima, notamos o apelo feito às emoções do sujeito interpretante, que está passando por um “momento mágico” de “mudança de vida” proporcionado pela Rede Globo. Podemos observar a insistência na utilização de vocábulos como “sonho”, “coração”, “emoção”, e ainda o uso da *expressão patêmica* (CHARAUDEAU, 2010), através da enunciação alocutiva, com a finalidade de produzir um estado patêmico a partir da menção ao estado emocional no qual o sujeito destinatário se encontra, ou deveria se encontrar. Não podemos deixar de notar o embasamento do argumento acima nos imaginários sociodiscursivos relacionados à mídia brasileira, que possui muitas atrações televisivas que se apoiam sobre a “realização de sonhos” de “cidadãos brasileiros”, desde uma mudança no estilo de se vestir, à entrega de casas próprias ou outras aquisições de alto valor monetário. Notamos que a utilização do advérbio de intensidade “mais” em “mais um sonho de mais um cidadão” evoca, justamente, esse imaginário que diz que essas empresas auxiliam e realizam os sonhos de várias pessoas.

Para uma melhor visualização acerca do número de argumentos patêmicos, encontrados em nosso *corpus*, que visam a despertar cada tipo de emoção, observemos o gráfico abaixo:

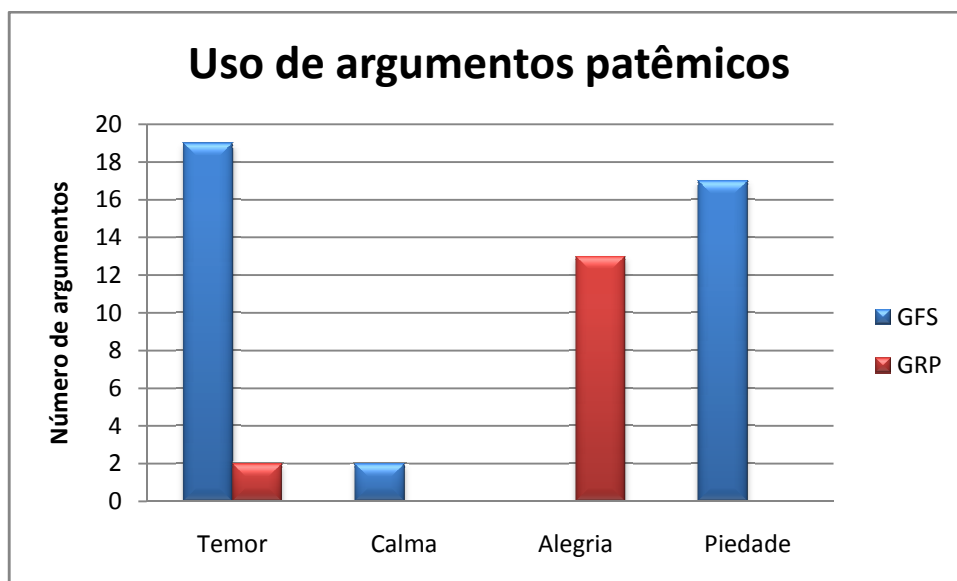


Figura 09: Uso de argumentos patêmicos, em número de ocorrência

Podemos observar que a quantidade de argumentos relacionados a cada emoção é condizente com a finalidade comunicativa de cada uma das situações de comunicação. Como a finalidade dos golpes do falso sequestro (GFS) é amedrontar a vítima e forçá-la a efetuar o pagamento do falso resgate, não faria sentido a utilização de argumentos que visavam a despertar a alegria, por parte dos criminosos. De igual modo, não foi relatada nenhuma ocorrência de argumentos que visavam a despertar a calma ou a piedade nos golpes da recarga premiada (GRP). O temor, por sua vez, apareceu nas duas situações de comunicação, embora, dada a natureza do crime de estelionato que evoca uma cenografia referente a uma interação empresarial, poucos foram os argumentos que procuravam despertar essa emoção. Quando apareceram, esses argumentos tiveram um sentido ameaçador, mas de forma velada, disfarçados de conselhos e avisos, como ilustram os exemplos *f* e *g* acima.

No que concerne às etapas interacionais das situações de comunicação aqui observadas, notamos a predominância de argumentos patêmicos nas fases de negociação, dos golpes do falso sequestro, e na fase burocrática dos golpes da recarga premiada, conforme podemos ver na tabela abaixo:

Fase	Emoção	Temor	Alegria	Calma	Piedade
Golpes do Falso Sequestro					
Abordagem		01	-	-	02
Revelação		05	-	-	01
Negociação		12	-	02	13
Desfecho		01	-	-	01
Total		19	-	02	17
Golpes da Recarga Premiada					
Anúncio		-	06	-	-
Fase burocrática		02	07	-	-
Consumação/ refutação do golpe		-	-	-	-
Total		02	13	-	-

Tabela 05: Número de argumentos patêmicos por fase da interação

Podemos observar que, nos golpes do falso sequestro, houve um grande número de utilização de argumentos que procuram despertar o medo, o temor nas vítimas durante a fase da negociação, visto que essa fase é, conforme vimos anteriormente, o período crítico na interação entre a instância criminoso e a vítima. Além disso, a maior parte dos argumentos que procuram despertar a piedade também se encontra nessa fase, visto que, além dos próprios criminosos tentarem captar as vítimas, comovendo-as acerca do estado no qual se encontra seu ente querido supostamente sequestrado, as vítimas também procuram contra-argumentar, declarando-se como impossibilitadas de efetuar o pagamento necessário e fazendo apelos aos criminosos, procurando persuadi-los a não arcarem com suas ameaças.

Nos golpes da recarga premiada, por sua vez, observamos um equilíbrio no que concerne ao uso de argumentos patêmicos que procuram despertar a alegria nas possíveis vítimas, visto que, tanto na parte inicial da interação, no anúncio do prêmio, quanto na fase burocrática, os criminosos procuram deixar claro que o seu interlocutor é um felizardo, vencedor, alguém que deve se alegrar por ser o ganhador de um alto valor monetário. Essa estratégia de *captação* se faz relevante à medida que o sucesso do golpe é dependente do fato de o interlocutor acreditar nos argumentos do criminoso e passar as informações pessoais necessárias acreditando que, assim, terá posse do valor da premiação.

Por questões relativas às dimensões e objetivos deste manuscrito, não apresentamos todas as análises concernentes aos argumentos patêmicos encontrados nos discursos que compõem nosso objeto de análise, mas apenas utilizamos alguns como exemplo. Na tabela que se encontra no anexo IV, ao final do presente trabalho, outras ocorrências poderão ser encontradas. Na próxima seção, apresentaremos algumas

discussões relativas à dimensão do *ethos*, que já introduzimos alhures, mas necessitam de um espaço próprio.

3.4. As imagens de si construídas pelos criminosos e pelas vítimas: a questão do *ethos*

Além dos argumentos de ordem racionalizante e dos argumentos que procuram despertar determinadas emoções no sujeito destinatário, os parceiros do ato de linguagem fazem uso de estratégias relacionadas ao *ethos* para se mostrarem legitimados a proferirem determinados discursos. Na presente pesquisa, estamos partindo do pressuposto de que a construção de determinados *ethé* discursivos servem para corroborar os argumentos utilizados pelos criminosos a fim de fazer com que esses sejam mais eficazes.

Como nos lembra Dascal (2005), não podemos falar que o *ethos* discursivo constitui uma prova no sentido argumentativo; no entanto, os argumentos “ethóticos” podem ser entendidos como a capacidade de fazer com que o público destinatário se incline a aceitar os argumentos do orador/enunciador. Podemos entender essa prática de linguagem através do contrato comunicativo proposto por Charaudeau, afinal, o orador constrói para si um *ethos* adequado à situação para tentar convencer o seu auditório. Dessa forma, ele faz uso das visadas discursivas (CHARAUDEAU, 2012) de *fazer-crer* para *fazer-fazer*, que correspondem a uma estratégia discursiva que procura despertar a *credibilidade* do sujeito destinatário na pessoa e no discurso do sujeito enunciador.

Charaudeau (2011) nos explica que, para se tornar credível, o sujeito que argumenta precisa satisfazer três condições, a saber, a

condição de *sinceridade*, que, como no discurso de informação, obriga a dizer a verdade; condição de *performance*, que – como acontece com todo discurso que anuncia decisões e é feito de promessas – obriga a aplicar o que se promete; condição de *eficácia*, que obriga a provar que o sujeito tem os meios de fazer o que promete e que os resultados serão positivos (CHARAUDEAU, 2011, p. 120).

Note-se que a condição de sinceridade não diz respeito, necessariamente, a uma única verdade, mas à verdade negociada na interação discursiva. Assim, no discurso dos criminosos que dizem ter sequestrado algum ente querido da vítima, ou que anunciam que esta ganhou um determinado prêmio, o que condiz com a verdade, naquela situação de comunicação, não é o que é tido como verdade por aqueles que sabem que a

interação é forjada, mas o que os sujeitos participantes da interação entendem como verdade a partir da própria situação de comunicação. Nesse ponto, o sujeito enunciador que se apresenta como sequestrador ou como um representante de alguma empresa dá uma informação falsa à vítima e espera que esta acredite em seus argumentos falaciosos, afinal, ele se posiciona como alguém legitimado e, portanto, credível. De acordo com a Semiologia, quando o sujeito enunciador profere uma mentira, ele deve observar três condições:

A mentira é, de maneira geral, um ato de linguagem que obedece a três condições: (i) o sujeito falante diz, enquanto enunciador (identidade discursiva), o contrário do que sabe ou julga como indivíduo pensante (identidade social); (ii) ele deve saber que aquilo que diz é contrário ao que pensa (não há, nessa perspectiva, mentira que não seja voluntária); (iii) ele deve dar a seu interlocutor signos que o façam crer que aquilo que ele enuncia é idêntico ao que ele pensa (CHARAUDEAU, 2011, p. 105).

Assim, obedecendo a essas três condições, o sujeito enunciador que argumenta pode não dizer necessariamente a verdade, mas pode parecer dizer a verdade, o que não contrariaria a *condição de sinceridade*.

Para garantir sua credibilidade, o sujeito argumentante pode construir para si o *ethos* de *sério*, de *virtuoso* e de *competente*, de acordo com a classificação de Charaudeau (2011). Além de despertar a credibilidade do auditório, por vezes, o sujeito argumentante pode se valer de determinadas construções de *ethé* que procuram despertar, no sujeito destinatário, certa identificação com aquele que argumenta. Assim, este pode construir um *ethos* de *potência*, um *ethos* de *caráter*, de *inteligência*, de *humanidade*, de *chefe* e de *solidariedade*. Essas duas categorias de *ethos* (*credibilidade* e *identificação*) foram apresentadas por Charaudeau (2011), mas concernentes ao discurso político.

Embora, observando-se o contrato de comunicação das respectivas situações comunicativas, essas categorias e seus tipos de *ethé* possam ser aplicados à análise das imagens de si construídas pelos criminosos nos discursos aqui analisados, encontramos um determinado tipo que não apareceu na descrição de Charaudeau: o *ethos de vítima*. Isso se deve ao fato de, como já mencionado, as situações de comunicação serem diferentes e seguirem restrições próprias ao seu contrato de comunicação. A seguir, falaremos sobre cada uma das imagens encontradas nos discursos que compõem o nosso *corpus*. Os dados completos se encontram no anexo V, presente no final deste manuscrito.

Dentre a categoria dos *ethé de credibilidade*, foram encontradas ocorrências de construções de imagens concernentes ao *ethos* de virtude e ao *ethos de competência*. Ao construir para si a imagem de alguém virtuoso, o sujeito argumentante precisa demonstrar certa honestidade, sinceridade (CHARAUDEAU, 2011). A princípio, a construção desse *ethos*, relacionado a valores do domínio do ético, pode parecer inadequada para as situações de comunicação analisadas no presente estudo. No entanto, foram encontradas certas ocorrências como a que segue abaixo:

- a) Então ouve o que... a senhora vai responder todas as perguntas que eu fizer pra senhora. Somente a verdade, pra nós não ter que fazer nenhum mal pra ela. Correto? A nossa intenção não é essa, a senhora já percebeu, portanto que estamos ligando pra senhora. Correto? (Texto 06 GFS).

Observe que, no excerto acima, apesar de coagir a vítima a responder adequadamente às suas indagações, o sujeito enunciador que se coloca na posição de sequestrador afirma que a intenção do grupo não é fazer mal à filha sequestrada. O sujeito enunciador ainda demonstra logicamente que essa afirmação é verdadeira, já que ele conclui afirmando que o grupo está ligando para a vítima. A construção de um *ethos* coletivo através do uso de pronomes como “nossa” ou de tempos verbais plurais como “estamos” serve como uma estratégia que pode possuir a finalidade de atemorizar a vítima, já que não é apenas um sequestrador, mas uma suposta gangue.

Em outro texto do nosso *corpus*, nos deparamos com o seguinte argumento:

- b) Então, a gente vai marcar em praça pública! É homem de palavra que a senhora tá falando (Texto 04 GFS).

Quando indagado acerca do local no qual a vítima poderia se encontrar com o sequestrador a fim de efetuar o pagamento do resgate e reaver seu filho, o sujeito que se passa por sequestrador afirma que ele é um “homem de palavra” e que, dessa forma, a vítima poderia confiar no que ele diz. Aqui, vemos claramente que a estratégia da construção do *ethos de virtude* teve a finalidade de garantir certa *credibilidade* ao sujeito argumentante que, apesar de criminoso, é alguém honrado que cumprirá sua promessa. A construção desse *ethos* se configura como um procedimento semântico concernente ao domínio do ético, notadamente sobre o valor da honestidade.

Nos golpes da recarga premiada também ocorrem construções de *ethos de virtude*, como podemos observar no seguinte fragmento:

- c) Evita de comentários com segundos e com terceiros. A empresa, nós estamos responsáveis pelo senhor, o senhor não pode correr nenhum tipo de risco, até mesmo nesse exato momento por motivos de sequestro ou assalto ou coisa parecida. Então evita de comentários, ouviu? (Texto 03 GRP).

Podemos perceber que o sujeito enunciador que se passa por um representante comercial diz, em nome da empresa, que são responsáveis pela segurança do cliente, criando, assim, uma imagem de benfeitor, alguém preocupado com o interlocutor. Esse argumento é eficaz na medida em que, para evitar sequestros ou assaltos, o sujeito destinatário necessita guardar segredo acerca da interação telefônica. Na verdade, assim como acontece nos golpes do falso sequestro, a falta de informações e auxílio de terceiros é fator crucial para que o golpe culmine da forma desejada pelos criminosos. Dessa forma, nos golpes do falso sequestro, os criminosos ameaçam o suposto sequestrado para que a vítima não tente buscar ajuda. Já nos golpes da recarga premiada, os criminosos precisam encontrar uma forma condizente com a situação de comunicação para convencer às vítimas a não envolverem outras pessoas na interação.

É interessante observar que os motivos elencados pelo criminoso para garantir que a vítima não envolva outras pessoas são embasados nos imaginários sociodiscursivos em torno dos altos índices de violência nas grandes cidades brasileiras, visto que, em uma relação paradoxal com a própria natureza da situação de comunicação em curso, o criminoso chama a atenção do interlocutor para a possibilidade de ser assaltado ou sequestrado, caso viesse a informar a terceiros acerca de sua premiação.

Esses imaginários sociodiscursivos são embasados pelas estatísticas criminais oficiais, já que foi registrado, no Brasil, o total de 256.352 casos de crimes contra o patrimônio tentados ou consumados, no ano de 2012, e 270.247 ocorrências no ano de 2013, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014. Nos delitos considerados crimes contra o patrimônio são incluídos, dentre outros, os crimes de furto simples, furto qualificado, roubo simples, roubo qualificado, extorsão mediante sequestro e estelionato, justamente os crimes evocados pelo locutor, no enunciado acima, bem como os crimes que nos propusemos a analisar.

Essa realidade não era muito diferente no contexto sócio-histórico no qual as gravações relativas aos golpes do falso sequestro analisadas no presente estudo foram efetuadas. Conforme nos diz Linhares (2007), desde 2002, o número de ocorrências envolvendo sequestros relâmpago ou de cativo caiu 60% em São Paulo e 70% no Rio de Janeiro, no entanto, em 2006, 1.148 pessoas foram vítimas de sequestros relâmpago e 62 pessoas foram levadas para cativos. Dessa forma, os números nos mostram que a violência envolvendo sequestro e cárcere privado é bastante real e recorrente nas cidades brasileiras e esse saber de conhecimento é veiculado pela mídia, abastecendo os imaginários sociodiscursivos de grande parte da população. Esses imaginários, por sua vez, são evocados pelos criminosos e pelas vítimas durante as negociações de sentido nas situações de comunicação aqui analisadas, conforme pudemos observar.

Além disso, ainda na categoria dos *ethé de credibilidade*, encontramos ocorrências de construções de imagens de si que se encaixam na classificação de *ethos de competência*. De acordo com Charaudeau (2011, p. 125), esse tipo de *ethos* exige que seu possuidor tenha “conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos”. Assim, o sujeito que constrói para si a imagem de alguém competente, deve mostrar que tem os meios para cumprir aquilo que promete. Observe:

- d) A sua premiação está aquisitiva em cento e vinte mil reais, vai estar recebendo agora de imediato pelo banco do Itaú, aonde você não tem que dar satisfação a gerente nenhum, o gerente geral responsável por essa liberação sou eu, Miguel Cordeiro Filho. Estou à frente do trabalho, certo? Sou o gerente geral capacitado à frente desse trabalho para fazer a liberação de cento e vinte mil reais (Texto 03 GRP).

Esse tipo de *ethos* foi mais recorrente nas interações ocorridas nas situações de comunicação dos golpes da recarga premiada, visto que o delinquente procura persuadir a sua vítima acerca de sua posição profissional como responsável e apto a repassar o valor do prêmio recebido. Observe que, no excerto acima, o sujeito enunciativo afirma que é o “gerente geral” à frente do trabalho, “responsável” pela liberação do valor monetário e “capacitado” a fazer essa mesma liberação. Portanto, a construção do *ethos de competência*, de alguém que pode liberar o prêmio para o suposto ganhador pode ser tida como uma estratégia para garantir a adesão da vítima aos argumentos do criminoso

a partir da *legitimidade*. O sujeito enunciador é o representante da empresa, sendo assim, legitimado por sua suposta função profissional, o que contribui para que o sujeito interpretante tome seus argumentos como credíveis.

Além dos *ethé* relacionados à *credibilidade*, encontramos também a categoria concernente aos *ethé de identificação*. Dentro dessa categoria, observamos apenas a ocorrência do *ethos de potência*, dentre aquelas descritas por Charaudeau (2011, p. 138). Segundo este autor, o *ethos de potência* “nos remete à imagem de uma ‘força da natureza’, força telúrica contra a qual não se pode grande coisa”. É o *ethos* construído para se demonstrar força, controle sobre a situação. Assim, encontramos determinados argumentos que visam a construir, para o sujeito criminoso, o *ethos* de alguém que detém o poder sobre a situação, sendo, assim, legitimado:

- e) Pegamos seu marido aqui agora na Olavo Bilac, troxe- jogamos ele dentro de um carro e agora botamos ele dentro de um cativeiro (Texto 01 GFS).

A utilização do vocábulo “cativeiro” traz à tona os imaginários sociodiscursivos que dizem respeito a determinados locais costumeiramente utilizados para a contenção de alguma vítima de sequestro, já que além do lexema “cativeiro”, os criminosos frequentemente fazem uso do termo “favela” como o local para onde a vítima supostamente sequestrada foi conduzida. Observe que ao relatarmos, através do recurso à descrição narrativa, a situação contextual na qual houve o sequestro, inclusive com a menção do nome da rua, o sujeito enunciador adere verossimilhança ao seu argumento, além de construir para si o *ethos* de alguém que está no controle da situação ao lado de alguns comparsas (jogamos, botamos).

Em outras ocasiões, a ameaça à vida do parente sequestrado se torna, também, uma forma de o criminoso construir para si a imagem de alguém potente, com o poder sobre a situação e, neste caso, sobre a vida do sequestrado:

- f) Olha só, se a senhora não querer negociar, eu vou desligar o telefone e vou matar a sua filha, PORRA! (Texto 03 GFS).

No argumento acima, no qual o sujeito argumentante utiliza a técnica conhecida como *vínculo causal*, conforme já mencionamos anteriormente, é construída a imagem de alguém que possui as condições necessárias para obrigar a vítima a efetuar a negociação. Caso a vítima se negasse, o próprio sujeito cumpriria suas ameaças e

executaria a vítima, afinal, na identidade de sequestrador, ele tem legitimidade para agir dessa forma. Esse tipo de argumento patêmico foi bastante recorrente nos textos oriundos dos golpes do falso sequestro.

Além dessas classificações de *ethos* descritas por Charaudeau (2011), encontramos outra espécie de imagem de si nos textos que compõem o nosso *corpus*. Trata-se do *ethos de identificação* ao qual nomeamos *ethos de vítima*. Em determinadas situações, as vítimas dos golpes do falso sequestro construía para si uma imagem vitimizadora como uma espécie de contra-argumento, visando, ao que parece, dar fim ao sequestro convencendo os criminosos da sua incapacidade de arcar com as exigências efetuadas por eles. Esses enunciados possuem certa carga patêmica e “são destinadas a tocar o maior número possível de indivíduos” (CHARAUDEAU, 2011, p. 137) sendo, por isso, incluídos na categoria dos *ethé de identificação*. Observe, por exemplo, o seguinte excerto dado como resposta ao enunciado *f*, transcrito acima:

g) Não é negociar, eu não TENHO nada! Só quero que você ponha o telefone nela. Eu sou uma faxineira, faxineira! (Texto 03 GFS).

Ao ser chamada a negociar o resgate de sua filha, a vítima afirma de forma enfática (representado pelas letras em caixa alta) que não possui nada de valor para efetuar a negociação. Para corroborar essa afirmação, ela chega a relatar sua profissão de faxineira, ocupação que, normalmente, não possui uma alta remuneração no Brasil. Novamente, vemos que os imaginários sociodiscursivos precisam ser evocados para que a imagem construída seja validada, já que a não valorização dos empregados domésticos pode fazer parte dos saberes partilhados pela sociedade brasileira.

Em outra situação de comunicação, a vítima afirma, em um tom de voz bastante elevado, que também não possui os meios financeiros necessários para efetuar a negociação exigida pelos criminosos:

h) EU NÃO TENHO. EU SOU APOSENTADA. EU TIVE CÂNCER! EU NÃO... (Texto 04 GFS).

Além de afirmar que não possui o valor monetário exigido, a vítima continua concatenando uma série de argumentos que a mostram como alguém debilitado, não apenas financeiramente, já que é aposentada, mas também fisicamente, já que esteve enferma. É interessante observar que o argumento mais forte, que possui uma carga

patêmica mais acentuada por evocar o motivo de sua enfermidade, apareceu no final do enunciado, em uma relação de gradação com os argumentos anteriores.

Para uma melhor visualização dos resultados, observemos o gráfico abaixo no qual estão representadas numericamente as ocorrências de cada um dos tipos de *ethos* de acordo com a situação de comunicação:

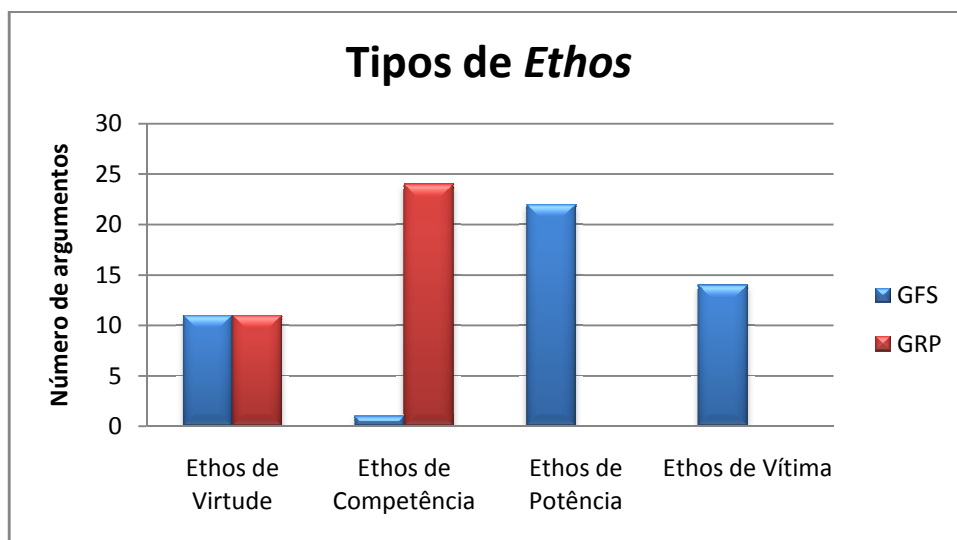


Figura 10: Tipos de *ethé* construídos, em número de ocorrência

Como pode ser observado, não foi registrada nenhuma ocorrência de *ethos de vítima* nos golpes da recarga premiada. Isso se deve à natureza dessa situação de comunicação, afinal, as vítimas desses golpes não são identificadas como tal até que o crime seja consumado, mas são colocadas na posição de vencedoras da promoção. De igual modo, os sujeitos que se posicionam como representantes da empresa não precisam demonstrar que possuem o controle da situação evocando força, potência. Quando esses sujeitos se mostram como detentores de certa autoridade, essa lhes é imbuída a partir de sua posição como o representante da própria empresa, o que pensamos ser mais condizente com a imagem de alguém competente e não necessariamente potente. Dessa forma, não encontramos, nessa situação de comunicação, a ocorrência do *ethos de potência*, mas do *ethos de competência*.

Quanto ao *ethos de virtude*, a ocorrência do mesmo número é um fator emblemático que pode demonstrar que, em ambas as situações de comunicação, os criminosos precisam garantir certa *credibilidade e legitimidade* através, principalmente, da honestidade. Nos golpes do falso sequestro, as vítimas precisam acreditar que terão seus familiares libertos após o pagamento do resgate e, nos golpes da recarga premiada,

essa estratégia discursiva poderia servir para garantir o silêncio dos sujeitos interpretantes.

No que concerne às recorrências de construções de *ethos* em cada fase das situações de comunicação, observemos o quadro abaixo:

Fase	<i>Ethos</i>	Virtude	Competência	Potência	Vítima
Golpes do Falso Sequestro					
Abordagem		01	01	02	-
Revelação		01	-	04	-
Negociação		08	-	14	14
Desfecho		01	-	02	-
Total		11	01	22	14
Golpes da Recarga Premiada					
Anúncio		01	06	-	-
Fase burocrática		10	18	-	-
Consumação/ refutação do golpe		-	-	-	-
Total		11	24	-	-

Tabela 06: Número de construções de imagens de si por fase da interação

Podemos perceber a alta recorrência de argumentos através dos quais os criminosos, nos golpes do falso sequestro, constroem para si *ethé de virtude* e de *potência* na fase da negociação. Como já visto anteriormente, nesta fase, os criminosos procuram convencer às vítimas a seguirem suas orientações, buscando a *credibilidade* dos interlocutores através da construção de imagens ligadas a certas virtudes, como a honestidade, e imagens de um criminoso potente, capaz de cumprir com suas ameaças, o que garante sua *legitimidade*. De igual modo, é nessa fase que surgem os *ethé de vítima* construídos pelas vítimas, já que, nas duas primeiras fases, esses sujeitos ainda não se reconheciam nessa identidade discursiva.

Quanto aos golpes da recarga premiada, novamente é na fase burocrática que iremos encontrar a maior parte dos argumentos e, conseqüentemente, das construções de *ethos*. Neste caso, as imagens concernentes à *virtude* e à *competência* foram as mais recorrentes. Afinal, de acordo com a natureza da situação de comunicação, os criminosos, na identidade discursiva de representante de uma empresa, precisam atribuir *credibilidade* aos seus argumentos através da construção de imagens que remetem a um profissional, *expert*, competente a realizar a transação financeira e liberar a premiação supostamente recebida.

A seguir, continuamos discorrendo acerca das imagens de si construídas no e pelo discurso, mas trazendo algumas reflexões focalizadas no caráter prosódico e sociolinguístico dos textos aqui analisados.

3.4.1. Prosódia e *ethos* discursivo

Por questões de cunho metodológico, realizamos a transcrição dos textos orais que compõem nosso *corpus* de pesquisa. No entanto, visto que estamos trabalhando com discursos oriundos de interações via telefone, estamos lidando com situações de comunicação cujas condições de produção evocam determinadas características enunciativas que se perderiam caso nossa análise se pautasse, unicamente, sobre as transcrições das gravações. Desse modo, questões referentes à prosódia (intensidade, altura, duração) do ato de linguagem serão levadas em conta em nossa análise pelos motivos abaixo elencados.

No presente estudo, compartilhamos do pensamento de Maingueneau (2000), para quem a Análise do Discurso não deve se abster de procurar dialogar com as demais disciplinas linguísticas. Para ele:

Embora a análise do discurso, por sua própria natureza, se encontre num cruzamento de ciências sociais, e embora os analistas do discurso se interessem pelo discurso por razões filosóficas ou sociológicas, penso que a análise do discurso deve manter sua relação privilegiada com a lingüística (MAINGUENEAU, 2000, p. 04).

Levando-se em conta que o discurso é construído, de modo basilar, pelo uso da língua feito por diferentes sujeitos em determinado contexto sócio-histórico, tentaremos mostrar que mesmo o nível fonético pode contribuir para a construção dos sentidos negociados pelos sujeitos que participam de um ato de linguagem, analisando algumas construções de imagens de si que são auxiliadas por recursos prosódicos.

Algumas características acústicas da fala podem dar certas pistas a respeito da idade, da procedência geográfica, do gênero e mesmo da situação emocional do sujeito falante. Essa possibilidade é utilizada por pesquisadores da Fonética Forense que, auxiliados pela Sociolinguística Variacionista, podem construir o perfil linguístico de um determinado falante. Observe o que nos dizem Foulkes e French (1999):

Uma combinação de análises fonéticas e sociolinguísticas podem ajudar a estabelecer informações sobre o ‘background’ do falante. Os perfis linguísticos dos falantes são regularmente requisitados nos estágios iniciais de sequestros, onde uma gravação da voz do sequestrador pode ser a única pista de sua identidade. Podem ser recolhidas informações acerca do sexo, idade, procedência geográfica e posição social do falante, bem como algumas

Assim como as características acústicas de um determinado enunciado podem transmitir algumas pistas individuais de um falante, certas marcas prosódicas e, portanto, também acústicas, podem ajudar na construção da identidade discursiva que o locutor deseja demonstrar. Ou seja, essas marcas prosódicas podem servir como auxílio na construção do *ethos*, conforme nos mostram, direta ou indiretamente, Charaudeau (2011), Maingueneau (2008) e Galinari (2011).

Em Charaudeau (2011), encontramos o *procedimento expressivo* do “falar forte” e do “falar tranquilo” que, para o autor, auxiliam na construção de *ethé* políticos relacionados ao poder, à liderança combativa no caso do “falar forte” e a uma imagem de inteligente, de chefe, de alguém dotado de caráter no caso do “falar tranquilo”. Ambos os procedimentos expressivos são formados pela combinação do ato discursivo com elementos extralinguísticos, como a vestimenta, o porte, a decoração do ambiente. No que diz respeito à enunciação em si, Charaudeau (2011, p. 172) afirma que o “falar forte” é evocado com a utilização da voz “bem timbrada, capaz de ocupar um grande auditório com ressonância” e com a utilização de uma dicção relativamente acelerada, mas com uma pronúncia bem articulada. Já o falar tranquilo se caracteriza “por uma dicção lenta, mas acompanhada de um tom de voz que não é nem terno nem estrondoso”. Podemos observar que, para Charaudeau, ao lado de questões de diversa natureza linguística ou extralinguística, elementos de natureza prosódica como o tom de voz e o ritmo contribuem para a construção e elaboração do *ethos* discursivo.

Além de Charaudeau (2011), nos baseamos em Galinari (2011), para quem “a estrutura prosódica, por exemplo, enquanto *logos-rítmico*, é capaz de construir, durante a enunciação, alguma imagem de seu emissor (*ethos*) e/ou suscitar emoções nos interlocutores (*pathos*)” (GALINARI, 2011, p. 102. Grifos do autor). Assim, vemos que, para esse autor, certas estruturas prosódicas também podem auxiliar na construção da imagem do emissor, embora estejam relacionadas ao *logos*. Já Maingueneau (2008) deixa claro que o tom de voz seria um dos componentes do que ele chama de *ethos mostrado*.

¹⁷ A combination of phonetic and sociolinguistic analysis of a voice can aid in establishing information about the speaker’s background. Speaker profiling is regularly requested in the early stages of kidnappings, where a recording of the kidnapper’s voice may be the only clue to his or her identity. Information can be gleaned about the speaker’s sex, age, regional and social background, and idiosyncrasies such as speech disorders.

A respeito da prosódia, esta pode ser entendida como o estudo da maneira como as propriedades relativas aos sons (intensidade, altura e duração) funcionam nas línguas orais em geral (MATEUS et al., 2005). Dessa forma,

De um ponto de vista fonológico, as línguas utilizam essas propriedades com objectivos diversos: (i) para marcar os limites das unidades (o acento pode indicar o fim ou o início da palavra; a curva de entoação pode igualmente marcar os limites de unidades prosódicas); (ii) para criar oposições distintivas (nas línguas tonais, o tom de uma sílaba, por contraste com os tons das que a rodeiam, pode opor significados entre duas palavras cujos segmentos são iguais tendo, assim, uma função distintiva); (iii) para distinguir significados globais de construções frásicas (a entoação é usada frequentemente para diferenciar uma interrogação de uma afirmação, por exemplo) (MATEUS et al., 2005, p. 240. Grifos no original).

Observamos, portanto, que as características referentes à intensidade, à altura e à duração de um determinado enunciado poderão servir como pistas que ajudam o sujeito interpretante, o interlocutor, a compreender de forma mais adequada o enunciado proferido pelo locutor. Assim, a utilização desses marcos linguísticos auxilia no processo de produção do ato de linguagem desde o carácter distintivo em línguas tonais até a ajuda em questões semânticas e pragmáticas (como reconhecer uma ordem, um pedido, uma pergunta). Baseando-nos nesse ponto de vista, podemos perceber que a intensidade, a altura e a duração de determinados elementos do enunciado podem auxiliar os protagonistas de uma determinada situação de comunicação a alcançarem seus objetivos comunicativos através, principalmente, de estratégias discursivas atreladas ao *ethos*.

Começaremos a explicar esse posicionamento a partir da análise de um determinado momento, no texto 03 do nosso *corpus* (cf. Anexo I), no qual ocorre uma situação na qual o sujeito comunicante, que se passa por sequestrador, recorre ao uso de um vocábulo proferido em tom mais elevado, de modo a demonstrar uma possível insatisfação com o rumo tomado pela negociação. As letras em caixa alta representam, na transcrição, a intensidade elevada do tom de voz:

- a) Olha só, se a senhora não querer negociar, eu vou desligar o telefone e vou matar a sua filha, PORRA! (Texto 03 GFS).

Em uma análise da natureza acústica desse trecho, obtido com recurso ao programa PRAAT¹⁸, podemos observar o contraste entre a intensidade dos elementos que compõem o enunciado, contraste perceptível através da linha amarela que demonstra os contornos da intensidade no decorrer do tempo (aproximadamente cinco segundos):

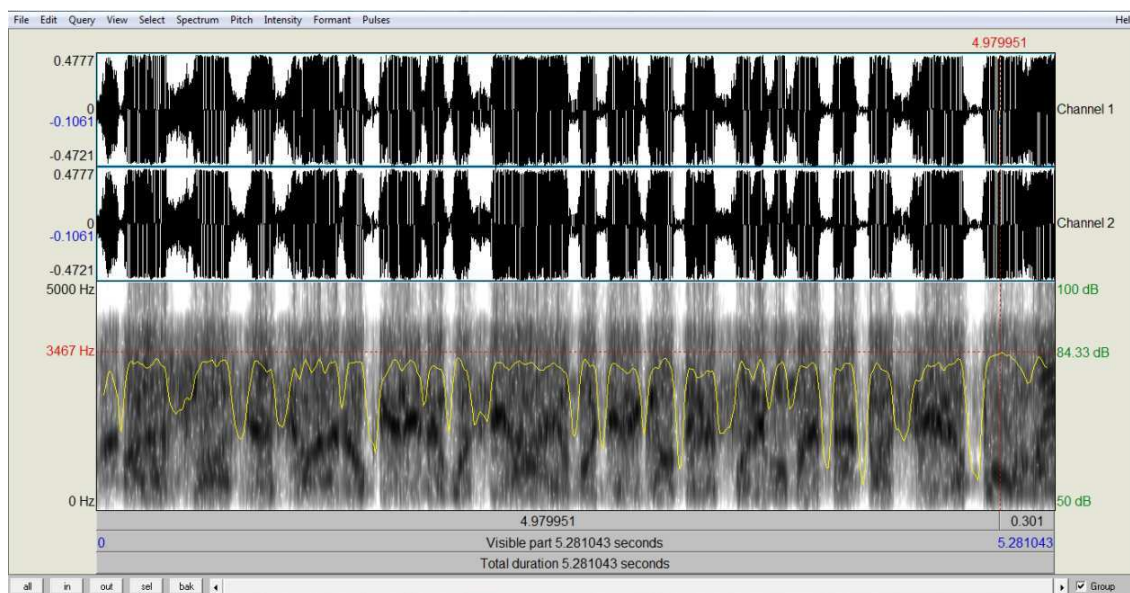


Figura 11: Representação espectrográfica do enunciado *a*

Devido ao fato de o espectrograma representar o sinal acústico produzido ao longo do tempo, a leitura da imagem deve ser feita na horizontal, da esquerda para a direita. Conforme nos ensinam Mateus et al. (2005),

No espectrograma encontram-se contempladas três dimensões do sinal acústico: tempo, frequência e amplitude. O tempo, em segundos (ou em milissegundos), encontra-se no eixo horizontal e a frequência, em hertz, no eixo vertical. A amplitude do sinal é dada por uma gradação de tons de cinzento: as zonas mais escuras são zonas de maior amplitude (e, consequentemente, de maior intensidade auditiva) (MATEUS et al. 2005, p. 114).

Assim, no eixo vertical encontram-se as taxas de frequência da onda sonora, enquanto que, no eixo horizontal, encontra-se a evolução do sinal acústico ao longo do tempo. Os ruídos são representados pelas linhas verticais escuras e, em relação às pausas, a falta de sinal acústico acaba por gerar uma lacuna em branco. Assim, podemos observar que o último grupo de força, referente ao lexema “porra”, pronunciado após a

¹⁸ O PRAAT é um programa de análise de voz desenvolvido por Paul Boersma e David Weenink, ambos do Institute of Phonetic Sciences da Universidade de Amsterdam. O programa pode ser obtido gratuitamente através do site oficial: <www.praat.org.>

última coluna branca, é proferido com uma intensidade mais elevada quando comparado aos elementos que o antecedem, conforme pode ser visto com o auxílio da linha amarela horizontal, que assinala o contorno da intensidade, e pelo número em verde à direita da imagem, que representa o valor em decibéis¹⁹ atingido pela produção acústica (84,33 dB).

Desta maneira, notamos que, ao fazer uso desse vocábulo proferido de forma enfática, o criminoso parece não querer deixar dúvidas acerca de sua insatisfação em relação à vítima que dizia não ter como negociar com ele. O locutor faz uso desse tom mais elevado após fazer a ameaça, pautada na estratégia conhecida como *vínculo causal*, já mencionada anteriormente. A não negociação por parte da vítima seria, portanto, a causa da morte da filha sequestrada. Esse argumento patêmico, que corrobora o *ethos de potência*, um criminoso cruel, capaz de cumprir com suas ameaças, por sua vez é auxiliado pelo recurso prosódico da entonação elevada efetuada por parte do criminoso. O vocábulo dito de forma enfática pode ter servido, dados seus sentidos extralinguísticos, para corroborar o *ethos* ameaçador do criminoso, além de auxiliar o objetivo de despertar o terror na vítima.

É interessante notar que, durante o percurso interativo nos golpes do falso sequestro, é na fase que chamamos de negociação que surgem enunciados proferidos com uma intensidade mais elevada, conforme podemos observar, por exemplo, na seguinte imagem:

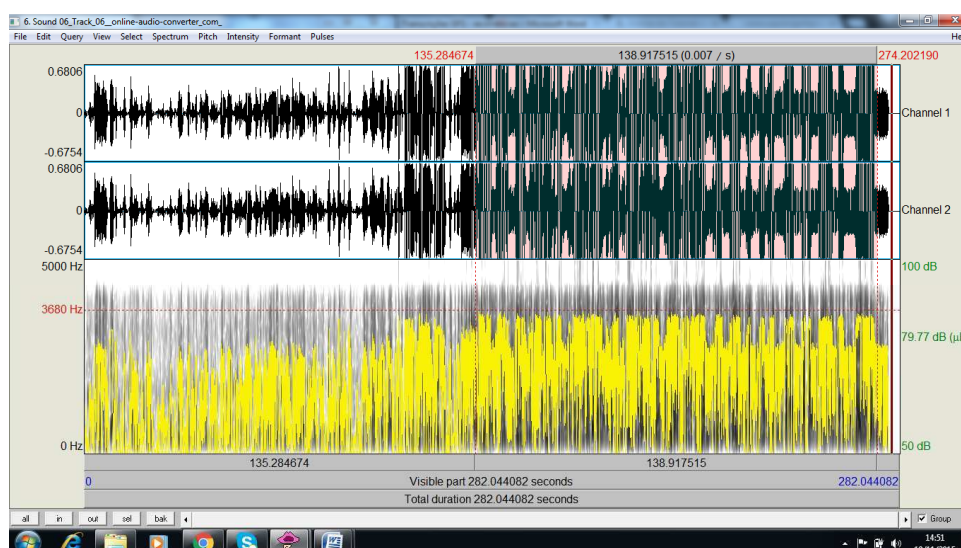


Figura 12: Representação espectrográfica da intensidade durante a fase de negociação

¹⁹ Décima parte do bel, unidade de medida que serve, em acústica, para definir uma escala de intensidade sonora. A voz média tem por intensidade cerca de 55 dB. Fonte: "**decibel**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [on line], 2008-2013. Disponível em < <http://www.priberam.pt/dlpo/decibel>>. Acesso em 23 jan. 2016.

O espectrograma acima representa toda a interação discursiva encontrada no texto 06 GFS, pertencente ao nosso *corpus*. Devido a isso, um número maior de dados acústicos foi registrado pelo espectrograma, fazendo com que a marcação de intensidade, em amarelo, ficasse mais saliente quando comparamos essa imagem à anterior, que representou apenas uma parte da interação, aproximadamente cinco segundos, enquanto que esta última imagem representa toda a interação, com aproximadamente quatro minutos de duração. O tempo registrado pelo programa é calculado em segundos, no caso, o espectrograma representa duzentos e oitenta e dois segundos, aproximadamente.

A partir da análise dos dados acima, portanto, podemos observar que, ao ser indagado sobre a localização do suposto sequestrado, dando início à fase de negociação através de ameaças, o criminoso produz enunciados possuidores de uma intensidade mais acentuada, conforme podemos perceber através das oscilações em amarelo no espaço delimitado pela cor rosa, correspondente a aproximadamente cento e trinta e nove segundos da interação telefônica. Na fase de negociação, como já vimos anteriormente, é onde ocorre a maior parte das ameaças, bem como a utilização de argumentos patêmicos e construções de *ethé*, dentre eles, o de potência que pode ser auxiliado com o procedimento expressivo do *falar forte*, relacionado à intensidade prosódica.

Além desses usos no que diz respeito ao tom, à entonação, intensidade, podemos perceber que toda a negociação efetuada nos gêneros aqui chamados de Golpes do Falso Sequestro é construída com enunciações proferidas em um ritmo acelerado. A própria natureza do contrato de comunicação exige que os sujeitos comunicantes, os criminosos, ajam de forma rápida, de modo a fazer com que o sujeito interpretante, a vítima, não tenha tempo de refletir acerca da situação de comunicação na qual está inserido. Dessa forma, durante todo o percurso interacional, os criminosos falam rapidamente, produzindo seu discurso em um ritmo mais acelerado do que o que encontraríamos em uma conversa cotidiana, ordinária. Observemos, a fim de ilustração, os dados representados no espectrograma abaixo:

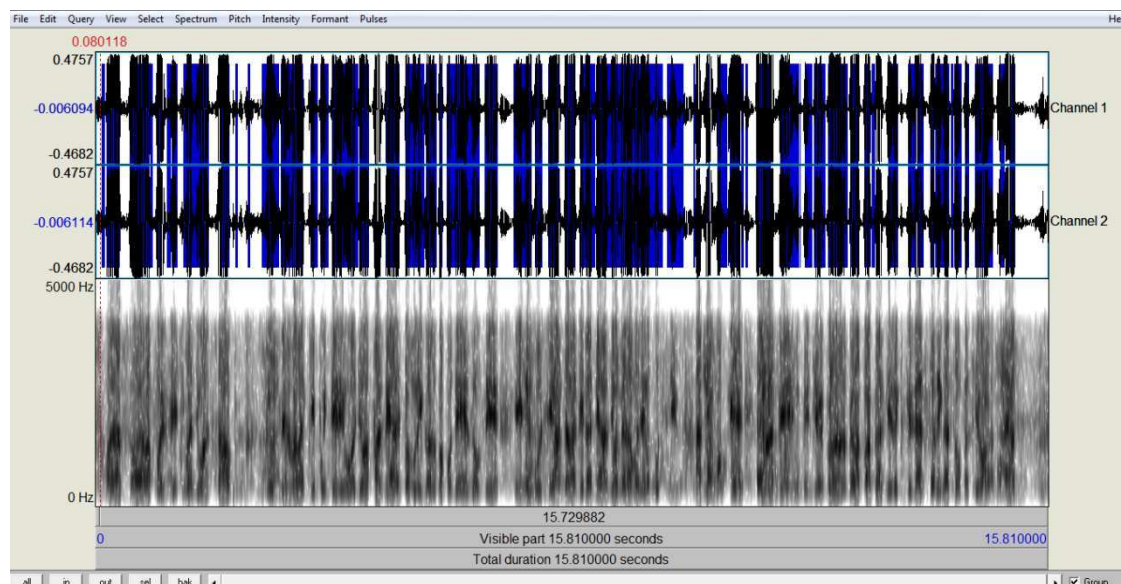


Figura 13: Frequência de produção sonora do enunciado *b*

No espectrograma acima, é representada uma sequência sonora detentora de uma alta frequência de produção, conforme podemos observar com a ajuda das colunas marcadas em azul que dizem respeito aos pulsos de produção acústica e representam uma quantificação da frequência e amplitude dos sons constituintes dos enunciados transcritos abaixo, que correspondem a um momento do texto 03 pertencente ao conjunto de textos relativos aos Golpes do Falso Sequestro:

- b) Olha só. Ela foi vítima de um assalto. Trouxemos ela aqui pro interior de uma favela e tamo ligando pra poder resolver e negociar pela vida dela de uma melhor maneira possível. Até porque ela mesmo pediu implorando pela própria vida que fizesse essa ligação pra senhora. Correto? (Texto 03 GFS).

Por outro lado, ocorre uma situação diferente nos gêneros Golpes da Recarga Premiada. Por simularem uma interação telefônica entre o representante de uma empresa, um profissional de telemarketing, e um suposto ganhador de um prêmio, os sujeitos comunicantes produzem enunciados em um ritmo menos acelerado que os criminosos dos golpes do falso sequestro. Novamente, as coerções do contrato de comunicação ditam essas normas que devem ser seguidas, já que uma situação de comunicação tida como uma conversa entre um representante de uma empresa e o ganhador de um prêmio não precisaria, normalmente, ser pronunciada em um ritmo mais acelerado do que uma conversa cotidiana. Na representação abaixo essa questão se torna mais esclarecida:

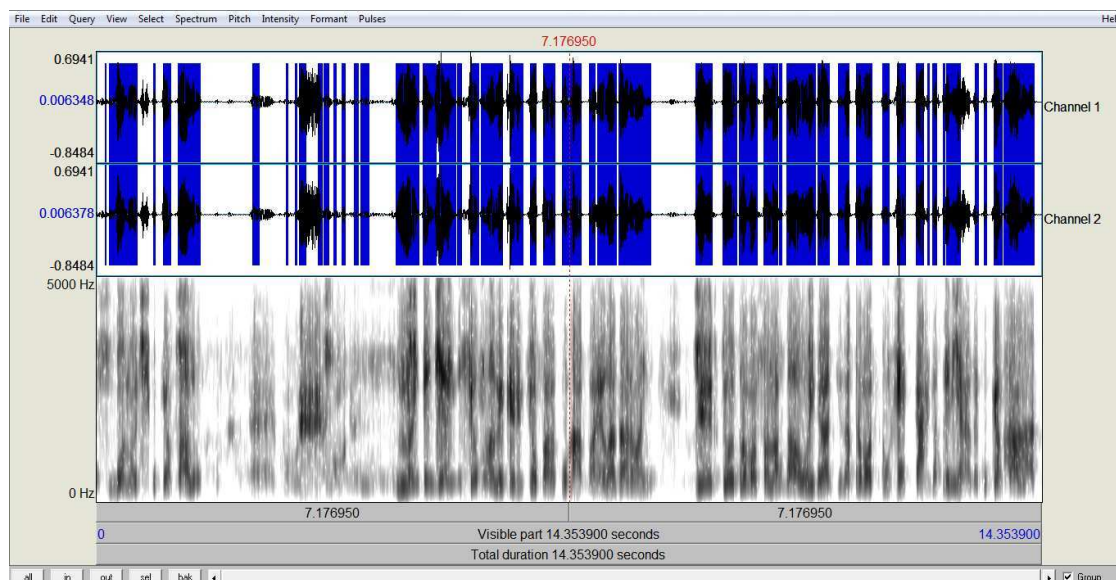


Figura 14: Frequência de produção sonora dos enunciados representados em c

Observe que, diferentemente do que ocorre no espectrograma anterior, as marcações em azul são intercaladas por maiores espaços em branco, o que demonstra uma frequência de produção de pausas mais acentuada, o que culmina em um ritmo menos acelerado quando comparado ao enunciado relativo ao golpe do falso sequestro. Encontramos, nesse excerto, o recurso ao procedimento expressivo do “falar tranquilo”, descrito por Charaudeau (2011).

O espectrograma acima representa os seguintes enunciados:

- c) E¹: alô, boa noite. Com quem eu falo?
 E²: é com o. Com o Rodrigo.
 E¹: não entendi ainda o seu nome, querido. O senhor fala com o Rafael Lazaroni, diretor promocional da Oi () na promoção Recarga Premiada, com quem eu falo? (Texto 02 GRP).

Onde E¹ diz respeito ao enunciador 1, no caso, o criminoso que se apresenta como um atendente de telemarketing da empresa de telefonia Oi e E² diz respeito ao enunciador 2, ou à vítima que atendeu a ligação. Esses enunciados foram efetuados no início da interação pertencente ao texto 02 do conjunto de textos relativos aos golpes da recarga premiada.

Partindo dos exemplos acima, podemos ver, então, que determinados usos prosódicos relacionados à natureza do som podem auxiliar na construção de determinados *ethé* discursivos.

3.4.2. Variação linguística e *ethos* discursivo

Além dos procedimentos expressivos mencionados no item anterior, Charaudeau (2011) nos apresenta algumas outras formas de expressão oral que levam em conta a maneira como a língua é utilizada de modo individual pelos falantes. Assim, ao lado dos procedimentos já mencionados do “falar forte” e do “falar tranquilo”, o autor postula que a demonstração de um “bem falar”, ligado à utilização da norma culta da língua, ou que um “falar regional”, ligado à procedência geográfica do locutor, também auxiliam na construção de algum tipo de *ethos* desejado pelo sujeito comunicante. Esse sujeito pode, por exemplo, utilizar-se de seu dialeto para passar a imagem de alguém que tem orgulho de sua origem interiorana, de acordo com Charaudeau (2011).

Os procedimentos expressivos do “bem falar” e do “falar regional” estão ligados, a nosso ver, às variações linguísticas inerentes às línguas naturais. As diferenças encontradas entre as formas de utilização da linguagem estão relacionadas ao espaço geográfico (variação diatópica), a fatores sociais como nível econômico, educacional, gênero e idade (variação diastrática) e ao contexto imediato de utilização da língua (variação diafásica). Essas variedades dialetais, socioletais e de registro mais ou menos formal podem ser levadas em conta tanto pelo locutor, que tenta construir para si determinados *ethé*, quanto pelos interlocutores que deverão aceitar ou não a imagem construída pelo locutor.

Vamos analisar, primeiramente, alguns momentos dos discursos pertencentes ao nosso *corpus* nos quais as marcas dialetais podem auxiliar a construção do *ethos* ou, pelo contrário, desconstruir a imagem que o sujeito comunicante deseja demonstrar:

- a) Boa noite, senhora, aqui é o tenente Douglas, da Polícia Militar. Ocorreu um acidente com uma pessoa na qual disse ser seu familiar, senhora. Com quem eu falo, por favor? (Texto 02 GFS).

O excerto acima foi retirado de uma interação na qual o sujeito enunciator se apresenta como um tenente da polícia militar que ligou desejando passar informações a respeito de um suposto acidente no qual estava envolvido um familiar do interlocutor. Na verdade, o sujeito enunciator é um criminoso que primeiramente se passa por um policial e, no decorrer da interação, deixa de construir o *ethos* de profissional militar e passa a assumir a identidade de sequestrador, alterando a cenografia da interação.

Durante a construção do *ethos* de militar, conforme podemos observar, o sujeito enunciador faz uso de um registro linguístico mais próximo da norma culta, tentando utilizar-se de construções sintáticas menos populares, como o recurso ao pronome relativo “a qual”, usado de forma desviante do padrão normativo e realizado como “na qual”. Além dessa sintaxe mais complexa, o sujeito enunciador também faz uso do tratamento formal através do pronome “senhora”, além de lançar mão de uma abordagem mais polida. Nesse exemplo, nos deparamos com um *ethos de competência* que é construído com recursos referentes à variação diastrática e diafásica correspondentes, de acordo com o ponto de vista do sujeito comunicante, a um discurso compatível com o de um tenente da polícia militar.

Apesar desses cuidados linguísticos, em um determinado momento, enquanto ainda se posicionava na identidade discursiva de policial militar, o sujeito enunciador deixou transparecer uma variante fonética correspondente ao seu socioleto, no caso, a permuta do fone [ʒ] pelo fone [x]²⁰ no vocábulo “mesmo”:

- b) Olha só, senhora, a sua filha me pediu pra mim entrar em contato com a senhora. É ela mermo, ta? (Texto 02 GFS).

A utilização do pronome oblíquo “mim” antes do verbo no infinitivo não será tida como pertencente a um único socioleto ou dialeto, visto sua frequência em vários dialetos do Português Brasileiro. No entanto, a realização fonética do vocábulo “mesmo” como “mermo” parece não condizer com o *ethos* que vinha sendo construído pelo EUE por ser comumente encontrada nos registros informais realizados por falantes menos escolarizados. Essas marcas linguísticas poderiam ser um indício da identidade forjada pelo sujeito comunicante, no entanto, devido à natureza da interação, cujo propósito comunicativo gira em torno de um acidente envolvendo um familiar e, posteriormente, um suposto sequestro, é compreensível que determinados detalhes relacionados ao registro linguístico não sejam percebidos.

Em outras ocasiões nos textos que compõem o nosso *corpus*, podemos encontrar realizações linguísticas pertinentes aos imaginários sociodiscursivos referentes à imagem de um criminoso, sequestrador, que os sujeitos comunicantes desejam construir. Assim, além de palavras de baixo calão, foi observada a utilização de gírias, como a expressão “numa boa”, encontrada no excerto c, bem como a presença de enunciados que se desviam da norma padrão, como a utilização do verbo “querer” no

²⁰ Realizações fonéticas típicas do dialeto carioca de acordo com Silva (2009).

infinitivo, no exemplo *d*, quando deveria ter sido utilizado de acordo com o modo subjuntivo na forma “se a senhora não quisesse”. De igual modo, em *e*, encontramos outro equívoco relacionado ao modo subjuntivo, já que o sujeito comunicante conjuga o verbo “estar” de forma desviante da norma padrão, realizando a forma “esteje”. Observe:

- c) Então fica na linha, *numa boa*, sem chamar o seu marido e sem envolver outra pessoa (Texto 02 GFS. Grifo nosso).
- d) Olha só, se a senhora não *querer* negociar, eu vou desligar o telefone e vou matar a sua filha, PORRA! (Texto 03 GFS. Grifo nosso).
- e) Espero que a senhora *esteje* falando a verdade pra mim não ter que fazer mal à tua filha (Texto 06 GFS. Grifo nosso).

Essas marcas sociolinguísticas acima destacadas dizem respeito, sobretudo, a variedades relacionadas ao grau de escolaridade e ao grupo social do qual faz parte o locutor. Assim, essas características são pertencentes aos socioletos dos sujeitos comunicantes que tentam construir para si o *ethos* de sequestrador nos golpes do falso sequestro. Como nos lembra Charaudeau (2011, p. 173), “o ‘falar regional’ pode ser igualmente citado como procedimento expressivo, apesar de não poder ser fabricado voluntariamente (exceto pelos humoristas)”. Dessa forma, não apenas o dialeto, mas também o socioleto pode ser entendido como “falar regional”.

Ou seja, compreendemos que, mesmo de forma não proposital, esses usos linguísticos marcados como pertencentes a uma dada comunidade sociolinguística não detentora de um alto grau instrucional ou financeiro podem corroborar a construção de determinados *ethé* ligados à marginalidade. Em vários momentos das interações encontradas nos textos relativos aos golpes do falso sequestro, os próprios criminosos afirmam que levaram a vítima para o interior de uma “favela”, a jogando em um “cativeiro”. O uso desses lexemas pode evocar um imaginário sociodiscursivo que vê a favela, a periferia urbana, como um local propício à violência, ao crime.

Já nos golpes da recarga premiada, nos deparamos com determinadas realizações discursivas referentes aos imaginários sociodiscursivos ligados à profissão do telemarketing com uma abundante utilização do gerúndio, chamada de “gerundismo”. De acordo com Appa (2005), o uso do gerundismo no discurso dos atendentes de telemarketing

(...) parece ter função também de polidez, já que diminui um pouco a rigidez dos tempos verbais exatos, evita imperativos e passa a sensação de promessa, algo que deverá acontecer, mas não há certeza e exatidão absolutas. Demonstra uma atitude de menos comprometimento com os resultados e menos imposição. Na linguagem do *telemarketing*, é ainda muito aceita e empregada (sic), justamente por transferir para o “acaso” a responsabilidade do que vai acontecer ou ser feito (APPA, 2005, p. 70. Grifo da autora).

Ao que parece, essa forma de polidez linguística encontrada pelos atendentes de telemarketing passou a ser reconhecida como uma marca de uma espécie de socioleto, um jargão empresarial utilizado pelas representantes comerciais, já que os criminosos que constroem para si o *ethos* profissional de um atendente de telemarketing, nos textos que compõem o nosso *corpus*, fazem uso constante dessa estratégia:

- f) () o senhor vai *tá passando* por um atendente de banco do Bradesco que vai *tá liberando* o valor de cem mil pra tua conta, tá certo? (Texto 01 GRP. Grifos nossos).
- g) No Brasil foi implantado uma lei, mil seiscentos e noventa e nove, porque nós telemarketing não podemos *estar pedindo* para nossos clientes nem documentações pessoais, nem (insistindo) nada, tudo bem? (Texto 01 GRP. Grifo nosso).

Podemos observar, nos exemplos acima, a utilização do verbo auxiliar “estar” seguido da forma no gerúndio dos verbos “passar”, “liberar” e “pedir”, respectivamente. Essas formas parecem estar de acordo com o imaginário sociodiscursivo relacionado aos usos linguísticos efetuados pelos profissionais do telemarketing, o que parece ser uma estratégia discursiva ligada à construção do *ethos* que busca aderir *legitimidade* ao locutor e *credibilidade* às informações dadas por ele. Afinal, fazendo uso de uma marca socioletal costumeiramente utilizada pela classe profissional dos atendentes de telemarketing, o locutor parece querer fazer com que seu interlocutor acredite que está interagindo com um funcionário da empresa que supostamente lhe entregará o prêmio.

Novamente nos deparamos com as visadas discursivas do *fazer-crer* para *fazer-fazer*. Ou seja, fazendo com que a vítima acredite que está interagindo com um representante comercial de determinada empresa, o locutor criminoso pode fazer com que o interlocutor faça aquilo que ele pede, por exemplo, aceitando as instruções e realizando a transferência monetária para a conta fornecida pelo criminoso.

Além do uso do gerundismo, é facilmente observável que os criminosos nos golpes da recarga premiada fazem uso de um registro linguístico mais próximo à norma

culta do Português Brasileiro. No entanto, visto que os sujeitos comunicantes nem sempre possuem um grau elevado de instrução formal, em certas ocasiões, podemos encontrar determinadas realizações linguísticas não condizentes com a norma culta, conforme vemos abaixo:

- h) Nesse exato momento o senhor vai ter a sua opção desejada. O senhor opta pela chave da casa imobiliada em qualquer lugar desejado do Brasil ou opta pelo valor da- do imóvel que é o valor de cem mil reais? (Texto 03 GRP).

No excerto acima, o locutor profere o lexema “opta” de uma forma desviante da norma culta, transformando a palavra em paroxítona e a pronunciando como [o’pita]. Esse pormenor não seria apresentado se nos debruçássemos apenas sobre as transcrições dos textos orais e, por isso, um retorno constante às gravações se fez necessário. Além disso, talvez por analogia ao termo “imóvel”, o sujeito comunicante realiza o adjetivo “mobiada” como “imobiliada”. Outros desvios morfológicos também podem ser encontrados além do exposto acima, tais como o apresentado no exemplo que se segue:

- i) Vou analisar o seu extrato agora bancário e fazer a *anализação* e a configuração vai ser feita agora com o lançamento de cento e vinte mil na conta corrente do Itaú, tá bom? (Texto 03 GRP. Grifo nosso).

No excerto acima, o termo “análise” foi realizado como o termo não dicionarizado “anализação”, já que o sufixo –ação tem a faculdade de formar substantivos derivados de verbos, como os pares configurar/configuração e averiguar/averiguação. Podemos estar, novamente, diante de um equívoco gramatical causado por analogia que culmina em uma hipercorreção. Para uma afirmação mais conclusiva, no entanto, uma pesquisa com outros objetivos e referencial teórico-metodológico diferente do adotado no presente estudo deveria ser proposta.

A partir do exposto acima, observamos que, embora os locutores desejem construir para si determinados *ethé* discursivos ligados a certa sapiência, através do procedimento expressivo do “bem falar”, do uso de um registro linguístico formal, mais próximo à norma culta, certas marcas dialetais e alguns desvios da norma padrão acabam por desconstruir esse *ethos*, demonstrando, de certa forma, o não pertencimento daquele sujeito àquela comunidade de fala. Novamente, essas questões, se fossem

observadas pelo sujeito interpretante, poderiam servir como pistas da natureza falaciosa dos *ethé* construídos e, por conseguinte, dos argumentos utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o percurso do presente trabalho, tentamos entender a forma como se processa a argumentação em dois gêneros situacionais que consideramos fazer parte de um domínio de comunicação ao qual chamamos de discurso criminoso. Para descrever, analisar e compreender de forma mais aprofundada esse tipo de discurso, no entanto, outros estudos com objetivos mais amplos e profundos se fazem necessários. No entanto, uma conceituação do que entendemos por discurso criminoso foi efetuada para compreendermos as interações discursivas ocorridas no interior das situações de comunicação dos golpes do falso sequestro e dos golpes da recarga premiada. Assim, o primeiro capítulo da presente dissertação se propôs a dar conta dessa conceituação.

Em primeiro lugar, foi necessário definirmos a noção de crime adotada neste manuscrito. O crime é uma ação que contraria a lei e é desaprovada pelas regras do bom convívio social. Para que uma ação seja considerada crime, vimos com Welzel (1987 *apud* GRECO, 2010), que ela deve possuir o caráter da antijuridicidade, da culpabilidade e da tipificação. Ou seja, deve ser uma ação contrária ao que a lei determina, deve estar incluída em um tipo penal e ser passível de aplicação de pena ao infrator. Vimos, outrossim, que os discursos aqui analisados são provindos de tentativas de crime, ou seja, as ações não foram concluídas ou não temos acesso ao final da interação, o que nos impossibilita saber se o crime foi consumado.

Para uma melhor explicação acerca do fenômeno criminoso, fez-se necessária a definição do que vem a ser os crimes de extorsão e os crimes de estelionato. O primeiro tipo diz respeito à tentativa de obtenção de vantagem, normalmente de cunho material, através de violência e grave ameaça, como ocorre nos golpes do falso sequestro. Por sua vez, os crimes de estelionato se caracterizam por serem baseados no engodo, já que os criminosos enganam as vítimas para obterem as vantagens desejadas, assim como acontece nos golpes da recarga premiada. Ambos os crimes aqui analisados podem ser tidos como crimes linguísticos, conforme explicamos baseados em Carapinha (2007).

Posteriormente, vimos que essas práticas, por serem veiculadas e veicularem determinados gêneros, estariam ligadas a um determinado domínio de comunicação, ao qual chamamos de discurso criminoso. Esse tipo de discurso, para utilizarmos a nomenclatura de Maingueneau (2014), abarcaria determinados gêneros discursivos, ou situacionais, como prefere Charaudeau (2004), tais como cartas de ameaça, mensagens caluniosas, pedidos de resgate etc. Ou seja, o discurso criminoso é aqui entendido como um tipo de discurso que veicula determinados gêneros ligados a práticas criminosas.

Esse tipo de discurso, portanto, surge de um contexto ilícito, possuindo finalidades e propósitos comunicativos ligados à prática criminosa e sujeitos que se posicionam na identidade de criminosos, de alguém que age contra a lei, na instância de produção.

Além disso, como já vimos anteriormente, a prática criminosa é assim considerada se pertencer a um tipo criminal, se encaixar-se em uma classificação no código penal. Assim, o discurso criminoso possui uma relação dialética com o discurso jurídico, já que este ditará o que deve ser considerado como uma ação criminosa e, por consequência, um discurso criminoso. Apesar dessa relação interdependente, o domínio de comunicação do discurso criminoso estaria, a nosso ver, em dissonância com o que é considerado legal, lícito, portanto, com o domínio de comunicação do discurso jurídico. Ou seja, o discurso criminoso existiria devido ao discurso jurídico, não se apoiando neste em uma relação de constituição direta, mas sendo sua parte contraventora. Por estarmos estudando situações de comunicação oriundas de interações consideradas criminosas, nosso trabalho pode ser inserido no escopo da Linguística Forense, já que essa área procura aplicar o conhecimento linguístico a questões que envolvem a linguagem, o crime e a lei (OLSON, s/d).

Quanto à questão da *topia* discursiva, pensamos que o discurso criminoso é um discurso atópico, na nomenclatura de Maingueneau (2006), visto que ele não é normalmente aceito pela sociedade, tal como acontece com o discurso pornográfico. Além disso, esse discurso não possui legitimidade para se autofundar, sendo considerado, assim, um discurso não-constituente. Por fim, a respeito das cenas da enunciação (MAINGUENEAU, 2005), entendemos que o discurso criminoso, como cena englobante, dá origem a diversas cenas genéricas (gêneros) e cenografias, a depender da finalidade da troca comunicativa.

Como não é o objetivo primeiro desta pesquisa, não podemos dizer que a conceituação do tipo de discurso, ou domínio de comunicação do discurso criminoso está concluída. Acreditamos que ainda há um longo caminho a percorrer antes de podermos afirmar que esse discurso consiste em um tipo, no sentido de Maingueneau. No entanto, essa primeira conceituação se fez necessária para que pudéssemos basear nossas análises a respeito dos discursos aqui analisados.

A análise se deu a partir da descrição e configuração dos gêneros situacionais Golpe do Falso Sequestro e Golpe da Recarga Premiada. Embasados, principalmente, em Charaudeau (2004), fizemos a configuração dos gêneros a partir de suas características situacionais, discursivas e composicionais, tentando perceber quais as

principais visadas utilizadas e como se deu a organização discursiva através dos Modos de Organização do Discurso.

No que concerne ao gênero situacional Golpe do Falso Sequestro, foi possível observar que as visadas discursivas predominantes dizem respeito à *visada de prescrição*, a partir da qual o criminoso, na identidade de sequestrador, tem autoridade para *mandar-fazer*. Assim, nesse gênero, os sujeitos comunicantes lançam mão das visadas de *fazer-crer* para *fazer-fazer*, pretendendo fazer com que as vítimas acreditem que eles estão em posse do familiar supostamente sequestrado e, assim, tentando levar as vítimas a realizem o pagamento do falso resgate. Dessa forma, as identidades discursivas que se apresentaram foram as de sequestrador, na instância de produção, e de vítima, na instância de recepção.

Quanto ao nível discursivo, observamos a predominância do Modo de Organização Argumentativo, já que a finalidade da situação de comunicação consiste na tentativa de extorsão, e da modalidade alocutiva, afinal, os criminosos tentavam impor um determinado comportamento à vítima.

Já no nível da composição textual, pudemos perceber que os criminosos seguem uma espécie de *script*, que pode ser considerado como parte das restrições do contrato que orientam os parceiros da troca comunicativa. Esse *script* é composto por determinadas fases bem estruturadas, a saber: a *abordagem*, que pode possuir diferentes formatos, mas serve para que o criminoso possa adquirir algum dado sobre um familiar da vítima; a *revelação do sequestro*, na qual o criminoso afirma estar em posse do familiar; a *negociação*, considerada o clímax da interação, na qual os parceiros da troca comunicativa fazem uso de argumentos e contra-argumentos; e o *desfecho*, no qual a vítima dirá se está em condições, ou não, de efetuar o pagamento. Observamos também a utilização constante de vocábulos pertencentes ao campo semântico do crime e da violência, como “sequestro”, “cativeiro”, “amordaçada”, “favela”, “quadrilha”. Esse léxico específico contribui para a evocação de determinados imaginários sociodiscursivos a respeito dos grupos e lugares tipicamente considerados violentos no Brasil.

Quanto aos golpes da recarga premiada, apesar de possuírem finalidades e propósitos diferentes dos encontrados nos golpes do falso sequestro, observamos que as visadas discursivas do *fazer-crer* para *fazer-fazer* também foram as mais recorrentes. No entanto, a *visada de incitação* transpareceu, visto que, desta vez, os criminosos, na identidade discursiva de representante da empresa que fornecerá o prêmio, não possuem a legitimidade necessária para dar ordens. No nível discursivo, observamos, novamente,

a predominância do Modo de Organização Argumentativo e da modalidade alocutiva, bem como a construção das identidades de representante da empresa, na instância produtora, e vencedor da promoção, na instância receptora.

Já no que diz respeito à configuração textual, notamos a existência de um paratexto, a mensagem SMS recebida a partir da qual a interação via telefone pode ser iniciada. Nessa situação de comunicação, também foi observada a existência de diferentes fases, pertencentes às restrições do contrato: a fase de *anúncio do prêmio*, na qual o criminoso procura fazer com que a pessoa que atendeu a ligação acredite que foi a ganhadora de uma promoção; a *fase burocrática*, na qual os criminosos, na identidade discursiva de representantes da empresa, tentam fazer com que as vítimas transfiram uma determinada quantia em dinheiro, sob o pretexto de estarem cumprindo alguns procedimentos burocráticos e, por fim, a *consumação ou refutação* do golpe.

Em nosso *corpus*, temos acesso a apenas dois momentos interacionais referentes a essa última fase, sendo que, nas duas situações de comunicação, os sujeitos interpretantes tinham conhecimento da natureza criminosa da interação e refutaram o golpe. É interessante observar que os criminosos, a fim de construírem suas identidades discursivas, fazem uso de um léxico especializado, considerado pertencente ao tecnoleto²¹ empresarial utilizado por atendentes de *telemarketing*, como “protocolo”, “central de atendimento”, “cadastro” e o uso de gerundismo.

Após fazer a descrição e configuração dos gêneros, realizamos a análise dos argumentos de base racionalizante utilizados pelos criminosos e pelas vítimas, nos golpes do falso sequestro, e pelos criminosos nos golpes da recarga premiada. Percebemos que a maior parte dos argumentos utilizados pertence às técnicas argumentativas conhecidas como *vínculo causal* e *argumento pragmático*, na nomenclatura apresentada por Perelman e Tyteca (2005). Quarenta e nove por cento (49%) dos argumentos utilizados nos golpes do falso sequestro, e cinquenta por cento (50%) dos utilizados nos golpes da recarga premiada são classificados como *vínculo causal*, ou seja, trazem consigo uma relação de causa e consequência. Por sua vez, vinte e um por cento (21%) dos argumentos utilizados nos golpes do falso sequestro e vinte e quatro por cento (24%) dos utilizados nos golpes da recarga premiada dizem respeito

²¹ Segundo o *site* da Infopédia – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora, o tecnoleto é o “conjunto de usos de uma língua próprios de uma determinada especialidade (científica, técnica, profissional, etc.) e das pessoas que lhe estão associadas.” O termo provém da junção da palavra latina *tékhne*, “arte” e da raiz do termo grego *diálektos*, “conversa, diálogo”. Fonte: Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Acesso em 22. Jan. 2016. Disponível em: <URL: http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/tecnoleto;jsessionid=-Q93h7iJp16lFdevJycLmg__>.

aos *argumentos pragmáticos*, que procuram respaldo sobre o valor pragmático, da finalidade de uma determinada ação.

Esses dados percentuais indicam uma maior preocupação dos criminosos, em ambas as situações de comunicação, com a elucidação do que pode vir a acontecer caso a vítima não cumpra com as exigências ou não aja de acordo com o que foi solicitado pelos criminosos, bem como explicar, através do *argumento pragmático*, o porquê de certas ações terem sido tomadas ou precisarem ser tomadas. É importante ressaltar, de igual modo, que a maior parte dos argumentos foi utilizada na fase chamada de *negociação*, dos golpes do falso sequestro, e na *fase burocrática*, dos golpes da recarga premiada. Ambas as fases são as mais extensas, além de poderem ser tidas como as fases mais importantes de cada gênero situacional. Assim, podemos observar que os dados numéricos estão de acordo com a finalidade das situações de comunicação aqui analisadas.

Quanto à utilização de argumentos patêmicos, observamos a ocorrência de argumentos que procuram despertar o temor, a calma e a piedade nos golpes do falso sequestro, e o temor e a alegria nos golpes da recarga premiada. Novamente, notamos que as finalidades de cada situação de comunicação orientaram a utilização de argumentos, visto que foram encontradas dezessete (17) ocorrências de argumentos que procuravam despertar o temor no interlocutor dos golpes do falso sequestro e apenas duas (02) ocorrências deste tipo de argumento patêmico nos golpes da recarga premiada. Ainda de acordo com a finalidade da situação de comunicação e com o contrato estabelecido entre os parceiros, registramos a ocorrência de argumentos que visavam a despertar a alegria apenas nos golpes da recarga premiada, enquanto que apenas nos golpes do falso sequestro foi registrada a ocorrência de argumentos que visavam a despertar a calma e a piedade.

Por fim, além dos argumentos de base racionalizante, relacionados ao *logos*, e de argumentos patêmicos, relacionados ao *pathos*, analisamos, também, as imagens discursivas construídas pelos parceiros dos atos de linguagem aqui estudados. Observamos que, procurando garantir sua *legitimidade* e a *credibilidade* a seus argumentos, os criminosos de ambas as práticas criminosas, bem como as vítimas nos golpes do falso sequestro, construíram para si determinados *ethé* visando a atingir seus objetivos.

Nos golpes do falso sequestro, as identidades mais salientes podem ser agrupadas no que Charaudeau (2011) chamou de *ethos de virtude* e *ethos de potência*, visto que os criminosos procuram demonstrar que possuem poder sobre a vida do

familiar supostamente sequestrado e que, assim, podem cumprir com suas ameaças (*ethos de potência*). No entanto, visando a fazer com que a vítima acredite que terá seu ente querido libertado caso efetue o pagamento do falso resgate, os criminosos também constroem para si a imagem de alguém honrado, que cumprirá a promessa de libertar o suposto sequestrado (*ethos de virtude*). Além dessas duas classificações, encontramos, em nosso *corpus*, a presença de um terceiro tipo de *ethos de identificação* ao qual chamamos de *ethos de vítima*. Através da construção dessa imagem discursiva, as vítimas dos golpes do falso sequestro tentam, ao que parece, dar fim à negociação e, conseqüentemente, ao sequestro, demonstrando que não estão em condições de arcar com as exigências feitas pelos criminosos.

Quanto aos golpes da recarga premiada, observamos a predominância de imagens de si referentes ao *ethos de competência*, já que os criminosos constroem a imagem discursiva de um representante da empresa, alguém capacitado a realizar a transferência do valor monetário supostamente recebido pela vítima. Além disso, também foi observada a ocorrência do *ethos de virtude*, já que os criminosos procuram demonstrar estarem preocupados com a segurança do cliente, de modo a garantir que este não envolva outras pessoas na interação. Para assegurar o silêncio da vítima, os criminosos se valem dos imaginários sociodiscursivos acerca da violência no Brasil contemporâneo, afirmando que, caso o interlocutor informe a outras pessoas acerca de seu prêmio, ele poderá ser vítima de assaltos ou sequestros.

Além das construções dessas imagens de si, observamos que determinados aspectos de natureza prosódica e sociolinguística podem corroborar a construção de determinados *ethé*, bem como desconstruir essas mesmas imagens. Em nossas análises, percebemos que, ao se posicionarem nas identidades discursivas de sequestradores, os criminosos dos golpes do falso sequestro fazem uso de um ritmo prosódico mais acelerado, bem como chegam a proferir certos enunciados com uma intensidade mais elevada. Esse tom, chamado por Charaudeau (2011) de “falar forte”, parece contribuir para a manutenção do *ethos de potência*, bem como corrobora alguns argumentos patêmicos pautados sobre ameaças. Além disso, a utilização de gírias e de um socioleto típico de falantes menos escolarizados pode corroborar o *ethos de potência* construído pelos sequestradores caso as vítimas compartilhem determinados imaginários sociodiscursivos que relacionam certos grupos marginalizados à prática do crime.

Por sua vez, os criminosos dos golpes da recarga premiada fazem uso de um ritmo menos acelerado, simulando uma conversa telefônica entre o representante de uma empresa e um cliente. Assim, esses locutores utilizam um registro linguístico que

julgam ser mais formal, além de fazerem uso de lexemas próprios do tecnoleto empresarial. É o que Charaudeau (2011) chama de “falar tranquilo” e “bem falar”, respectivamente.

A despeito dos esforços efetuados pelos criminosos, em alguns momentos observamos a utilização de determinados registros linguísticos e de marcas dialetais e socioletais que não condizem com a identidade discursiva construída. Dessa forma, apesar de os golpes do falso sequestro se pautarem sobre certo descontrole emocional por parte da pessoa que atendeu o telefone, caso as vítimas pudessem perceber essas marcas incongruentes, certamente seria mais fácil perceberem que estão participando de uma interação forjada, sendo vítimas de um engodo, conforme apresentamos em nossas análises.

A presente pesquisa, portanto, se debruçou sobre a argumentação utilizada pelos criminosos visando a convencerem as vítimas acerca da veracidade de suas informações em dois tipos de crimes linguísticos: os golpes do falso sequestro e os golpes da recarga premiada. Para dar conta de entendermos o que vem a ser o domínio de comunicação do discurso criminoso, percebendo qual o seu lugar no interdiscurso, qual sua natureza discursiva, quais identidades podem emergir dos gêneros situacionais que ele abarca, dentre outros fatores, no entanto, outros estudos sobre o tema precisam ser efetuados. Ainda há muito a ser feito nesse âmbito, mas acreditamos termos sanado ao menos uma parte da lacuna referente ao entendimento do discurso criminoso no seio dos estudos em Análise do Discurso e na Linguística Forense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**: discours politique, littérature d'idées, fiction. Paris: Nathan Université, 2000.
- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ANGHER, Anne Joyce. **Código Penal – Código de Processo Penal – Constituição Federal**. São Paulo: Editora Rideel, 2004.
- APPA, Rerina Cirelli. **Polidez Lingüística nas Conversações de Telemarketing**. 2005.104 f. Tese (doutorado). USP, FFLCH: 2005.
- ARISTÓTELES. **Retórica**, 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, Ana Cláudia. Antigo na praça, golpe de premiação por celular faz vítimas pelo País há dez anos. São Paulo. **R7 Notícias**. 26 mai. 2012. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/antigo-na-praca-golpe-da-premiacao-por-celular-faz-vitimas-pelo-pais-ha-dez-anos-20120526.html>> . Acesso em 11 abri. 2015.
- BEACCO, Jean-Claude. Corpus. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte Geral 1. 15ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **ReVEL na Escola**: O que é a Linguística Forense? *ReVEL*, vol. 12, n. 23, 2014.
- CARAPINHA, Maria da Conceição. **Linguagem, Discurso e Direito** – algumas questões de Linguística Jurídica. *Revista do Ministério Público*, n. 111, p. 5-36, 2007.
- _____. **A linguagem no banco dos réus**. Coimbra, Ciclo de seminários do Celga: 2010.
- CAVALCANTE, Sandra M. S.; MILITAO, Josiane. A. Emotions, Attention and Blending. In: GIORGIO MARCHETTI; GIULIO BENEDETTI; AHLAM ALHARBI (Pozzo d'Adda, Italy, and others). (Org.). **Attention and Meaning: The Attentional Basis of Meaning**. 1ed. New York: Nova Science Publishers, 2015, p. 189-206.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du Sens et de l'Expression**. Paris : Hachette, 1992.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (Org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 13-41.

_____. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. In : BOYER, H. **Stéréotypage, stéréotypes : fonctionnements ordinaires et mises en scène**. Langue(s), discours. vol. 4. Paris: Harmattan, 2007.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309 – 326.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia, **As emoções no discurso**, v. II. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

_____. **O Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Situação de comunicação. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>. Acesso em 18 jan. 2015.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 mai. 2015.

COULTHARD, Malcolm. **Linguistas como peritos/as. Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, p. 159-176, 2004.

_____; JOHNSON, Alison. **An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence**. New York: Routledge, 2007.

DASCAL, Marcelo. O ethos na argumentação: uma abordagem pragma-retórica. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Contexto, São Paulo: 2005.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA [on line], 2008-2013. Disponível em < <http://www.priberam.pt/dlpo/decibel>>. Acesso em 23 jan. 2016. Verbetes: decibel.

DRESCH, Márcia. **A voz que nos incomoda** – um estudo sobre o discurso do réu. 2007. 190 f. Tese (doutorado). UFRGS. Porto Alegre: 2007.

ESPERIDIÃO-ANTÔNIO, Vanderson et al. Neurobiologia das emoções. **Revista de Psiquiatria Clínica**, nº 35, v. 2, pp 55-65, 2008.

FANTINI, Daniel Fabio. Interceptação Telefônica e Linguagem. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 3, n. 1, p, 11-25, jan/jun 2012.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e Coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1991.

FOULKES, Paul.; FRENCK, Peter. Forensic phonetics and sociolinguistics. In: MESTHRIE, Raj. (Ed.). **The concise encyclopedia of sociolinguistics**. Amsterdam: Pergamon, 1999, p. 329-332.

GALINARI, Melliandro Mendes. A polissemia do logos e a argumentação. Contribuições sofisticadas para a Análise do Discurso. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 93-103, nov. 2011.

_____. Logos, Ethos e Pathos: “três lados” da mesma moeda. **Alfa**, São Paulo, 58 (2), p. 257-285, 2014.

GERHARD, Tatiana; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRECO, Rogerio. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral. 12ª edição. Niterói: Impetus, 2010.

INFOPÉDIA [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Acesso em 22. Jan. 2016. Disponível em: <URL:<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/tecnoleto>;jsessionid=-Q93h7iJp16lF de v Jyc Lmg__>. Verbetes: tecnoleto.

JÚNIOR, Manuel Alexandre. Origem da retórica e formação do sistema retórico. In: ARISTÓTELES. **Retórica**, 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. **Na tessitura do Processo Penal: a Argumentação no Tribunal do Júri**. 2006. 260 f. Tese (doutorado). UFMG, FALE. Belo Horizonte: 2006.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira (coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo: 2014.

LINHARES, Juliana. Terror pelo telefone. São Paulo, **Veja**: 2007. p. 38-45, 21 fev. 2007. Disponível em <http://veja.abril.com.br/210207/p_038.shtml>. Acesso em 11 abr. 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. Trad. Nelson Barros da Costa. **Revista do Gelne**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2000.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O Discurso Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. A propósito do ethos. In: MOTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos Discursivo**. Contexto, São Paulo: 2008.

_____. **O Discurso Pornográfico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. Cenias de enunciação. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

MATEUS, Maria Helena Mira; FALÉ, Isabel; FREITAS, Maria João. **Fonética e Fonologia do Português**. Lisboa: Universidade Aberta, 2005.

MAZZALI, Gisele Cristina. Retórica: de Aristóteles a Perelman. **Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 04, 2008.

MELO, Mônica Santos de Souza. Pressupostos de uma teoria psicossocial do discurso: a semiolinguística.. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza e CATALDI, Cristiane. (Org.). **Gênero discursivo, mídia e identidade**. Viçosa: Editora da UFV, 2007, p. 105-113.

_____. O discurso religioso televisivo: a argumentação sob uma perspectiva discursiva na resposta a um protestante. **Cadernos Discursivos**, Catalão – GO, v. 1, n. 1, p. 189-208, ago./dez. 2013.

MENEZES, William Augusto. Estratégias discursivas e argumentação. In: LARA, Glaucia Muniz Proença (Org.). **Língua(gem), texto e discurso**: entre a reflexão e a prática. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, pp. 87-105.

OLSON, John. **What is Forensic Linguistics?** Disponível em: <thetext.co.uk/docs/what_is.doc>. Acesso em 25 abr. 2015.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2007.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação – A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUES, Guilherme Eugênio. Considerações acerca das extorsões realizadas por via telefônica através da simulação de um sequestro. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1395, 27 abr. 2007. Disponível em < <http://jus.com.br/artigos/9813/consideracoes-acerca-das-extorsoes-realizadas-por-via-telefonica-atraves-da-simulacao-de-um-sequestro> >. Acesso em: 11 abr. 2015.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e Fonologia do Português**. Contexto: São Paulo, 2009.

SILVA, Welton Pereira; MELO, Mônica Santos de Souza. As estratégias argumentativas em crimes de extorsão: uma análise de discursos patêmicos em golpes de falso sequestro. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 02, n. 01, p. 374 – 39, jan./jun. 2013.

_____. A análise de gêneros discursivos na Linguística Forense: um estudo sobre os Golpes do Falso Sequestro. **Gragoatá**, Niterói, n. 38, p. 73-90, 1 sem. 2015.

ANEXOS

ANEXO I - TRANSCRIÇÕES DAS GRAVAÇÕES REFERENTES AOS GOLPES DO FALSO SEQUESTRO (GFS)

(Duração total das gravações: 19 m e 23 s)

Símbolos utilizados nas transcrições:

((texto)): comentários do transcritor

(ininteligível): ininteligível

CAIXA ALTA: elevação da intensidade na produção sonora

-: enunciação interrompida

(texto): incerteza quanto ao enunciado

((número)): duração de tempo transcorrido

...: contiguidade dos turnos

1. O marido sequestrado (duração: 01:29 m)

E¹ = Sequestrador

E² = Vítima

((sons de ligação a cobrar))

Mensagem automática: Após o sinal, diga o seu nome e a cidade de onde está falando.

((sinal da operadora))

E¹: ALÔ?

E²: Alô?

E¹: Alô, senhora. O seu esposo já saiu, senhora?

E²: Alô?

E¹: Oi?

E²: Quê que é?

E¹: O seu esposo já veio ver aqui, o local do acidente?

E²: Já foi!

E¹: Olha só, agora vou explicar pra senhora o quê que tá acontecendo. Tá me entendendo?

E²: Tô entendendo.

E¹: Vô explicar pra senhora, pra senhora também não vim a fica- passar mal. Que o seu esposo falou que a senhora poderia passar mal. Tá me entendendo?

E²: Tô entendendo.

E¹: O seu esposo já chegou aqui ao local e se encontra aqui com a gente. Tá me entendendo?

E²: Tô.

E¹: O seu esposo, na verdade, quando nós ligamos pra pedir a escova de dente pro filho da senhora, nós tava pedindo isso pra senhora pra trazer o seu marido pra cá pra localidade. Tá me entendendo?

E²: (ininteligível)

E¹: ME ENTENDEU?

E²: Entendi. Quem é?

E¹: O seu esposo, na verdade, acabou sendo pego pela minha quadrilha na qual nós tamo com ele agora dentro dum cativoiro. Tá me entendendo?

E²: O meu esposo? ((entonação de surpresa))

E¹: Pegamos seu marido aqui agora na Olavo Bilac, trouxe- jogamos ele dentro de um carro e agora botamos ele dentro de um cativoiro. Tá me entendendo?

E²: Tô.

E¹: Tamo querendo

E²: Quem é? Quê que é?

E¹: Nós tamo querendo negociar pela vida dele agora. Tá me entendendo?

E²: Não senhor, cê tá doido?

E¹: Ou então a gente vai tacar fogo nele vivo. É isso que a senhora quer?

E²: Não, senhor, pelo amor de Jesus Cristo!

E¹: Então vã- então vamos começar a negociar, tá? Nós só queria uma pegada pra poder pegar o seu marido e jogar dentro dum cativoiro. Tá me entendendo?

2. Acidente (duração: 02:02 m)

E¹ = Sequestrador

E² = Vítima

Mensagem automática: Após o sinal, diga o seu nome e a cidade de onde está falando.

((sinal da operadora))

E¹: Alô.

E²: Hum?

E¹: Boa noite, senhora, aqui é o tenente Douglas, da Polícia Militar. Ocorreu um acidente com uma pessoa na qual disse ser seu familiar, senhora. Com quem eu falo, por favor? Ocorreu um acidente que tá envolvendo um ônibus, cinco carros e uma moto. E uma das pessoas fortemente acidentadas, após passar o seu número, acabou desmaiando dizendo que era seu familiar, senhora. A senhora tem filho, esposo, alguém aqui na cidade, filho? ((pausa)) É porque a pessoa (ininteligível) acabou desmaiando porque sofreu uma pancada um pouco forte na cabeça. ((pausa)) A senhora tem filho? ((pausa)) A senhora tem filho ou filha aqui na cidade?

E²: Qual é o nome da pessoa, por favor?

E¹: Então, senhora, eu tô pedindo a ajuda da senhora porque a pessoa tá inconsciente...

E²: É Lídia.

E¹: Lídia?

E²: É.

E¹: Eu vou verificar aqui, senhora. ((pausa)) É, senhora, a senho- a senhora me desculpe, eu vou ter que passar uma informação pra senhora um pouco chata, tá?

E²: Quê que aconteceu? Fala, por favor.

E¹: Olha só, senhora, a sua filha me pediu pra mim entrar em contato com a senhora. É ela mermo, tá?

E²: Hã? Ela tá- ela tá viva?

E¹: Tá viva. Mas eu vou explicar pra senhora, a situação dela é um pouco mais grave do que parece, tá?

E²: Tá, espera um pouquinho só, eu vou chamar o meu marido.

E¹: OLHA SÓ, não, senhora. (ininteligível).

E²: Eu tô sem carro ((voz de choro)).

E¹: Olha só, senhora. Olha só. Sem chamar seu marido pra senhora não perder a vida da sua filha, tá entendendo?

E²: Fala.

E¹: A sua filha, na verdade, ela não foi acidentada, ela tá com a gente. A sua filha foi vítima de um sequestro. Tá me entendendo? ((pausa)) Se a senhora tentar chamar o seu marido, ou desligar o telefone, a gente vai tacar fogo na sua filha viva! É isso que a senhora quer?

E²: Não, por favor!

E¹: Então fica na linha, numa boa, sem chamar o seu marido e sem envolver outra pessoa.

E²: Eu tô sem carro.

E¹: Tudo bem! Tudo bem, numa boa.

E²: Aonde ela está?

E¹: Ela tá dentro de um cativheiro, amarrada e amordaçada e chorando muito. Ela deu o seu número e disse que a senhora taria disposta a ajudar. TÁ ME ENTENDENDO?

E²: Eu tô.

E¹: Se a senhora tentar chamar seu marido, ou tentar desligar o telefone, a gente vai tacar gasolina nela e tacar fogo nela viva. TÁ ME ENTENDENDO?

E²: Eu tô.

3. A filha sequestrada (duração: 01:34 m)

E¹ = Sequestrador

E² = Sequestrador 2

E³ = Vítima

((sons de ligação a cobrar))

Mensagem automática: Após o sinal, diga o seu nome e a cidade de onde está falando.

((sinal da operadora))

E²: ((voz, masculina, em tom de choro)) Alô, ((pausa)) mãe.

E¹ : Me pegou, fala aí

E²: Fala comigo, mãe, por favor!

E³: Quê?

E²: ((voz de choro)) Eles me pegaram aqui, mãe.

E³: O QUÊ, filha?

E²: ((voz de choro)) Me pegaram

E³: Ai meu Deus, quem pegou você?

E²: Fala com o moço aqui, mãe!

E³: Ô MOÇO, PELO AMOR DE DEUS, SOLTA A MINHA FILHA! ((tom de choro))

E¹: Alô. Alô!

E³: Alô!

E¹: Ela é a filha da senhora, não é?

E³: É!

E¹: Olha só. Ela foi vítima de um assalto. Trouxemos ela aqui pro interior de uma favela e tamo ligando pra poder resolver e negociar pela vida dela de uma melhor maneira possível. Até porque ela mesmo pediu, implorando pela própria vida, que fizesse essa ligação pra senhora. Correto?

E³: Ai!

E¹: Peço que a senhora mantenha a calma, não fique nervosa, não envolva qualquer outro tipo de pessoa pra não ter que ter agravante na vida da sua filha, entendeu?

E²: ... pra ajudar

E¹: Nosso objetivo é ajudar e soltar sua filha com vida!

E³: Põe na minha filha, põe nela, por favor!

E¹: Olha só, TÁ DISPOSTA A NEGOCIAR PELA VIDA DELA? JÁ MANDEI TIRAR ELA DAQUI porque ela tava vendo muito armamento pesado.

E³: Pelo amor de deus! Põe na minha filha (ininteligível)

E¹: Olha só, se a senhora não quiser negociar, eu vou desligar o telefone e vou matar a sua filha, PORRA!

E³: Não é negociar, eu não TENHO nada! Só quero que você ponha o telefone nela. Eu sou uma faxineira, faxineira!

E¹: A senhora tá disposta a negociar?

((pausa))

E¹: Tá?

E³: Eu QUERO!

E¹: Eu vou matar a filha dela.

((vozes ao fundo))

E¹: Pode começar a tocar fogo na filha dela

E³: Pelo amor de Deus!

E¹: Pelo amor de Deus é o caralho! Vai negociar ou vou ter que matar a sua filha?

4. O filho sequestrado (duração: 02:25 m)

E¹ = sequestrador 1

E² = vítima 1

E³ = sequestrador 2

E = vítima 2

Mensagem automática: Após o sinal, diga o seu nome e a cidade de onde está falando.
((sinal da operadora))

E¹: ((voz de homem chorando)) Mãe, ((pausa)) mãe ((pausa)) (ininteligível) pelo amor de Deus, fala comigo! ((pausa)) Eles me pegaram aqui, mãe. ((pausa longa)) Mãe, mãe.

E²: Alô, o que você quer com ela? Eu tô aqui! Ela está no banheiro.

E¹: (ininteligível)

E²: Hã?

E¹: Pelo amor de deus, me ajuda!

E²: Onde você está?

E¹: Eu não sei, eu não conheço esse lugar.

E²: Como é que a gente vai saber onde você tá? Tem que perguntar alguém aí, Rodrigo.

E¹: Eu não conheço esse lugar não, os caras me pegaram aqui na rua...

E²: Tenta pegar um táxi pra você vim, a gente paga aqui.

E¹: Eles me pegaram aqui na rua, mãe.

E²: Hã?

E¹: Eles me pegaram aqui na rua.

E²: Tá bom, impressou. E agora? Pega um táxi e vem embora!

E¹: Mas eles tão aqui comigo.

E²: Você não disse aonde está.

E¹: Fala com o cara, mãe, eu não conheço esse lugar.

E²: Mas eles deixam você falar no celular?

E¹: Eles me mandaram eu ligar, se não eu morreria.

((pausa))

E²: Espera que eu vou ver se ela já saiu do banheiro.

E¹: Fala com eles aqui pelo amor de deus.

E: ((ao fundo)) Quem é?

E¹: Fala com eles

((pausa))

E²: ((ao fundo)) foi sequestrado.

E¹: Fala com eles

E²: Aqui, tá chorando no telefone.

E¹: Fala com eles

E: Oi, Rodrigo, onde é que você tá?

E¹: Eu não conheço. Fala com ele.

E: Mas como é que a gente vai falar?

E¹: Por favor.

E: Pode chamar. Chama o homem ai, chama o homem ai. ((pausa)) Chama ele.

E³: Alô

E: Quem tá falando?

E³: Veja bem, eu não posso falar quem eu sou, entendeu?

E: Sim

E³: Eu apenas es- né?

E: Peraí um pouquinho que eu vou chamar meu marido.

E³: Fui fazer um assalto, houve pânico, correria, a polícia perseguiu a gente.

E: Moço.

E³: E esse rapaz teve, veio baleado na perna de raspão, tá me entendendo, minha senhora?

E: Hã? Ele está aonde?

E³: Veja bem. Eu não posso falar onde ele tá porque, a senhora nunca viu sequestro? Já viu falar onde tá o cativo?

E: Cadê meu filho, ele tá onde?

E³: Veja bem, você vai ter o seu filho com vida, mas se fizer o que eu vou mandar, entendeu?

E: Ele tá onde? Eu quero falar com ele!

E³: Veja, ele tá bem, ele tá bem.

E: Mas eu quero falar com ele!

E³: Não encostamos um dedo nele. Correto?

E: Não! Eu quero falar com ele, o meu filho!

E³: Veja bem, ele já teve a oportunidade dele...

E: Eu quero falar com ele. ((voz de choro)) Eu tô passando mal!

E³: MANTENHA A TRANQUILIDADE! Mantenha a tranquilidade que eu vou...

E: Eu tô passando mal.

E³: Eu vou devolver ele com vida!

E: Eu tô passando mal.

E³: Eu vou ((pausa)) eu vou devolver ele com vida.

E: Eu quero ouvir ele falar, eu quero ouvir ELE!

E³: Se a senhora

E: Eu sou doente, meu filho! (ininteligível)

E³: Então, senhora, então é mais um motivo da senhora fazer o que eu tô mandando.

E: (ininteligível) eu quero falar com ele.

E³: AINDA O TEMOS COM VIDA! Se a senhora não fizer o que eu vou mandar, orientá-la...

E: Eu sou doente. Eu sou aposentada pelo INSS!

E³: Então veja bem, minha senhora. Então eu vou ter que matar ele aqui agora!

E: EU NÃO TENHO DINHEIRO PRA...

E³: Olha, se desligarem ou envolver qualquer outra pessoa eu tacho fogo no corpo dele, tá?

E: ONDE É QUE ELE TÁ? ONDE ELE TÁ?

E³: NÃO INTERESSA! Não posso lhe dizer onde ele tá. Certo? Você vai ter que negociar.

E: Eu quero falar com ele. Eu não acredito em vocês! Eu quero falar com ele!

E³: Muito bem, minha senhora, ele teve a oportunidade dele. De joelho dobrado, com lágrimas nos olhos ele nos pediu pra ligar. Ele teve a oportunidade dele.

E: MAS AONDE ELE TÁ?

E³: Agora eu quero saber da senhora. A senhora tá tendo a oportunidade. Depois não vai chorar, não, hein?

E: Meu filho, eu tenho, eu não tenho muito dinheiro, EU NÃO TENHO!

E³: Veja bem, então vamos negociar dentro do que a senhora tem.

E: EU NÃO TENHO. EU SOU APOSENTADA. EU TIVE CÂNCER! EU NÃO...

E³: Mas vai ter que negociar COMIGO! A vida dele vale mais do que o quê?

E: Mas eu não tenho pra te dar! Que é que você quer? Quanto?

E³: QUERO TRINTA MIL REAIS!

E: Não tenho... ah, meu filho, trinta mil reais eu não tenho...

E³: A vida dele não vale isso então, né?

E: Eu não tenho, meu filho, o que eu puder (ininteligível).

E³: Quanto tem abaixo disso?

E: Eu tenho dois mil, três mil. É o que eu tenho AGORA!

E³: Agora não mão?

E: (ininteligível)

E³: Na mão? TÁ NA MÃO?

E: NÃO! Eu tenho que arrumar o dinheiro!

E³: Ah, então ele morre! Tem que tá na mão!

E: Tem que falar aonde ainda, aonde que você vai me entregar ele!

E³: Então, a gente vai marcar em praça pública! É homem de palavra com quem a senhora tá falando!

E: Eu posso arrumar dois mil reais!

E³: Na mão agora dentro de casa...

E: Agora! Como é que eu vou, eu tenho que ir. Eu tenho que arrumar, eu dou ((pausa)) coisa de duas horas, três horas!

E³: Não, não, não, não é assim não! Não é assim não, assim a senhora vai estragar a coisa, aí eu vou ver (ininteligível)

E: Eu tenho que ir lá no banco pedir um empréstimo de dois mil reais que eu tenho condição de pedir!

5. Cartão de telefone (duração: 07:10 m)

E¹ = sequestrador

E² = sequestrador 2

E³ = vítima

Mensagem automática: Após o sinal, diga o seu nome e a cidade de onde está falando.
((sinal da operadora))

E¹: ((voz de homem chorando)) Mãe, ((pausa)) manhê, ((pausa)) ô mãe.

E³: Hein?

E¹: Mãe, me pegaram aqui. Eu fui assaltado.

E³: Hein?

E¹: Fui assaltado! Ô mãe, me ajuda, mãe!

E³: Hein?

E¹: Me ajuda, fui assaltado, mãe!

E³: Foi assalTADA?

E¹: Fui ((soluços)). Os home aqui, mãe.

E³: Quem, quem é?

E¹: Sou eu, mãe!

E³: Fernanda?

E¹: É, sou eu!

E²: Alô, alô, minha senhora?

E³: Hein?

E²: Minha senhora, olha bem. A Fernanda se encontra com a gente aqui. Olha bem. A senhora presta bem atenção no que eu vou falar pra senhora. Entendeu? A senhora tá me ouvindo?

E³: Ô meu Deus, não faz isso, não me MATA!

E²: Calma, calma então. Calma, calma que tem conversa. Calma que tem conversa. Entendeu? Calma, a senhora fica tranquila, a senhora fica tranquila que eu vou passar pra senhora tudo que tá acontecendo. Olhe bem, veja bem o que eu vou falar pra senhora. A Fernanda se encontrava no lugar errado e na hora errada. Olha bem, a senhora não bota a polícia envolvida no meio, a senhora. Quem tá junto com a senhora na casa aí? Olha bem, eu tô ouvindo voz! Não bota ninguém, se o telefone dela tocar aqui... entendeu? E se envolver a polícia no meio (ininteligível)

E³: Ô meu Deus, não faz isso comigo, pelo amor de Deus!

E²: Vamo procurar resolver então! Da maneira que ninguém sai ferido. Tá bom assim?

E³: Ô meu Deus, liberta a minha filha, pelo amor de DEUS!

E²: Olha bem, a senhora tá afim de negociar, ou não? A filha da senhora, pela vida da tua filha? Olha bem o que eu falei pra senhora. Eu, olha bem, a se- a filha da senhora foi pegada, a Fernanda foi pega como se fosse uma filha de um empresário. Entendeu? A Fernanda se encontrava no lugar errado e na hora errada.

E³: Ô meu deus!

E²: Olha bem, deixa eu falar pra senhora. Quanto que a senhora tem agora pra nós liberar a Fernanda? Entendeu? A senhora está fazendo o caso piorar. Olha bem, eu tô falando com a senhora. Quanto que a senhora tem. Entendeu? Pra gente liberar a Fernanda agora?

E³: Mas eu tenho o quê, menino? Eu não tenho dinheiro, eu não tenho nada.

E²: Olha bem, a Fernanda falou que a senhora pode fazer alguma coisa por ela. Olha bem, não envolve ninguém. Tô escutando voz de muita gente!

E³: Aqui é a televisão lá, menino, pelo amor de Deus!

E²: Olha bem, a senhora tem celular aí?

E³: Aqui não tem ninguém, meu Deus!

E²: Então, olha bem, se eu- a Fernanda falou que tipo (ininteligível) uns cordão de ouro, uns anel de ouro, entendeu? E a senhora tem um dinheiro aí, sim.

E³: Eu não tenho dinheiro nenhum!

E²: A senhora tem conta no banco, não tem?

E³: Eu não tenho nada, pelo amor de Deus!

E²: Ó, olha bem, deixa eu falar pra senhora. Entendeu? Quê que a senhora tem de valor aí que pode soltar a Fernanda?

E³: Ô minha Nossa Senhora! Eu não tenho NADA, meu amigo!

E²: Olha bem, olha bem, eu tô falando com a senhora! Se a senhora começar a gritar e começar a não conversar direito, porque até agora eu tô sendo até, entendeu? Um pouco simpático conversando com a senhora na moral! Se a senhora começar com gritaiada e não sei o que tem, não sei o que tem, eu vou desligar o telefone e vou matar a Fernanda. A senhora quer isso? Não, né?

E³: Pelo amor de Deus, não faz isso com a minha FILHA!

E²: Então...

E³: Ô meu Deus!

E²: Olha bem, deixa eu falar com a senhora. Vamos procurar, então, a gente conversar, entendeu? E entrar em acordo. Quanto que a senhora tem pra soltar a Fernanda?

E³: Eu não tenho nada. O dinheiro que eu tenho é cem reais.

E²: Ó

E³: Ô meu Deus, não faz isso comigo!

E²: Na mão da senhora, na mão da senhora se encontra cem reais, agora no momento?

E³: Sim.

E²: Hã?

E³: Só, só, todo o dinheiro da minha vida!

E²: Deixa eu falar pra senhora, na mão da senhora se encontra os cem?

E³: É.

E²: Olha bem. E no banco?

E³: Eu não tenho banco, eu não tenho nada em banco!

E²: Não tem? Olha bem, ((pausa)) entendeu? A senhora fica na linha, rapidinho que eu vou dar uma palavra com meu patrão, conversar com meu patrão aqui. A senhora não desliga, fica ai rapidinho, entendeu? Que eu já estou voltando pra conversar com a senhora. Fica ai no telefone. Não sai daí.

E³: Ai meu Deus...

E²: Não comunica nada a ninguém, entendeu?

E³: Ai meu Deus...

E²: Se a senhora passar e envolver segundas pessoas nessa linha pra falar comigo, entendeu? Ou a senhora comunicar alguém, a vida da Fernanda vai pro brejo. Tá bom assim?

E³: Ai meu DEUS!

E²: Então você fica aí, não sai daí, fica aí.

E³: Meu Deus!

((pausa))

E²: Olha bem, deixa eu falar pra senhora agora.

E³: É...

E²: Alô? Olha bem, olha o que a senhora vai fazer. A senhora não tem um telefone celular aí não?

E³: Não.

E²: Entendeu? Olha bem.

E³: Não.

E²: Entendeu?

E³: Hein?

E²: Deixa eu dizer um negócio pra senhora. A senhora vai sair ((vozes ao fundo dando instruções)). Não tem ninguém assim, não tem ninguém na casa da senhora junto com a senhora não, né?

E³: Não.

E²: Olha bem, ó. Vou dar uma palavra pra senhora de homem, que eu também eu tenho família, Entendeu?

E³: Não parece!

E²: A gente tem um problema, entendeu? A gente tem um, entendeu? (ininteligível) um problema danado, então a gente se encontra com a Fernanda aqui. Vou fazer o seguinte com a senhora. A senhora vai sair agora, entendeu? Perto da casa da senhora tem farmácia aí?

E³: Hein?

E²: Perto da casa da senhora tem farmácia?

((pausa))

E³: Tem.

E²: Tem? A senhora vai agora, entendeu? ((vozes ao fundo dando instruções)) ou num posto de gasolina. A senhora não vai fazer pergunta nenhuma, só vai comprar o que eu tô falando pra senhora. Tá bom?

E³: Ai...

E²: Olha bem, a senhora vai na farmácia agora, entendeu?

E³: Hein?

E²: Demora muito a senhora ir na farmácia?

E³: Não.

E²: Não? Então a senhora vai lá e vai comprar, entendeu? Cartão, entendeu? A senhora tá escutando?

E³: Sim.

E²: O que eu tô falando com a senhora? ((pausa)) Ó, cartão da Oi pra gente entrar em comunicação com os amigos aqui dizendo que nós pegamos a pessoa errada. Que a família não...

E³: Cartão? Cartão o quê?

E²: (ininteligível) que a gente ainda vai conversar, entendeu? Pra nós conver- cartão de telefone, a senhora tá escutando?

((vozes ao fundo: recarga da Oi))

E²: Isso, cem reais de cartão da Oi.

E³: De quê?

E²: Cinquenta reais de cartão da Oi,

E³: É.

E²: Cinquenta real de cartão da Tim. A senhora tá me escutando?

E³: Ahã.

E²: E o quê que nós vamos fazer com esse cartão? Entrar em comunicação com uns amigos nossos, entendeu? Que tá, a senhora, (sua filha) tá perto da casa da senhora já! Olha bem, dá, dá uma água pra Fernanda lá. Dá água pra Fernanda lá. Dá água ela lá que a mãe dela tá, ((vozes ao fundo)) tá colaborando. Então.

E³: Ai meu Deus!

E²: Olha bem, olha bem. Deixa eu falar pra senhora. A senhora não vai demorar, hein?

E³: Não.

E²: Não comunica nada com ninguém. Se você, terceiro ou segundo ou sequer o aparelho que eu não sei se é dela ou de quem que é que tá com ela aqui. Se tocar, entendeu? E alguém falar, entendeu? Sobre alguma coisa, eu MATO ela, a senhora tá me ouvindo?

E³: Ô pelo amor de Deus não faz isso, você tem família, você tá ((iningeligível)).

E²: Então a senhora. Olha bem, então a senhora faz tudo certinho. Vai agora na farmácia. A senhora. Não demora, não vá muito longe, hein?

6. A filha assaltada (duração: 04:42 m)

E¹ = sequestrador

E² = vítima

E³ = sequestrador 2

((sons de ligação a cobrar))

Mensagem automática: Após o sinal, diga o seu nome e a cidade de onde está falando.

((sinal da operadora))

E¹: ((voz de homem chorando)) Alô. ((pausa)) Mãe, fala comigo, mãe, por favor!

E²: Heim?

E¹: Sou eu, mãe!

E²: Quem, Reni?

E¹: É!

E²: Onde cê tá?

E¹: Me pegaram aqui. Dois caras de carro.

E²: Pegaram o quê, minha filha?

E¹: Dois caras de carro me pegaram.

E²: E onde cê tá?

E¹: Fala com o moço aqui, por favor!

E²: Tá onde?

E¹: Eu não conheço esse lugar.

E²: E onde você tá, meu amor?

E¹: Fala com o moço aqui, por favor.

E²: Peraí.

((pausa))

E³: Alô.

E²: Alô, senhor.

E³: Olha só. A senhora é a mãe dela, né?

E²: ((voz de choro)) Sou.

E³: Olha só, a senhora fica calma, ela foi vítima de um assalto. Foi trago aqui pro interior de uma favela. Tô. Ela mesmo pediu implorando pela própria vida que fizesse essa ligação pra senhora alegando que a senhora seria a mãe dela e estaria capacitada pra resolver essa situação e a gente soltar ela com vida daqui. Correto?

E²: Sei, senhor (por favor).

E³: A senhora tá disposta a resolver pra ela sair daqui com vida ou a gente vai ter que tirar a vida da sua filha?

E²: Não, meu filho, pelo amor de deus (não faz isso pra mim), tudo o que eu puder fazer.

E³: Então ouve o que... a senhora vai responder todas as perguntas que eu fizer pra senhora. Somente a verdade, pra nós não ter que fazer nenhum mal pra ela. Correto?

E²: Por favor.

E³: A nossa intenção não é essa, a senhora já percebeu, portanto que estamos ligando pra senhora. Correto?

E²: Certo.

E³: Olha só. A senhora tá com quantas pessoas aí com a senhora?

((pausa))

E³: Então ouve o que eu vou te falar. Espero que a senhora esteja falando a verdade pra mim não ter que fazer mal à tua filha. Entendeu?

E²: Sim, senhor.

E³: Não, olha só, nós tamo querendo uma quantia em dinheiro pra tá libertando a filha da senhora aqui desse cativoiro. A senhora tá disposta a pagar? Nós tamo querendo trinta mil reais, correto? Quanto que a senhora tem que pode chegar pelo menos uma, uma, uma parte desse, desse preço?

E²: Eu não...

E³: NÃO, A SENHORA NÃO VAI SAIR DA LINHA NÃO! Se a senhora sair do telefone a senhora vai sair do telefone pra quê?

E²: (ininteligível)

E³: Não, não vem falar que a senhora arruma não que nós tá querendo AGORA! Aí com a senhora que a senhora tem que pode arrumar pra gente.

**ANEXO II - TRANSCRIÇÕES DAS GRAVAÇÕES REFERENTES AOS
GOLPES DO FALSO SEQUESTRO (GFS)
(Duração total das gravações: 35 m e 36 s)**

Símbolos utilizados nas transcrições:

((texto)): comentários do transcritor

(ininteligível): ininteligível

CAIXA ALTA: elevação da intensidade na produção sonora

-: enunciação interrompida

(texto): incerteza quanto ao enunciado

((número)): duração de tempo transcorrido

...: contiguidade dos turnos

1. Recarga Premiada Oi (7: 20 m)

E¹ = Criminoso

E² = Vítima

E³ = Criminoso 2

E²: É noventa e oito setecentos e setenta e cinco.

E¹: Aguarde um momento na linha enquanto verificamos no sistema, tá bom?

E²: Tá bom.

((3:00))

E¹: Tá ok, qual foi o valor da sua última recarga, campeão?

E²: A minha recarga, ela é de vinte nove e noventa por mês, no cartão de crédito.

E¹: Tá ok. Vinte e nove e noventa por mês no cartão de crédito. É isso?

E²: Isso.

E¹: Ok. Oi controle, num é isso?

E²: Isso!

E¹: Ok, meus parabéns campeão, comemora, faz a festa...

E²: Cê é bobo!

E¹:...a Oi tá entrando em contato agora. Desliga a ligação...

E²: Hã?

E¹: ... que a Oi vai tá entrando em contato com o senhor agora, tá bom?

E²: Oi?

E¹: O senhor desliga a ligação que a Oi vai tá entrando em contato com o senhor, tá certo?

E²: Eu ganhei o quê?

E¹: CEM MIL REAIS, campeão...

E²: CEM MIL CONTO?

E¹: (ininteligível) de uma vez, tá bom?

E²: Tá bom.

E¹: A Oi vai tá entrando com o senhor agora então, tá certo?

E²: Eu vou esperar, então.

E¹: Ok, boa sorte.

E²: Alô!

E¹: Oi, alô, boa tarde!

E²: Boa tarde.

E¹: Boa tarde, campeão, meus parabéns, foi confirmado com sucesso, ganhador de cem mil reais. Providencia papel e caneta em mão pro senhor anotar meu nome completo...

E²: Espera um pouquinho, espera um pouquinho.

E¹: ...da central de atendimento e como o senhor vai tá liberando o seu valor de CEM MIL REAIS! Comemora, meus parabéns, ok?

E²: Cê tá brincando comigo não, moço?

E¹: Jamais eu vou estar com esse tipo de brincadeira, trote, pegadinha.

E²: É moço, papel e caneta na mão.

E¹: Ok? A operadora Oi (ininteligível) idônea, senhor. Jamais o senhor vai tá...

E²: Pó falar, pó falar.

E¹: Tá bem?

E²: Pó falar!

E¹: Ok. O senhor anota meu nome, por gentileza.

E²: Qual seu nome?

E¹: Amilton Melo Barreto.

E²: Quê?

E¹: Amilton, Amilton Melo Barreto.

E²: Amilton Melo Barreto.

E¹: Amilton, Amilton Melo Barreto.

E²: Amilton Melo Barreto.

E¹: Gerente geral,

E²: Gerente geral,

E¹: do setor oito.

E²: do setor oito.

E¹: Promoções da Rede Globo.

E²: Promoções da Rede Globo.

E¹: Conta fixa da Oi.

E²: Mais o quê?

E¹: Ok, campeão? A Oi fixo. Ok, campeão, meus parabéns. O senhor por gentileza anote o protocolo.

E²: Protocolo.

E¹: Catorze vinte e dois.

E²: Catorze vinte dois.

E¹: Dezesseis trinta e oito.

E²: Dezesseis trinta e oito.

E¹: Barra dois mil e doze.

E²: Barra dois mil e doze.

E¹: Ok, meus parabéns. É, por gentileza, campeão, a Oi fix-, a Oi não trabalha com nenhum tipo de documentos pessoais do cliente fiador por motivo de segurança.

E²: Certo.

E¹: Nós trabalhamos por meio de (nossos) patrocínios que é o Banco do Brasil, Caixa Econômica, banco do Bradesco e banco Itaú.

E²: Certo.

E¹: É cliente de alguma agência bancária dessa pra tá recebendo o valor de cem mil?

E²: Banco é... é... Bradesco.

E¹: Ah, cliente do banco do Bradesco há quanto tempo?

E²: Já tem ((pausa)) três anos.

E¹: Três anos. Leva quantos minutos até o caixa eletrônico do banco do Bradesco pra tá confirmando o valor de cem mil?

E²: Ah, eu demoro o quê? Uns, uns quinze minutos pra mim chegar aqui no, no Bradesco.

E¹: Meus parabéns, comemora, agradece primeiramente à Oi Fixo, senhor. Primeiramente a Deus!

E²: Nossa senhora, rapaz, que coisa!

E¹: Depois à Oi. E como o senhor vai pro caixa eletrônico agora, leva seu cartão e sua senha (ininteligível). Lembrando bem: não comenta com ninguém por medida de segurança, tá certo?

E²: Tá certo, eu não vou comentar com ninguém não!

E¹: Você não comente com ninguém, você sabe que o Brasil que vivemos hoje é um Brasil de pouca vergonha, não é isso, campeão?

E²: Nossa! É pouca vergonha demais nesse Brasil, meu fi.

E¹: Ok. Pois vá para o caixa eletrônico, quando chegar em frente ao caixa eletrônico você é... fala comigo, tá certo, campeão? Quando você...

E²: Cê vai ligar pra mim daqui de novo daqui uns quinze minutos?

E¹: (ininteligível) o senhor vai tá passando por um atendente de banco do Bradesco que vai tá liberando o valor de cem mil pra tua conta, tá certo?

E²: Tá, quê que eu tenho que fazer na hora que chegar lá?

E¹: (Senhor, é pra fazer) o manuseio eletrônico onde o senhor vai tá é... é... retirando o teu primeiro extrato. Você nunca passe nenhum tipo de documentos pessoais por telefone, por motivo de segurança. Aqui nós da opera- da Oi não trabalhamos com nenhum tipo de documentos pessoais dos clientes ganhadores. Tá certo?

E²: Tá certo.

E¹: Você vai para o caixa eletrônico, quando você estiver em frente do caixa eletrônico você manda falar com a gente. O senhor não desliga a ligação, a ligação é gratuita, tá bom, campeão?

E²: É, eu... eu tenho que ir com o telefone ligado?

E¹: Você bota o telefone no bolso, tá bom? Quando você tiver em frente ao caixa você volta a falar comigo e eu vou botar trânsito na tua ligação diretamente para o sistema do banco.

E²: Tem um posto de gasolina aqui quase em frente a minha casa aqui, é melhor, que tem um posto do Bradesco lá, eu vou nele. É mais rápido.

E¹: Pronto, pois vai lá, ok? Quando tiver em frente ao posto o senhor (ininteligível).

E²: Eu tô indo lá, espera um pouquinho, tá?

E¹: Tá ok.

E²: Espera um pouquinho. Desliga não, hein?

((10 minutos))

E²: Oi!

E¹: Alô, campeão.

E²: Oi?

E¹: Pronto, meus parabéns. Retirou o teu extrato?

E²: Espera um pouquinho que eu ainda tô tirando aqui.

E¹: Ok, quando tiver com o seu extrato você me fala.

E²: Pronto!

E¹: Me forneça a hora do seu extrato, por gentileza.

E²: Olhei o meu extrato.

E¹: Me informa a hora.

E²: Oi?

E¹: A hora do extrato, a hora.

E²: A hora? Tá dando aqui treze horas e cinquenta e quatro minutos.

E¹: Treze horas e cinquenta e quatro minutos? (2,0) ok, forneça por gentileza a data.

E²: Vinte e sete do doze de dois mil e doze.

E¹: (ininteligível), campeão. Ok, o valor da tua conta antes de cair o valor de ce- de cem mil.

E²: Tem cinco mil, seiscentos e cinquenta reais.

E¹: Cinco mil, seiscentos e cinquenta reais, é isso?

E²: Isso.

E¹: Ok, aguarde um momentinho por gentileza. Vou tá transferindo a sua ligação.

E²: Tá ((não houve mudança de linha)).

E³: Departamento promocional com Marcos Aurélio do... instrumento operacional da Oi. O senhor tá na frente do caixa?

E²: Eu tô na frente do caixa.

E³: Na frente do caixa. A sua conta é conta corrente, poupança, conta, é... somente (carga) decorrente da sua poupança.

E²: Conta corrente.

E³: Conta corrente. Então nesse momento, o senhor vai pra frente do caixa eletrônico, tá bom?

E²: Eu tô na frente dele.

E³: Vai pra frente do caixa, por favor.

E²: Eu já tô na frente dele.

E³: Pois insira o seu cartão e me diga todas as opções que aparecem, tá bom?

E²: Tem saque, transferência, é... esses trem tudo aqui, ó.

E³: Diga quais são as opções que aparecem, tá bom?

E²: Oi?

E³: Insira seu cartão no caixa, por favor.

E²: Coloquei.

E³: Pronto. Agora a opção, leia todas as opções pra mim, por favor.

E²: Tem aqui, ó. Saque, depósito, transferência.

E³: Transferência, coloca transferência.
E²: Transferência, pronto.
E³: Pronto. Continua, diga o que aparece.
E²: Valor.
E³: Não, não, você tá mentindo seu pau no cu.

2. Recarga Premiada Sorte na Mão (11: 51)

E¹ = Criminoso
E² = Vítima
E³ = Criminoso 2

E²: Alô.
E¹: Alô, boa noite. Com quem eu falo?
E²: É com o. Com o Rodrigo.
E¹: Não entendi ainda o seu nome, querido. O senhor fala com o Rafael Lazaroni, diretor promocional da Oi () na promoção Recarga Premiada, com quem eu falo?
E²: Ah, tá! Oi, é o Rodrigo. Eu liguei, tentei ligar um monte de vez e não consegui.
E¹: Rodrigo?
E²: Isso.
E¹: Boa noite, senhor Rodrigo.
E²: Boa noite, boa noite, amigo. Boa noite.
E¹: Muito bem. Meu querido amigo, o senhor quer me informar a senha que está abaixo da. Abaixo do torpedo o qual o senhor recebeu contém uma senha. A gente vai tá identificando a tua linha móvel através dessa senha.
E²: Tá, eu vou.
E¹: Tudo bem?
E²: Só um minutinho, senhor. Só um minutinho mesmo, hein?
E¹: Aguarde em linha que eu vou estar ligando pra nossa doutora, aguarde em linha enquanto ela está consultando, tudo bem?
E²: Tá, é um quatro meia nove meia meia.
E¹: Catorze meia nove meia meia.
E²: Exato! Exato!

E¹: Tudo bem, aguarde um minutinho pra mim tá perguntando agora a nossa doutora Cintia. Doutora Cintia, o número da senha dele

E²: Que legal!

E¹: é catorze, (meia nove meia meia ((vozes ao fundo))). Eu não entendi, senhor.

E²: É catorze meia nove meia meia.

E¹: Doutora Cintia é catorze meia nome meia meia, confirma?

E²: Nossa, que legal, cara!

E¹: Muito bem, meu querido. A partir desse exato momento, aonde que a nossa diretora está te informando agora através de um via fax que o senhor é o mais novo ganhador e contemplado da promoção Recarga Premiada com o valor apenas de setenta e cinco mil reais.

E²: Caramba, o que é isso?

E¹: Está con- está contente, homem de sorte?

E²: Ou, graças a Deus.

E¹: Foi pego de surpresa?

E²: De surpresa, pois veio em boa hora, hein? Caramba!

E¹: Muito bem.

E²: Nem tô acreditando. Nem tô acreditando!

E¹: Muito bem, meu querido, tudo bem. ok.

E²: Como é que eu faço pra receber o prêmio?

E¹: Pega papel e caneta em mãos primeiramente pra estar realizando um pequeno cadastro.

E²: Sim, sim, pode. Só um minutinho, só pegar a caneta aqui.

E¹: Pega aí que é várias informações que estarei lhe repassando, sim?

E²: Sim, senhor, pode falar.

E¹: Anota o meu nome: Rafael Lazarolli.

E²: Rafael lazarolli.

E¹: Isso.

E²: Hã?

E¹: Número de protocolo seu: quatro cinco vinte e dois.

E²: Calma aí, quatro cinco vinte e dois?

E¹: É quarenta e cinco vinte e dois, meia oito cinco três.

E²: Meia oito?

E¹: Cinco três.

E²: Cinco três. Hã?

E¹: Dois mil e treze.

E²: Dois mil e treze. Ok.

E¹: Muito bem. Senhor, neste exato momento é com tremenda satisfação que o Rafael Lazaronni comunica ao senhor que você é o mais novo realmente mesmo da promoção Recarga Premiada Sorte na Mão, aonde que o seu chip foi sorteado e contemplado através da última recarga utilizada em seu aparelho. E hoje, para o senhor estar recebendo o valor de setenta e cinco mil através dos bancos os quais estão credenciados à nossa operadora Oi.

E²: Ah, sim.

E¹: Que são: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal e Santo André HSBC. Qual banco que o senhor prefere (ininteligível).

E²: Meu banco é o Itaú.

E¹: O senhor é cliente do banco Itaú, é isso?

E²: Exatamente, exatamente.

E¹: Muito bem. Meu querido, em momento algum o senhor não tem permissões nem autorizações pra estar me repassando as suas documentações pessoais.

E²: Hum?

E¹: Que é contra a lei. No Brasil foi implantado uma lei, mil seiscentos e noventa e nove, porque nós telemarketing não podemos estar pedindo para nossos clientes nem documentações pessoais, nem (insistindo) nada, tudo bem?

E²: Uhum.

E¹: Tudo bem, senhor?

E²: Tudo bem, tudo bem.

E¹: Ok. E hoje, pro senhor estar recebendo o valor do débito automático realizado por transferência pra conta pro senhor, é preciso somente que a conta sua (esteja em dia) na agência bancária com o valor acima de um por cento sobre a sua premiação. Qual o saldo hoje que o senhor tem em conta pra gente estar informando à Receita Federal?

E²: Eu tenho duzentos e cinquenta mil.

E¹: Não entendi, senhor.

E²: Duzentos e cinquenta mil.

E¹: Qual o valor que o senhor tem em conta hoje?

E²: Duzentos e cinquenta mil.

E¹: Duzentos e cinquenta mil reais?

E²: Isso.

E¹: E quantos centavos?

E²: Ah, eu não não, não tenho ideia de centavos não. Vou ter que a- o senhor aguarda um minutinho que eu vou acessar aqui na internet aqui pra mim ver quanto que é, qual o valor de centavo. Mas é necessário isso ai o... o valor dos centavos?

E¹: Não entendi.

E²: É necessário?

E¹: O valor adequado pra você ter em conta é duzentos e cinquenta mil e quantos centavos?

E²: Ah, eu vou dar. Deixa, deixa eu acessar aqui pra mim dar uma olhada.

E¹: O senhor vai estar acessando, é isso?

E²: Aham, vou acessar aqui ((sons de teclado)).

((10 segundos))

E²: Duzentos e cinquenta mil, trezentos e vinte e nove e quarenta e sete centavos.

E¹: Não entendi.

E²: Duzentos e cinquenta mil, trezentos e vinte e nove e quarenta e sete centavos.

E¹: (ininteligível) duzentos e cinquenta mil e trezentos e sessenta que você me repassou?

E²: (ininteligível) mas isso é necessário?

E¹: É necessário sim, meu querido. Que é pra gente estar informando à Receita Federal qual o valor adequado de onde vai estar saindo (ininteligível).

E²: Não, mas o dinheiro não vai sair daí ((falas sobrepostas))?

E¹: ((falas sobrepostas)) pro senhor estar recebendo o valor da sua premiação com bastante rapidez e sucesso hoje ainda, tudo bem?

E²: Não, mas tudo bem. Mas vocês não vão dar o dinheiro? Por que vocês não informam à Receita do dinheiro que eu vou receber?

E¹: Muito bem, meu querido. O senhor está sendo informado do valor o qual vai estar recebendo, inicialmente com o valor o qual você tem em conta, pra não estar havendo medida de valor. Se o senhor quiser estar recebendo o valor de sua premiação vai estar vindo pra dar as verdadeiras informações, caso não- a premiação não é obrigatória, mas sim opcional. Se o senhor está desconfiando da nossa empresa e o que está divulgando...

E²: Não não, não é isso não. Imagina, né? Não é questão de desconfiança, é...

E¹: (ininteligível) boa sorte na próxima premiação, tudo bem?

E²: Não, não, só um minutinho.

E¹: Muito bem, qual o valor exato que o senhor tem em sua conta, senhor?

E²: Só um minutinho que vou acessar aqui que eu não tinha acessado não. Vou dar uma olhada.

E¹: O senhor informa o valor certo que o senhor tem em conta, tudo bem?

E²: Tá bom, vou olhar aqui, só um minutinho.

((sons de teclado)) ((8 segundos))

E²: Só acessar aqui.

((16 segundos))

E¹: Alô, senhor.

E²: Só um minutinho que eu tô acessando aqui o banco aqui.

E¹: Está acessando da sua residência, no seu notebook, é isso?

E²: É, no meu notebook. Só um minutinho. É que eu tô nervoso, cara.

E¹: Pronto, senhor?

E²: Só um minutinho só.

((10 segundos))

E¹: Alô, senhor.

E²: Olha, duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte quatro e sessenta e cinco centavos.

E¹: Repita novamente.

E²: Duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte quatro e sessenta e cinco centavos.

E¹: Duzentos e cinquenta mil...

E²: Duzentos e cinquenta e cinco.

E¹: Duzentos e cinquenta e cinco mil.

E²: Trezentos e vinte e quatro.

E¹: Trezentos e vinte e quatro.

E²: E sessenta e cinco centavos.

E¹: Sessenta e cinco centavos, é isso?

E²: Isso.

E¹: Pois muito bem, nesse exato momento é onde eu vou estar, vamos estar entregando a premiação logo após estar informando à Receita Federal, que o senhor vai ter o valor adequado de duzentos e cinquenta e cinco mil... tudo bem?

E³: Ou então cê entrega sua premiação pra cima.

E¹: Muito bem. (ininteligível) neste exato momento me informa em quantas horas e em quantos minutos o senhor pode estar chegando na agência bancária a qual o senhor é cliente, no caixa eletrônico, enquanto o senhor vai estar recebendo no débito automático realizada a transferência para a tua conta de setenta e cinco mil reais.

E²: Não, vocês podem transferir daí que eu já, eu já recebo aqui no meu ipad, eu não preciso ir não.

E¹: Meu querido, de momento algum nós não trabalhamos com nenhum tipo de dados pessoais. Se o senhor quiser estar recebendo o valor da premiação de setenta e cinco mil, vai saindo mesmo agora para a agência bancária a qual o senhor é cliente. Caso não-

E²: (Entendi) mas o banco tá de greve. O banco tá de greve.

E¹: Meu querido, o banco tá de greve, mas os caixas eletrônicos não tá de greve.

E²: Ah, é, vai ficar pelo caixa eletrônico? Mas o que eu faço pelo caixa eletrônico eu faço aqui pelo meu banco. Eu...

E¹: Pro senhor estar recebendo a confirmação através do nosso gerente do banco o qual a promocional está a empresa pra tá entregando as premiações. Tudo bem, senhor? Não é só um ganhador. Durante o dia são várias pessoas que vêm ganhando na nossa operadora Oi.

E²: (ininteligível)

E¹: É, valores, tudo bem, senhor? Aguarde na linha que a nossa diretora está entrando em contato agora com a nossa central.

((31 segundos))

E¹: Alô, meu querido, pronto, muito bem. Neste exato momento, é com prazer e satisfação que eu vou dizer para o senhor. O senhor pode estar recebendo hoje o valor da tua premiação neste exato momento (ininteligível) com segurança e cautela, da nossa operadora Oi. Está preparado para receber o valor do débito automático realizado de transferência para a sua conta, de setenta e cinco mil reais, senhor?

E²: Estou preparado, estou aguardando aqui.

E¹: Não entendi.

E²: Estou aguardando já.

E¹: Tudo bem. A quantas horas o senhor pode estar indo para a agência bancária a qual o senhor é cliente?

E²: Quinze minutos.

E¹: Não entendi.

E²: Quinze minutos.

E¹: Quinze minutos, é isso?

E²: Isso.

E¹: Muito bem. A partir de agora o senhor vai estar indo em qual transporte. De automóvel ou motocicleta ou a pé?

E²: De automóvel.

E¹: Vai ser de quê, senhor?

E²: De automóvel.

E¹: De automóvel, pois muito bem. Neste exato momento, permaneça na linha, vamos estar marcando uma (ininteligível) pro senhor. Dentro de quinze minutos o senhor vai estar entrando em contato novamente, tudo bem? Tudo bem, senhor?

E²: Tudo bem.

E¹: Boa sorte, fica com Deus e meus parabéns realmente mesmo, senhor.

E²: Obrigado.

E¹: Comemora com toda a família porque tu é o verdadeiramente o terceiro ganhador da promoção Recarga Premiada, tudo bem?

E²: ((Silêncio))

E¹: Tudo bem, senhor?

E²: ((Silêncio))

E¹: Boa sorte, estaremos aguardando o seu retorno e fica com Deus, homem de sorte! Não comenta, não divulga a senha que está no seu torpedão pra ninguém. Por que você não pode estar informando a sua senha? É uma senha única, atualmente, para o terceiro ganhador e contemplado da promoção. Fica com Deus, que Deus abençoe o seu percurso até a agência bancária e vai com Deus.

E²: Amém, amém.

3. Promoção Magazine Luíza Domingão do Faustão (16: 15)

E¹ = Criminoso

E² = Vítima

E³ = Criminoso 2

E¹: Central de atendimento da Rede Globo. Sou Miguel Cordeiro Filho. Alô, bom dia.

E²: É, bom dia, é porque eu recebi uma mensagem aqui que eu ganhei uma casa mais vinte mil. É da recarga que eu fiz ontem?

E¹: Olha, veja bem. a promoção, ela prossegue, certo? Está sendo divulgada em rede nacional todos os domingos no programa Domingão do Faustão pelo nosso querido e espetacular apresentador Fausto Silva. Aonde eu vou estar verificando para o senhor, eu me chamo Miguel Cordeiro Filho, eu sou um atendente de telecomunicações, gerente geral de liberação de premiação de valores representando diretamente aqui do estúdio do Rio de Janeiro.

E²: Certo.

E¹: O grupo Projac, atividade cenográfica da emissora Rede Globo. O senhor me informa o último valor da recarga. Qual foi o valor?

E²: Eu recarreguei trinta reais.

E¹: Ontem?

E²: Ontem.

((3 segundos))

E¹: Certo, corretamente. Seu nome completo?

E²: É Carlos augusto da Silva.

E¹: Carlos augusto da Silva, falando diretamente do estado de Minas Gerais.

E²: Isso.

E¹: Confirmado?

E²: Isso.

E¹: Seu Carlos Augusto, qual é, nesse exato momento qual é o número da sua senha, por gentileza?

E²: É cento e noventa e nove, novecentos e oitenta e oito.

E¹: Um nove nove nove oito oito, não é isso?

E²: Isso.

E¹: Campeão, quero estar te parabenizando, certo? Tá constado no sistema, o senhor foi o ganhador da promoção Magazine Luíza Domingão do Faustão, dois mil e catorze. Recarregou e ganhou por lei nova de regras federais na mega espetacular premia-promoção. Ganhador da linda casa própria avaliada a cem mil reais, mais vinte mil reais para o (grupo) Rede Globo. Que Deus (te abençoe) querido. Te parabenizo, certo?

E²: Obrigado.

E¹: Neste exato momento é momento mágico é mudança de vida, é a Rede Globo realizando mais um sonho de mais um cidadão brasileiro. O coração e a emoção no momento tá assim ou tá a mil, o coração?

E²: Ah, com certeza, né? Ganhar uma casa, né?

E¹: O coração tá a mil, não tá, querido?

E²: A mil.

E¹: Corretamente. Nesse exato momento, meu prezado cliente. No (ininteligível) onde eu trabalho é procedimento. Se for cliente da Caixa Econômica Federal, banco do Brasil, Itaú, Bradesco recebe agora de imediato vinte mil reais. Já é cliente? Se for...

E²: Não.

E¹: ... pule de felicida-

E²: Só, só do Itaú.

E¹: O senhor é cliente há quanto tempo do tradicional cinco estrelas banco Itaú?

E²: Como que é?

E¹: Você é cliente há quanto tempo do tradicional cinco estrelas banco Itaú? Quantos anos você é cliente?

E²: Ah, mais ou menos uns vinte minutos.

E¹: Não, você é cliente há quantos anos, do Itaú?

E²: Ah, não, eu tô em, sete anos que eu sou cliente lá.

E¹: É conta poupança ou conta corrente?

E²: Conta corrente.

E¹: Certo. Deve ao Itaú, crédito pelo banco ou tá positiva a conta?

E²: Não, tá positiva.

E¹: Saldo atual em conta hoje, disponível.

E²: Treze mil e pouco.

E¹: Quanto?

E²: Treze mil e pouquinho.

E¹: Tá, tudo bem, é um pequeno valor, não é isso? E²: Oi?

E¹: Um pequeno valor em conta, tá bom?

E²: Isso.

E¹: Olha, veja bem. o senhor, por gentileza, pega um papelzinho, pega uma caneta em mãos agora de imediato pra tomar ciência do meu nome completo. De imediato, papel e caneta.

E²: Péra aí. Pega papel e caneta pra mim aí, pega papel e caneta.

E¹: Cê tá com quem aí, querido?

E²: Oi?

E¹: Campeão?

E²: Oi.

E¹: Cê tá com quem, querido? Cê tá com quem?

E²: Eu tô com a minha esposa aqui.

E¹: Ah, tudo bem, olha. Evita de comentários com segundos e com terceiros. A empresa, nós estamos responsáveis pelo senhor, o senhor não pode correr nenhum tipo de risco, até mesmo nesse exato momento por motivos de sequestro ou assalto ou coisa parecida. Então evita de comentários, ouviu?

E²: Não, é só minha esposa que tá aqui. Já tá aqui o papel e a caneta.

E¹: Tudo bem. anota meu nomezinho completo. Você está na sua residência ou no seu local de trabalho?

E²: Eu tô em casa agora.

E¹: Anota meu nome completo: Miguel Cordeiro Filho.

E²: Miguel Cordeiro Filho.

E¹: Cordeiro Filho. Isso.

E²: Hã?

E¹: Setor que me encontro, anota: setor oito.

E²: Como que é?

E¹: Setor que me encontro, setor oito.

E²: Setor oito.

E¹: De promoções.

E²: De promoções.

E¹: Da Rede Globo.

E²: Da Rede Globo.

E¹: Isso.

E²: Certo.

E¹: Correto. Protocolo oficial de atendimento, atentamente anote aí por gentileza.

E²: Hum?

E¹: Protocolo dois mil e catorze.

E²: Dois mil e catorze.

E¹: Dezessete trinta e quatro.

E²: Hã?

E¹: Colocou dezessete trinta e quatro?

E²: Dezessete trinta e quatro.

E¹: Cinquenta e oito noventa e cinco.

E²: Certo.

E¹: Noventa e nove dezenove ao final, ok?

E²: Certo.

E¹: Esse é o protocolo oficial de atendimento, agora anote o numeral do meu crachá.

E²: Hã?

E¹: Oito oito vinte e nove.

E²: Oito oito vinte e nove.

E¹: Barra zero zero.

E²: Barra zero zero. Certo.

E¹: Corretamente. Quero estar te informando, nesse exato momento, essa ligação, por motivos de segurança, ela é gravada e rastreada pela Polícia Federal. O Procon, (Decon)

e Anatel (ininteligível) juntamente com vinte e cinco gerentes gerais de maior classe exemplar, estudo fundamental, todos capacitados e conectados em (sistema) computadorizado de viva voz acionado (onde estão gravando) essa conversação por medidas de segurança. Aonde o nosso trabalho é um trabalho sério, um trabalho digno e honrado de caráter de responsabilidade e muita cidadania. Agora veja bem, será ouvido pela auditoria da Globo, em gravação, fala todas as anotações e notas justificativas que te informei para o senhor anotou. Gravando.

E²: Ah, tá. É, Miguel Cordeiro Filho, setor oito de promoções da Rede Globo, o protocolo dois mil e catorze dezessete trinta e quatro cinco oito nove cinco nove nove dezenove, e o crachá oito oito vinte e nove barra zero zero.

E¹: Bastante inteligente, tá bom? Bastante inteligente, o senhor. Nesse exato momento o senhor vai ter a sua opção desejada. O senhor opita pela chave da casa imobiliada em qualquer lugar desejado do Brasil ou opita pelo valor da- do imóvel que é o valor de cem mil reais?

E²: Ah, eu quero, é melhor o dinheiro, né? Casa eu já tenho.

E¹: Correto. Ah, já tem a sua casa própria, não é isso?

E²: É.

E¹: Corretamente. Olha, campeão, nesse exato momento o senhor vai ter a sua opção desejada, por direito, tá bom? É o novo ganhador do estado de Minas Gerais, agora de dois mil e catorze, aonde foram selecionadas cinquenta mil linhas móveis em todos os estados do Brasil. O senhor vai optar estar passando no programa Domingão do Faustão, sendo entrevistado e gravado pelo nosso tele- espetacular apresentar Fausto Silva ou prefere manter no anonimato, sigilo totalmente por medida de sua própria segurança e da sua própria timidez?

E²: Não eu, eu não quero aparecer não. Eu tenho vergonha.

E¹: Certo. O senhor é tímido, é isso?

E²: É.

E¹: Ah, tudo bem. A partir desse momento, certo? Não vai ter divulgações, certo? Queremos que você não saia comentando, não saia divulgando com segundos ou com terceiros. A sua premiação está aquisitiva em cento e vinte mil reais, vai estar recebendo agora de imediato pelo banco do Itaú, aonde você não tem que dar satisfação a gerente nenhum, o gerente geral responsável por essa liberação sou eu, Miguel Cordeiro Filho. Estou à frente do trabalho, certo? Sou o gerente geral capacitado à frente desse trabalho para fazer a liberação de cento e vinte mil reais. Onde vai ser feito uma simulação eletrônica de transferência, sendo creditado, automaticamente online, agora, a

transferência de valores pelo meu setor do banco central de Brasília de cento e vinte mil reais. Quantos minutos você leva até o caixa eletrônico do Banco Itaú agora, comigo em linha, de vinte e duas horas?

E²: Eu, vinte minutos?

E¹: Vai de automóvel, vai de motocicleta, vai de coletivo, como vai?

E²: Eu vou de carro.

E¹: Certo. A partir desse momento, nós estamos em linha gravando todo o seu percurso, conectados neste ponto da Anatel, vai colocar o aparelho do teu lado, no banco, certo? A ligação é erradicada no setor de espera quando você chegar você fala: doutor Miguel Cordeiro Filho, já estou aqui de frente do caixa, tá bom?

E²: Tudo bem, tudo bem, estou indo lá.

E¹: Posso marcar seu tempo já?

E²: Pode.

E¹: Agora?

E²: Pode.

E¹: Pode entrar no automóvel, quando você estar no seu automóvel você me informa que já está iniciando a partida. Ponha o cinto de segurança, e vá com total responsabilidade, ok?

E²: Tudo bem.

E¹: Boa sorte, já pode ir então.

E²: Doutora Cíntia, o ganhador do estado de Minas Gerais já está indo para o caixa eletrônico, certo? Nós estamos em linha, gravando tudo o que vai ser feito pelo ganhador, vai estar sendo feita agora a creditação da notificação de cento e vinte mil reais agora pelo meu setor.

((Corte na ligação))

E¹: Alô, senhor.

E²: Alô. É porque eu tava na ligação, a ligação tá caindo!

E¹: A ligação tá caindo?

E²: É eu tava, eu tava com o Miguel Cordeiro Filho na linha.

E¹: Por gentileza, cê tá falando com ele mesmo. Cê já chegou no caixa?

E²: Ainda não, tô a caminho.

E¹: Oi?

E²: Eu estou a caminho ainda.

E¹: O senhor está indo a pé ou está indo de automóvel?

E²: Eu tô de carro.

E¹: Pois dá duas buzinas pra gente gravar o (seu destino), tá bom?

((Sons de buzina))

E¹: Meus parabéns, correto. Neste exato momento já pode iniciar a partida. Quando você chegar, se a ligaçãozinha cair é só você retornar, tá bom? Pode ir.

E²: Se cair eu posso retornar?

E¹: Pode retornar de imediato.

E²: Tá, tá.

E¹: Veja bem, siga atentamente a todas as minhas instruções, tá bom? Evita de comentários com, é, com qualquer tipo de pessoa. Eu sou o responsável pela sua liberação, tá bom? Sou o gerente geral, ok?

E²: Tudo bem.

E¹: Então pode continuar o caminho, boa sorte. Tá a caminho ((parece proferir o último enunciado para um terceiro)).

((Sons de chamada de telefone))

E¹: Central de atendimento da Globo, alô?

E²: Alô, eu queria falar com o Miguel Cordeiro Filho.

E¹: Chegou no caixa?

E²: Sim, é você?

E¹: ((pausa)) Isso mesmo, já chegou?

E²: Já estou em frente.

E¹: Cê tira primeiramente o seu extrato atual com a data de hoje, tá bom?

E²: O extrato?

E¹: Tira o seu extrato com a data de hoje. Vou analisar o seu extrato agora bancário e fazer a análise e a configuração vai ser feita agora com o lançamento de cento e vinte mil na conta corrente do Itaú, tá bom?

E²: Tudo bem.

E¹: Tira seu extrato.

((Sons de caixa eletrônico))

E²: Pronto.

E¹: Tirou o extrato, querido?

E²: Sim.

E¹: Me informa a hora do extrato bancário.

E²: Dez horas, quatro minutos e cinquenta e quatro segundos.

E¹: Exatamente. Agora me informa saldo atual em conta disponível incluindo reais e centavos.

E²: Doze mil, novecentos e noventa quatro e trinta e um.

E¹: Doze mil, novecentos e trinta e quatro.

E²: Não, noventa e quatro e trinta e um.

E¹: E trinta e um, não é isso?

E²: É.

E¹: Certo. O senhor vai estar agora no débito tomando (audiência, de quanto havia) orientações cabíveis para o senhor. Não pode errar nenhuma opção, que eu te informar. As opções que eu te informar, atentamente você vai estar clicando, certo? Vai imprimir o comprovante federal. Do banco central de Brasília com o nome da gerência por completo. Certo? O valor creditado em conta e aquisitivo vai ser lançado para a sua conta, de cento e vinte mil reais. Você me aguarde só um momentinho, se quiser fique aí atentamente, tá bom? Dois minutinhos, para que eu possa, certo? Fazer aqui a, a liberação, certo? para a página de identificação de lançamento, tá bom?

E²: Tudo bem ((tom de tédio, cansaço)).

E¹: Só um momentinho. O senhor já sabe, é... qual vai ser o investimento que vai estar fazendo com esse valor total de cento e vinte mil reais?

E²: É, eu não sei ainda o que vou fazer não.

E¹: Não, qual vai ser o investimento que você vai fazer com esse valor total?

E²: Ah, vou deixar guardado no banco, na poupança, né?

E¹: Vai deixar apenas guardado, vai, vai ter uma, uma ((1,0)) uma fundação de vida pro senhor, não é isso?

E²: Isso.

E¹: Uma mudança que o senhor vai estar fazendo, não é isso?

E²: Exatamente.

E¹: É, corretamente. Passe o seu cartão, certo? Abra a página, abra a página do menu, ok?

E²: Certo.

E¹: Aí o senhor vai em mais opções.

E²: Péra aí.

E¹: Por gentileza.

E²: Mais opções?

E¹: Isso, mais opções.

E²: Pronto. Quê que eu tenho que fazer agora?

E¹: Transferência, vai em transferência. Vai receber a transferência, confirma.

E²: Entre contas do Itaú.

E¹: Entre contas do Itaú, correto. Confirma?

E²: Pronto.

E¹: (ininteligível) que aparece.

E²: Pediu agência.

E¹: Digite suas letras.

E²: Como que é?

E¹: Pediu pra digitar suas letras?

E²: Não, tá pedindo o número da agência.

E¹: Ah, a agência do banco central que vai estar te beneficiando. Aí você com- digita e confirma comigo, ok?

E²: Certo.

E¹: Coloca: quarenta e quatro quatro dois.

E²: Certo.

E¹: Confirma.

E²: Pediu conta.

E¹: Conta, coloca onze cinquenta e cinco, onze cinquenta e cinco.

E²: Certo.

E¹: Oito, dígito dois.

E²: Certo. É, valor da transferência.

E¹: De crédito, confirma.

E²: É, a conta onze...

E¹: É, o valor é com o valor da sua liberação, cento e vinte mil reais. Coloca: catorze nove nove oito oito. Catorze.

E²: Hum?

E¹: Noventa e nove.

E²: Hum?

E¹: Oito oito. Confirma.

E²: Catorze, nove nove, oito oito

E¹: Isso, confirma.

E²: Certo.

E¹: Repete.

E²: Transferir hoje ou agendar?

E¹: Transferir agora, transferir agora, transferir hoje. Confirma? Confirmou? Confirmou a operação, senhor? ((tom eufórico))

E²: Tá, tá processando, tá processando.

E¹: Processando, confirma, SIM, pra imprimir. Confirma.

E²: Num,num, num saiu o negócio pra imprimir ainda não, tá processando.

E¹: Ah, tá processando. Aguarda...

E²: Tá, tá muito lenta, sabe? Nesse banco tudo fica lento esse trem aqui na cidade.

E¹: É, fica lento, é normalmente mesmo. Confirma pra imprimir. Quando tiver comprovante em mãos você informa.

E²: Tá.

E¹: O quê pede agora?

E²: Tá indo. É pra Paulo Henrique de A. Moreira?

E¹: Isso, isso, confirma a operação. Confirma! Confirma! Confirmou? ((eufórico))

E²: Confirmado.

E¹: Confirma, confirma. Já tá? Quando tiver em mãos me informa. Tá pronto?

E²: Tá saindo.

E¹: Tá em mãos?

E²: Tá em mãos.

E¹: Meus parab- me informa a hora que tem nesse comprovante, a hora.

E²: Tá, dez horas, dez minutos e trinta e quatro segundos.

E¹: Só um momentinho, só um momentinho, por gentileza. Olha, eu vou estar transferindo a sua ligação para a auditoria geral fiscal aonde eles vai pegar a análise do comprovante. Só um momentinho.

E³: Alô, bom dia.

E²: Bom dia.

E³: Bom dia. O senhor está falando com o diretor geral, certo?

E²: Certo.

E³: É, gerente do banco central do Brasil, o BC, o banco (ininteligível) do Brasil e o qual vou fazer toda a confirmação de sua própria premiação. Eu me chamo Rodrigo Vieira de Carvalho, certo?

E²: Certo.

E³: Com quem eu estou falando, por gentileza?

E²: Fala com o Carlos Henrique.

E³: Carlos Henrique. Meu querido, olha o senhor está representando o estado de Minas Gerais, não é isso?

E²: Isso.

E³: Senhor Carlos Henrique, a partir deste momento o senhor vai estar pegando esse comprovante em mãos e repassando todas as codificações para que nós possamos localizar e identificar a sua agência e a sua conta. Tudo bem? Pegue o comprovante.

E²: Qual que é seu nome?

E³: Rodrigo Vieira de Carvalho.

E²: Ah, tá. Aí cês achou que eu ia cair nessa, né Rodrigo? ((risos))

E³: Certo, tudo bem.

E²: Cês achou que eu ia cair nessa!

ANEXO III - ARGUMENTOS CONCERNENTES AO LOGOS

(Baseados na nomenclatura de Perelman e Tyteca, 2005)

Técnica Argumentativa	Argumentos (Quase-lógicos)	Sujeito (Protagonista)	Texto
A Regra da Justiça			
Argumento de reciprocidade	- Ô, pelo amor de Deus, não faz isso. Você tem família!	EUe – vítima	5 GFS ²²
Argumento de transitividade	- Olha bem, ó. Vou dar uma palavra pra senhora de homem, que eu também, eu tenho família. Entendeu?	EUe – sequestrador	5 GFS
A inclusão da parte no todo			
A divisão do todo em suas partes (enumeração, adição...)	-Fui fazer um assalto, houve pânico, correria, a polícia perseguiu a gente e esse rapaz teve, veio baleado na perna de raspão	EUe – sequestrador	4 GFS
	- EU NÃO TENHO, EU SOU APOSENTADA, EU TIVE CÂNCER, EU NÃO...	EUe – vítima	4 GFS
	- Recarregou e ganhou, por lei nova de regras federais, na mega espetacular premia- promoção. Ganhador da linda casa própria avaliada a cem mil reais, mais vinte mil reais.	EUe – representante da empresa	3 GRP
	- Nós trabalhamos por meio de (nossos) patrocínios que é o Banco do Brasil, Caixa Econômica, banco do Bradesco e Banco Itaú	EUe – representante da empresa	1 GRP
	- Aonde o nosso trabalho é um trabalho sério, um trabalho digno e honrado de caráter de responsabilidade e muita	EUe – telemarketing	3GRP

²² Número do texto referente aos Golpes do Falso Sequestro (GFS) ou Golpes da Recarga Premiada (GRP)

	cidadania. - O Procon (Decon) e Anatel () juntamente com vinte e cinco gerentes gerais de maior classe exemplar, estudo fundamental, todos capacitados e conectados em (sistema) computadorizado de viva voz acionado (onde estão gravando) essa conversação por medidas de segurança.	EUe - telemarketing	3GRP
Argumento pelo sacrifício	- Veja bem, você vai ter o seu filho com vida, mas se fizer o que eu vou mandar. Entendeu?	EUe – sequestrador	4 GFS
	- Não posso lhe dizer onde ele tá, certo? Você vai ter que negociar.	EUe – sequestrador	4 GFS
	- Olha bem, a senhora tá a fim de negociar ou não? A filha da senhora, pela vida da tua filha?	EUe – sequestrador	5 GFS
	- A senhora tá disposta a resolver pra ela sair daqui com vida ou a gente vai ter que tirar a vida da tua filha?	EUe – sequestrador	6 GFS
	- Não, olha só, nós tamo querendo uma quantia em dinheiro pra tá libertando a filha da senhora aqui desse cativeiro. A senhora tá disposta a pagar? Nós tamo querendo trinta mil reais, correto? Quanto a senhora tem que pode chegar pelo menos uma, uma, uma parte desse, desse preço?	EUe - sequestrador	6 GFS
Argumento de comparação	- Mas vai ter que negociar comigo! A vida dela vale mais do que o quê?	EUe – sequestrador	4 GFS
	- A vida dela não vale isso (30 mil), então?	EUe – sequestrador	4 GFS
	- O senhor opta pela chave da casa imobiliada em qualquer lugar desejado	EUe – representante	3 GRP

	do Brasil ou opta pelo valor da- do imóvel que é o valor de cem mil reais? - Ah, eu quero, é melhor o dinheiro, né?	da empresa EUe – vítima	3 GRP
Probabilidade	- A Fernanda se encontrava no lugar errado e na hora errada. (2x)	EUe – sequestrador	3 GFS
	- Pro senhor estar recebendo a confirmação através do nosso gerente do banco o qual a promocional está a empresa pra tá entregando as premiações. Tudo bem, senhor? Não é só um ganhador durante o dia, são várias pessoas que vêm ganhando na nossa operadora Oi.	EUe – representante da empresa	2 GRP
	- É o novo ganhador do estado de Minas Gerais, agora de dois mil e catorze, aonde foram selecionadas cinquenta mil linhas móveis em todos os estados do Brasil.	EUe – representante da empresa	3 GRP
O argumento pragmático	- Vou explicar pra senhora pra senhora também não vim a fica- passar mal.	EUe – sequestrador	1 GFS
	- Nós só queria uma pegada pra poder pegar o seu marido e jogar dentro dum cativeiro, tá me entendendo?	EUe – sequestrador	1 GFS
	- Sem chamar seu marido pra senhora não perder a vida da sua filha, tá entendendo?	EUe – sequestrador	2 GFS
	- Trouxemos ela aqui pro interior de uma favela e tamo ligando pra poder resolver e negociar pela vida dela de uma melhor maneira possível.	EUe – sequestrador	3 GFS
	- Peço que a senhora mantenha a calma, não fique nervosa, não envolva qualquer outro tipo de pessoa pra não ter que ter agravante na vida da sua filha,	EUe – sequestrador	3 GFS

	entendeu?		
	- Quanto a senhora tem. Entendeu? Pra gente liberar a Fernanda agora?	EUe – sequestrador	5 GFS
	- O que eu tô falando com a senhora? Ó, o cartão da Oi pra gente entrar em comunicação com os amigos dizendo que nós pegamos a pessoa errada.	EUe – sequestrador	5 GFS
	- a senhora vai responder todas as perguntas que eu fizer pra senhora. Somente a verdade, pra nós não ter que fazer nenhum mal pra ela.	EUe – sequestrador	6 GFS
	- Espero que a senhora esteja falando a verdade pra mim não ter que fazer mal à tua filha.	EUe – sequestrador	6 GFS
	- Providencia papel e caneta em mão pro senhor anotar meu nome completo, da central de atendimento e como o senhor vai tá liberando o seu valor de cem mil reais!	EUe – representante da empresa	1 GRP
	- É cliente de alguma agência bancária dessa pra tá recebendo o valor de cem mil?	EUe – representante da empresa	1 GRP
	- Leva quantos minutos até o caixa eletrônico do banco do Bradesco pra tá confirmando o valor de cem mil?	EUe – representante da empresa	1 GRP
	- O senhor vai tá passsando por um atendente do banco do Bradesco que vai tá liberando o valor de cem mil pra tua conta, tá certo?	EUe – representante da empresa	1 GRP
	- Meu querido amigo, o senhor quer me informar a senha que está abaixo da, abaixo do torpedo o qual o senhor recebeu contém uma senha. A gente tá identificando a tua linha móvel através	EUe – representante da empresa	2 GRP

	dessa senha. - Pega papel e caneta em mãos, primeiramente, pra estar realizando um pequeno cadastro. - é necessário sim, meu querido. Que é pra gente estar informando à Receita Federal qual o valor adequado de onde vai estar saindo (ininteligível) pro senhor estar recebendo o valor da sua premiação com bastante rapidez e sucesso hoje ainda. - tira o seu extrato com a data de hoje. Vou analisar o seu extrato, agora, bancário e fazer a análise e a configuração vai ser feita, agora, com o lançamento de cento e vinte mil na conta corrente do Itaú, tá bom? - Você me aguarde só um momentinho, se quiser, fique aí atentamente, tá bom? Dois minutinhos, para que eu possa, certo? fazer aqui a, a liberação, certo? para a página de identificação de lançamento, tá bom? - Senhor Carlos Henrique, a partir deste momento o senhor vai estar pegando esse comprovante em mãos e repassando todas as codificações para que nós possamos localizar e identificar a sua agência e sua conta. Tudo bem?	EUe – representante da empresa EUe – representante da empresa EUe – representante da empresa EUe – representante da empresa	2 GRP 2 GRP 3GRP 3GRP 3GRP
Técnica Argumentativa	Argumentos (baseados na estrutura do real)	Sujeito (protagonista)	Texto
Vínculo causal	- Nós tamo querendo negociar pela vida dele agora. Tá me entendendo? Ou então a gente vai tacar fogo nele vivo.	EUe - sequestrador	1 GFS

- Então, senhora, eu tô pedindo a ajuda da senhora porque a pessoa tá inconsciente.	EUe – tenente	2 GFS
- Se a senhora tentar chamar seu marido, ou tentar desligar o telefone, a gente vai tocar gasolina nela e tacar fogo na sua filha viva.	EUe – sequestrador	2 GFS
- Se a senhora tentar chamar seu marido, ou tentar desligar o telefone, a gente vai tacar gasolina nela e tacar fogo nela viva.	EUe – sequestrador	3 GFS
- Até porque ela mesmo pediu, implorando pela própria vida, que fizesse essa ligação pra senhora.	EUe – sequestrador	3 GFS
- Já mandei tirar ela daqui porque ela tava vendo muito armamento pesado.	EUe – sequestrador	3 GFS
- Se a senhora não querer negociar, eu vou desligar o telefone e vou matar a sua filha.	EUe – sequestrador	3 GFS
- Vai negociar ou vou ter que matar a sua filha?	EUe – sequestrador	3 GFS
- Eles me mandaram eu ligar, senão eu morreria.	EUe- sequestrado	4 GFS
-Fui fazer um assalto, houve pânico, correria, a polícia perseguiu a gente e esse rapaz teve, veio baleado na perna de raspão	EUe – sequestrador	4 GFS
- Se a senhora não fizer o que eu vou mandar, orientá-la...	EUe – sequestrador	4 GFS
- Eu sou doente. Eu sou aposentada pelo INSS!	EUe-vítima	4 GFS
- Então, veja bem, minha senhora. Então eu vou ter que matar ele aqui agora!	EUe – sequestrador	4GFS

	- Olha, se desligarem ou envolver qualquer outra pessoa, eu tacho fogo no corpo dele, tá?	EUe – sequestrador	4 GFS
	- Não, eu tenho que arrumar o dinheiro!	EUe – vítima	4 GFS
	- Ah, então ele morre.	EUe – sequestrador	
	- Calma que tem conversa.	EUe – sequestrador	5 GFS
	- Calma, a senhora fica tranquila, a senhora fica tranquila que eu vou passar pra senhora tudo que tá acontecendo.	EUe – sequestrador	5 GFS
	- Não bota ninguém, se o telefone dela tocar aqui. Entendeu?	EUe – sequestrador	5 GFS
	- Se a senhora começar com gritaria e não sei o que tem, não sei o que tem, eu vou desligar o telefone e vou matar a Fernanda.	EUe – sequestrador	5 GFS
	- A senhora não desliga, fica aí rapidinho, entendeu? Que eu já estou voltando pra conversar com a senhora.	EUe – sequestrador	5 GFS
	- Se a senhora passar a envolver segundas pessoas nessa linha pra falar comigo, entendeu? Ou a senhora comunicar alguém, a vida da Fernanda vai pro brejo.	EUe – sequestrador	5 GFS
	- Se você, terceiro ou segundo ou sequer o aparelho que eu não sei se é dela ou de quem que é que tá com ela aqui. Se tocar, entendeu? E alguém falar, entendeu? Sobre alguma coisa, eu MATO ela. A senhora tá me ouvindo?	EUe – sequestrador	5 GFS
	- A nossa intenção não é essa, a senhora já percebeu, portanto que estamos ligando pra senhora, correto?	EUe – sequestrador	6 GFS

	- o senhor desliga a ligação que a Oi vai tá entrando em contato com o senhor, tá certo?	EUe- telemarketing	1 GRP
	- Você nunca passe nenhum tipo de documentos pessoais por telefone, por motivo de segurança.	EUe- telemarketing	1 GRP
	- a Oi não trabalha com nenhum tipo de documentos pessoais do cliente fiador por motivo de segurança	EUe- telemarketing	1 GRP
	- Lembrando bem: não comenta com ninguém por medida de segurança, tá certo?	EUe- telemarketing	1 GRP
	- Aguarde em linha que eu vou estar ligando pra nossa doutora.	EUe- telemarketing	2 GRP
	- Aguarde um minutinho pra mim tá perguntando agora a nossa doutora Cintia.	EUe- telemarketing	2 GRP
	- E hoje, pro senhor estar recebendo o valor do débito automático realizado por transferência pra conta pro senhor, é preciso somente que a conta sua (esteja em dia) na agência bancária com o valor acima de um por cento sobre a sua premiação.	EUe- telemarketing	2 GRP
	- Se o senhor quiser estar recebendo o valor de sua premiação vai estar vindo pra dar as verdadeiras informações, caso não- a premiação não é obrigatória, mas sim opcional.	EUe- telemarketing	2 GRP
	- Pois muito bem, nesse exato momento é onde eu vou estar, vamos estar entregando a premiação logo após estar informando à Receita Federal, que o senhor vai ter o valor adequado de	EUe- telemarketing	2 GRP

	duzentos e cinquenta e cinco mil... tudo bem? - Se o senhor quiser estar recebendo o valor da premiação de setenta e cinco mil, vai saindo mesmo agora para a agência bancária a qual o senhor é cliente. - Por que você não pode estar informando a sua senha? É uma senha única atualmente para o terceiro ganhador e contemplado da promoção. - Recarregou e ganhou, por lei nova de regras federais, na mega espetacular premia- promoção. Ganhador da linda casa própria avaliada a cem mil reais, mais vinte mil reais. - Se for cliente da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, recebe agora, de imediato, vinte mil reais. - A empresa, nós estamos responsáveis pelo senhor. O senhor não pode correr nenhum tipo de risco, até mesmo nesse exato momento por motivos de sequestro ou assalto ou coisa parecida. Então evita de comentários, ouviu? - Quero estar te informando, nesse exato momento, essa ligação, por motivos de segurança, ela é gravada e rastreada pela Polícia Federal. - O Procon (Decon) e Anatel (ininteligível) juntamente com vinte e cinco gerentes gerais de maior classe exemplar, estudo fundamental, todos	EUe- telemarketing EUe- telemarketing EUe- telemarketing EUe- telemarketing EUe- telemarketing EUe- telemarketing EUe – telemarketing	2 GRP 2 GRP 3 GRP 3 GRP 3 GRP 3 GRP 3GRP
--	--	--	---

	capacitados e conectados em (sistema) computadorizado de viva voz acionado (onde estão gravando) essa conversação por medidas de segurança. - Ou prefere manter no anonimato, sigilo totalmente por medida de sua própria segurança e da sua própria timidez? - Onde vai ser feito uma simulação eletrônica de transferência, sendo creditado, automaticamente online, agora, a transferência de valores pelo meu setor do banco central de Brasília de cento e vinte mil reais - Tira o seu extrato com a data de hoje. Vou analisar o seu extrato agora bancário e fazer a análise e a configuração vai ser feita agora com o lançamento de cento e vinte mil na conta corrente do Itaú, tá bom? - Vai em transferência. Vai receber a transferência. - Olha, eu vou estar transferindo a sua ligação para a auditoria fiscal, aonde eles vão pegar a análise do comprovante.	EUe- telemarketing EUe- telemarketing EUe- telemarketing EUe- telemarketing EUe- telemarketing	3 GRP 3 GRP 3 GRP 3 GRP 3 GRP
Os fins e os meios			
O argumento do desperdício			
O argumento da direção			
A superação			
A pessoa e seus			

atos			
Interação entre ato e pessoa			
O argumento de autoridade	- A partir desse exato momento, aonde que a nossa diretora está te informando agora através de um via fax que o senhor é o mais novo ganhador e contemplado da promoção Recarga Premiada com o valor apenas de setenta e cinco mil reais. - No Brasil foi implantado uma lei, mil seiscentos e noventa e nove, porque nós telemarketing não podemos estar pedindo para nossos clientes nem documentações pessoais, nem (insistindo) nada, tudo bem? - Recarregou e ganhou, por lei nova de regras federais, na mega espetacular premia- promoção. Ganhador da linda casa própria avaliada a cem mil reais, mais vinte mil reais.	EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe - telemarketing	1 GRP 2 GRP 2 GRP
Técnica de ruptura e de refreamento opostos à interação ato pessoa	- Olha bem, ó. Vou dar uma palavra pra senhora de homem, que eu também eu tenho família, Entendeu? - Não parece!	EUe – sequestrador EUe - vítima	5 GFS
Argumento de hierarquia dupla aplicado às relações de sucessão e de coexistência			
Argumentos			

concernentes às diferenças de grau e de ordem			
Técnica Argumentativa	Argumentos (As ligações que fundamentam a estrutura do real)	Sujeito (Protagonista)	Texto
Argumentação pelo exemplo			
Ilustração			
O modelo e o antimodelo			
O ser perfeito como modelo			
Analogia			
Relações entre os termos de uma analogia			
A metáfora			

ANEXO IV - ARGUMENTOS CONCERNENTES AO *PATHOS*

(Baseados em Charaudeau, 2010 e Aristóteles, 2005)

Base emocional do argumento	Argumento	Sujeito (protagonista)	Texto
Temor	- O seu esposo, na verdade, acabou sendo pego pela minha quadrilha na qual nós tamo com ele agora dentro dum cativeiro. Tá me entendendo?	EUe – sequestrador	1 GFS
	- Pegamos seu marido aqui agora na Olavo Bilac, trouxe- jogamos ele dentro de um carro e agora botamos ele dentro de um cativeiro. Tá me entendendo?	EUe – sequestrador	1 GFS
	- Nós tamo querendo negociar pela vida dele agora. Tá me entendendo? Ou então a gente vai tacar fogo nele vivo. É isso que a senhora quer?	EUe – sequestrador	1 GFS
	- Sem chamar seu marido pra senhora não perder a vida da sua filha, ta entendendo?	EUe – sequestrador	2 GFS
	- A sua filha na verdade ela não foi acidentada, ela tá com a gente. A sua filha foi vítima de um sequestro. Tá me entendendo? (pausa) Se a senhora tentar chamar o seu marido, ou desligar o telefone, a gente vai tacar fogo na sua filha viva! É isso que a senhora quer?	EUe – sequestrador	2 GFS
	- Ela tá dentro de um cativeiro, amarrada e amordaçada e chorando muito. Ela deu o seu número e disse que a senhora taria disposta a ajudar. TÁ ME ENTENDENDO?	EUe – sequestrador	2 GFS
	- Se a senhora tentar chamar seu marido, ou tentar desligar o telefone, a gente vai tacar gasolina nela e tacar fogo nela viva.	EUe – sequestrador	2 GFS

	TÁ ME ENTENDENDO? - Ela foi vítima de um assalto. Trouxemos ela aqui pro interior de uma favela e tamo ligando pra poder resolver e negociar pela vida dela de uma melhor maneira possível. Até porque ela mesmo pediu implorando pela própria vida que fizesse essa ligação pra senhora. Correto? - Olha só, se a senhora não quiser negociar, eu vou desligar o telefone e vou matar a sua filha, PORRA! -Pode começar a tacar fogo na filha dela - Fui fazer um assalto, houve pânico, correria, a polícia perseguiu a gente e esse rapaz teve, veio baleado na perna de raspão, tá me entendendo, minha senhora? - Veja bem, você vai ter o seu filho com vida, mas se fizer o que eu vou mandar, entendeu? - Olha, se desligarem ou envolver qualquer outra pessoa ou taco fogo no corpo dele, tá? - Agora eu quero saber da senhora. A senhora tá tendo a oportunidade. Depois não vai chorar não, hein? -Se a senhora começar com gritaiada e não sei o que tem, não sei o que tem, eu vou desligar o telefone e vou matar a Fernanda. - Se a senhora passar e envolver segundas pessoas nessa linha pra falar comigo, entendeu? Ou a senhora comunicar alguém, a vida da Fernanda vai pro brejo. - Não comunica nada com ninguém. Se	EUe – sequestrador EUe – sequestrador EU3 - sequestrador EUe - sequestrador EUe – sequestrador EUe – sequestrador EUe - sequestrador EUe- sequestrador EUe – sequestrador EUe –	3 GFS 3 GFS 3GFS 4GFS 4 GFS 4 GFS 4 GFS 5GFS 5 GFS 5 GFS
--	---	---	--

	você, terceiro ou segundo ou sequer o aparelho que eu não sei se é dela ou de quem que é que tá com ela aqui. Se tocar, entendeu? E alguém falar, entendeu? Sobre alguma coisa, eu MATO ela, a senhora tá me ouvindo? - A senhora tá disposta a resolver pra ela sair daqui com vida ou a gente vai ter que tirar a vida da sua filha? - Espero que a senhora esteja falando a verdade pra mim não ter que fazer mal à tua filha. Entendeu? - Se o senhor quiser estar recebendo o valor de sua premiação, vai estar vindo pra dar as verdadeiras informações, caso não- a premiação não é obrigatória, mas sim opcional. Se o senhor está desconfiando da nossa empresa e o que está divulgando, boa sorte na próxima premiação, tudo bem? - Se o senhor quiser estar recebendo o valor da premiação de setenta e cinco mil, vai saindo mesmo agora para a agência bancária a qual o senhor é cliente. Caso não...	sequestrador EUe – sequestrador EUe – sequestrador EUe- telemarketing EUe- telemarketing	6 GFS 6 GFS 2 GRP 2 GRP
Calma	- Peço que a senhora mantenha a calma, não fique nervosa, não envolva qualquer outro tipo de pessoa pra não ter que ter agravante na vida da sua filha, entendeu? - Mantenha a tranquilidade que eu vou devolver ele com vida.	EUe – sequestrador EUe – sequestrador	3 GFS 4 GFS
Alegria	- ok, meus parabéns campeão, comemora, faz a festa, a Oi tá entrando em contato agora. - meus parabéns, comemora, agradece	EUe – telemarketing EUe –	1 GRP 1 GRP

	primeiramente à Oi Fixo, senhor. Primeiramente a Deus! Depois à Oi. - muito bem, meu querido. A partir desse exato momento, aonde que a nossa diretora está te informando agora através de um via fax que o senhor é o mais novo ganhador e contemplado da promoção Recarga Premiada com o valor apenas de setenta e cinco mil reais. - Está com- está contente, homem de sorte? - Muito bem. Senhor, neste exato momento é com tremenda satisfação que o Rafael Lazaroni comunica ao senhor que você é o mais novo realmente mesmo da promoção Recarga Premiada Sorte na Mão, aonde que o seu chip foi sorteado e contemplado através da última recarga utilizada em seu aparelho. - Neste exato momento, é com prazer e satisfação que eu vou dizer para o senhor. O senhor pode estar recebendo hoje o valor da tua premiação neste exato momento (ininteligível) com segurança e cautela, da nossa operadora Oi. Está preparado para receber o valor do débito automático realizado de transferência para a sua conta, de setenta e cinco mil reais, senhor? - Comemora com toda a família porque tu é o verdadeiramente o terceiro ganhador da promoção Recarga Premiada, tudo bem? - Boa sorte, estaremos aguardando o seu retorno e fica com Deus, homem de sorte! - Campeão, quero estar te parabenizando,	telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe - telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe -	2 GRP 2 GRP 2 GRP 2 GRP 2 GRP 2 GRP 3 GRP
--	--	---	--

	certo? Tá constado no sistema, o senhor foi o ganhador da promoção Magazine Luíza Domingão do Faustão, dois mil e catorze. Recarregou e ganhou por lei nova de regras federais na mega espetacular premia-promoção. Ganhador da linda casa própria avaliada a cem mil reais, mais vinte mil reais para o (grupo) Rede Globo. - Neste exato momento é momento mágico é mudança de vida, é a Rede Globo realizando mais um sonho de mais um cidadão brasileiro. O coração e a emoção no momento tá assim ou tá a mil, o coração? -Ah, com certeza, né? Ganhar uma casa, né? - O coração tá a mil, não tá, querido? - Já é cliente? Se for, pule de felicidade- - Doutora Cintia, o ganhador do estado de Minas Gerais já está indo para o caixa eletrônico, certo? Nós estamos em linha, gravando tudo o que vai ser feito pelo ganhador, vai estar sendo feita agora a creditação da notificação de cento e vinte mil reais agora pelo meu setor.	telemarketing EUe – telemarketing EUe-Ganhador EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing	3GRP 3GRP 3GRP 3GRP
Piedade	- Ocorreu um acidente com uma pessoa na qual disse ser seu familiar, senhora. Com quem eu falo, por favor? Ocorreu um acidente que ta envolvendo um ônibus, cinco carros e uma moto. E uma das pessoas fortemente acidentadas, após passar o seu número, acabou desmaiando	EUe – tenente	2 GFS

	dizendo que era seu familiar, senhora. A senhora tem filho, esposo, alguém aqui na cidade, filho? É porque a pessoa (ininteligível) acabou desmaiando porque sofreu uma pancada um pouco forte na cabeça.		
	- Eu quero falar com ele ((voz de choro)), eu tô passando mal!	EUe – vítima	4 GFS
	- Eu sou doente, meu filho!	EUe – vítima	4 GFS
	- Eu sou doente. Eu sou aposentada pelo INSS!	EUe – vítima	4 GFS
	- Muito bem, minha senhora, ele teve a oportunidade dele. De joelho dobrado, com lágrimas nos olhos ele nos pediu pra ligar. Ele teve a oportunidade dele.	EUe - sequestrador	4 GFS
	- Meu filho, eu tenho, eu não tenho muito dinheiro, EU NÃO TENHO!	EUe – vítima	4GFS
	- EU NÃO TENHO. EU SOU APOSENTADA. EU TIVE CÂNCER! EU NÃO...	EUe – vítima	4 GFS
	- Mas eu não tenho pra te dar!	EUe – vítima	4 GFS
	- Ô meu Deus, não faz isso, não me MATA!	EUe – vítima	5 GFS
	- Eu não tenho dinheiro, eu não tenho nada.	EUe – vítima	5GFS
	- Eu não tenho dinheiro nenhum!	EUe – vítima	5 GFS
	- Eu não tenho nada, pelo amor de Deus!	EUe – vítima	5 GFS
	- Ô minha Nossa Senhora. Eu não tenho NADA, meu amigo!	EUe – vítima	5 GFS
	- Eu não tenho nada. O dinheiro que eu tenho é cem reais.	EUe – vítima	5 GFS
	- Só, só, todo o dinheiro da minha vida.	EUe – vítima	5 GFS
	- Ô pelo amor de Deus não faz isso, você tem família.	EUe – vítima	5GFS
	- Olha só, a senhora fica calma, ela foi	EUe –	6GFS

	vítima de um assalto. Foi trago aqui pro interior de uma favela. Tô, ela mesmo pediu implorando pela própria vida que fizesse essa ligação pra senhora alegando que a senhora seria a mãe dela e estaria capacitada pra resolver essa situação e a gente soltar ela com vida daqui. Correto?	sequestrador	
--	--	--------------	--

ANEXO V - ARGUMENTOS CONCERNENTES AO *ETHOS*

(Baseado em Charaudeau, 2011)

Categoria: <i>Ethé</i> de Credibilidade (razão)	Argumento	Sujeito (protagonista)	Texto
<i>Ethos</i> de sério			
<i>Ethos</i> de virtude	- Vê explicar pra senhora pra senhora também não vim a fica- passar mal. Que o seu esposo falou que a senhora poderia passar mal. - Ela foi vítima de um assalto. Trouxemos ela aqui pro interior de uma favela e tamo ligando pra poder resolver e negociar pela vida dela de uma melhor maneira possível - Nosso objetivo é ajudar a soltar a sua filha com vida. - Não encostamos um dedo nele. Correto? - Mantenha a tranquilidade que eu vou devolver ele com vida. - Então, a gente vai marcar em praça pública! É homem de palavra que a senhora tá falando. - Vamo procurar resolver então! Da maneira que ninguém sai ferido. - Se a senhora começar a gritar e começar a não conversar direito, porque até agora eu tô sendo, até, entendeu? Um pouco simpático, conversando com a senhora na moral! - Vamos procurar, então, a gente conversar, entendeu? E entrar em acordo. - Vou dar uma palavra pra senhora de homem, que eu também, eu tenho família. - Então ouve o que... a senhora vai	- EUe-sequestrador - EUe-sequestrador - EUe-sequestrador - EUe-sequestrador - EUe-sequestrador - EUe-sequestrador - EUe-sequestrador - EUe-sequestrador - EUe-sequestrador - EUe-sequestrador	1 GFS 2 GFS 2 GFS 3 GFS 4 GFS 4 GFS 5 GFS 5 GFS 5 GFS 6 GFS

	responder todas as perguntas que eu fizer pra senhora. Somente a verdade, pra nós não ter que fazer nenhum mal pra ela. Correto? A nossa intenção não é essa, a senhora já percebeu, portanto que estamos ligando pra senhora. Correto? - É, por gentileza, campeão. A Oi fix- a Oi não trabalha com nenhum tipo de documentos pessoais do cliente fiador por motivo de segurança. - lembrando bem: não comenta com ninguém por medida de segurança. - Você não comente com ninguém, você sabe que o Brasil que vivemos hoje é um Brasil de pouca vergonha, não é isso, campeão? - Você nunca passe nenhum tipo de documentos pessoais por telefone, por motivo de segurança. Aqui, nós da opera- da Oi, não trabalhamos com nenhum tipo de documentos pessoais dos clientes ganhadores. - Meu querido, em momento algum o senhor não tem permissões nem autorizações pra estar me repassando as suas documentações pessoais, que é contra a lei. - Se o senhor está desconfiando da nossa empresa e o que está divulgando, (ininteligível) boa sorte na próxima premiação, tudo bem? - Neste exato momento é momento mágico, é mudança de vida, é a Rede Globo realizando mais um sonho de mais um cidadão brasileiro.	sequestrador EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing	1 GRP 1 GRP 1 GRP 1 GRP 2 GRP 2 GRP 3 GRP
--	---	--	--

	- Evita de comentários com segundos e com terceiros. A empresa, nós estamos responsáveis pelo senhor, o senhor não pode correr nenhum tipo de risco, até mesmo nesse exato momento por motivos de sequestro ou assalto ou coisa parecida. Então evita de comentários, ouviu? - Quero estar te informando, nesse exato momento, essa ligação, por motivos de segurança, ela é gravada e rastreada pela Polícia Federal. O Procon, (Decon) e Anatel (ininteligível) juntamente com vinte e cinco gerentes gerais de maior classe exemplar, estudo fundamental, todos capacitados e conectados em (sistema) computadorizado de viva voz acionado (onde estão gravando) essa conversação por medidas de segurança. - Aonde o nosso trabalho é um trabalho sério, um trabalho digno e honrado de caráter de responsabilidade e muita cidadania. - Ponha o cinto de segurança e vá com total responsabilidade, ok?	EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing	3 GRP 3 GRP 3 GRP 3 GRP
Ethos de competência	- Boa noite, senhora, aqui é o tenente Douglas, da Polícia Militar. - Aguarde um momento na linha enquanto verificamos no sistema, tá bom? - O senhor anota meu nome, por gentileza. Amilton Melo Barreto, gerente geral do setor oito, promoções Rede Globo, conta fixa na Oi. - O senhor, por gentileza, anota o protocolo. - Nós trabalhamos por meio de (nossos)	EUe - tenente EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe -	2 GFS 1 GRP 1 GRP 1 GRP 1 GRP

	patrocínios, que é o Banco do Brasil, Caixa Econômica, banco do Bradesco e Itaú.	telemarketing	
	- O senhor vai tá passando por um atendente de banco do Bradesco que vai tá liberando o valor de cem mil pra tua conta, tá certo?	EUe – telemarketing	1 GRP
	- Aqui, nós da opera- da Oi não trabalhamos com nenhum tipo de documentos pessoais dos clientes ganhadores.	EUe – telemarketing	1 GRP
	- Vou tá transferindo a sua ligação.	EUe – telemarketing	1 GRP
	- Departamento promocional com Marcos Aurélio do... instrumento operacional da Oi.	EUe 2 – telemarketing	1 GRP
	- O senhor fala com o Rafael Lazaroni, diretor promocional da Oi (ininteligível) na promoção Recarga Premiada, com quem eu falo?	EUe – telemarketing	2 GRP
	- Tudo bem, aguarde um minutinho pra mim tá perguntando agora a nossa doutora Cintia. Doutora Cintia, o número da senha dele é catorze. Eu não entendi, senhor.	EUe – telemarketing	2 GRP
	- É catorze, meia nove, meia meia.	EUe – vítima	
	- Doutora Cintia, é catorze, meia nove, meia meia. Confirma?	EUe – telemarketing	
	- Muito bem. Senhor, neste exato momento é com tremenda satisfação que o Rafael Lazaroni comunica ao senhor que você é o mais novo realmente mesmo da promoção Recarga Premiada Sorte na Mão, aonde que o seu chip foi sorteado e contemplado através da última recarga utilizada em seu aparelho.	EUe – telemarketing	2 GRP
	- No Brasil, foi implantado uma lei, mil seiscentos e noventa e nove, porque nós telemarketing não podemos estar pedindo	EUe – telemarketing	2 GRP

	para nossos clientes nem documentações pessoais, nem (insistindo) nada, tudo bem? - Pois muito bem, nesse exato momento é onde eu vou estar, vamos estar entregando a premiação logo após estar informando à Receita Federal, que o senhor vai ter o valor adequado de duzentos e cinquenta e cinco mil... tudo bem? - pro senhor estar recebendo a confirmação através do nosso gerente do banco o qual a promocional está a empresa pra tá entregando as premiações. - Aguarde na linha que a nossa diretora está entrando em contato agora com a nossa central. - Central de atendimento da Rede Globo. Sou Miguel Cordeiro Filho. Alô, bom dia. - Aonde eu vou estar verificando para o senhor, eu me chamo Miguel Cordeiro Filho, eu sou um atendente de telecomunicações, gerente geral de liberação de premiação de valores, representando diretamente aqui do estúdio do Rio de Janeiro, o grupo Projac, atividade cenográfica da emissora Rede Globo. - Tá constado aqui no sistema, o senhor foi o ganhador da promoção Magazine Luíza Domingão do Faustão dois mil e catorze. - Anota meu nome completo: Miguel Cordeiro Filho. Setor que me encontro, anota: setor oito de promoções da Rede Globo. - A sua premiação está aquisitiva em cento e vinte mil reais, vai estar recebendo agora de	EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing EUe – telemarketing	2 GRP 2 GRP 2 GRP 3 GRP 3 GRP 3 GRP 3 GRP 3 GRP 3 GRP
--	---	--	--

	imediatamente pelo banco do Itaú, aonde você não tem que dar satisfação a gerente nenhum, o gerente geral responsável por essa liberação sou eu, Miguel Cordeiro Filho. Estou à frente do trabalho, certo? Sou o gerente geral capacitado à frente desse trabalho para fazer a liberação de cento e vinte mil reais. - Doutora Cintia, o ganhador do estado de Minas Gerais já está indo para o caixa eletrônico, certo? Nós estamos em linha, gravando tudo o que vai ser feito pelo ganhador, vai estar sendo feita agora a creditação da notificação de cento e vinte mil reais agora pelo meu setor. - Eu sou o responsável pela sua liberação, tá bom? Sou o gerente geral, ok? - Bom dia. O senhor está falando com o diretor geral, certo? É, gerente do Banco Central do Brasil, o BC, o banco (ininteligível) do Brasil e o qual vou fazer toda a confirmação de sua própria premiação. Eu me chamo Rodrigo Vieira de Carvalho, certo? - Senhor Carlos Henrique, a partir deste momento o senhor vai estar pegando esse comprovante em mãos e repassando todas as codificações para que nós possamos localizar e identificar a sua agência e sua conta.	EUE – telemarketing EUE – telemarketing EUE – telemarketing EUE – telemarketing	3 GRP 3 GRP 3 GRP 3 GRP
Categoria: <i>Ethé</i> de Identificação (afeto)			
<i>Ethos</i> de potência	- O seu esposo já chegou aqui ao local e se encontra aqui com a gente.	EUE-sequestrador	1 GFS

	- O seu esposo, na verdade, quando nós ligamos pra pedir a escova de dente pro filho da senhora, nós tava pedindo isso pra senhora pra trazer o seu marido pra cá pra localidade.	EUe-sequestrador	1 GFS
	- Pegamos seu marido aqui agora na Olavo Bilac, troxe- jogamos ele dentro de um carro e agora botamos ele dentro de um cativheiro.	EUe-sequestrador	1 GFS
	- Nós só queria uma pegada pra poder pegar o seu marido e jogar dentro dum cativheiro.	EUe-sequestrador	1 GFS
	- A sua filha, na verdade, ela não foi acidentada, ela tá com a gente.	EUe-sequestrador	2 GFS
	- Se a senhora tentar chamar o seu marido, ou desligar o telefone, a gente vai tacar fogo na sua filha viva!	EUe-sequestrador	2 GFS
	- Se a senhora tentar chamar seu marido, ou tentar desligar o telefone, a gente vai tacar gasolina e tacar fogo nela viva. TÁ ME ENTENDENDO?	EUe-sequestrador	2 GFS
	- Trouxemos ela aqui pro interior de uma favela e tamo ligando pra poder resolver e negociar pela vida dela de uma melhor maneira possível.	EUe-sequestrador	3 GFS
	- Olha só, se a senhora não querer negociar, eu vou desligar o telefone e vou matar a sua filha.	EUe-sequestrador	3 GFS
	- Nosso objetivo é ajudar e soltar sua filha com vida.	EUe-sequestrador	3 GFS
	- Pode começar a tocar fogo na filha dela.	EUe-sequestrador	3 GFS
	- Então eu vou ter que matar ele aqui agora!	EUe-sequestrador	4 GFS
	- Olha, se desligarem ou envolver qualquer outra pessoa, eu taco fogo no corpo dele, tá?	EUe-sequestrador	4 GFS

	- Se a senhora começar com gritaiada e não sei o que tem, não sei o que tem, eu vou desligar o telefone e vou matar a Fernanda. - Se tocar, entendeu? E alguém falar, entendeu? Sobre alguma coisa, eu MATO ela, a senhora tá me ouvindo? - A senhora fica na linha, rapidinho que eu vou dar uma palavra com meu patrão. - a gente se encontra com a Fernanda aqui. - Espero que a senhora esteja falando a verdade pra mim não ter que fazer mal à tua filha. - A senhora tá disposta a resolver pra ela sair daqui com vida ou a gente vai ter que tirar a vida da sua filha? - Somente a verdade, pra nós não ter que fazer nenhum mal pra ela. - Não, olha só, nós tamo querendo uma quantia em dinheiro pra tá libertando a filha da senhora aqui desse cativeiro. - Não, não vem falar que a senhora arruma não que nós tamo querendo AGORA!	EUe-sequestrador EUe-sequestrador EUe-sequestrador EUe-sequestrador EUe-sequestrador EUe-sequestrador EUe-sequestrador EUe-sequestrador	5 GFS 5 GFS 5 GFS 5 GFS 6 GFS 6 GFS 6 GFS 6 GFS
<i>Ethos de caráter</i>			
<i>Ethos de inteligência</i>			
<i>Ethos de humanidade</i>			
<i>Ethos de chefe</i>			
<i>Ethos de solidariedade</i>			
<i>Ethos de vítima</i>	- Não é negociar, eu não TENHO nada! Só quero que você ponha o telefone nela. Eu sou uma faxineira, faxineira!	EUe – vítima	3 GFS

	- Eu quero falar com ele ((voz de choro)), eu tô passando mal!	EUe – vítima	4 GFS
	- Eu sou doente, meu filho!	EUe – vítima	4 GFS
	- Eu sou doente. Eu sou aposentada pelo INSS!	EUe – vítima	4 GFS
	- Meu filho, eu tenho, eu não tenho muito dinheiro, EU NÃO TENHO!	EUe – vítima	4 GFS
	- EU NÃO TENHO. EU SOU APOSENTADA. EU TIVE CÂNCER! EU NÃO...	EUe – vítima	4 GFS
	- Mas eu não tenho pra te dar!	EUe – vítima	4 GFS
	- Eu não tenho dinheiro, eu não tenho nada.	EUe – vítima	5 GFS
	- Eu não tenho dinheiro nenhum!	EUe – vítima	5 GFS
	- Eu não tenho nada, pelo amor de Deus!	EUe – vítima	5 GFS
	- Ô minha Nossa Senhora. Eu não tenho NADA, meu amigo!	EUe – vítima	5 GFS
	- Eu não tenho nada. O dinheiro que eu tenho é cem reais.	EUe – vítima	5 GFS
	- Só, só, todo o dinheiro da minha vida.	EUe – vítima	5 GFS
	- Eu não tenho banco, eu não tenho nada em banco!	EUe – vítima	5 GFS